



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

8ª EDIÇÃO

PROGRAMA AGENTES DE GOVERNO ABERTO

RELATÓRIO EXECUTIVO
2025



Governo Aberto na
Cidade de São Paulo

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1.Introdução..... | 5 |
| 1.1 - O que é Governo Aberto..... | 5 |
| 1.2 - A coordenadoria de Governo Aberto da Prefeitura Municipal de São Paulo..... | 6 |
| 1.2.1 - Equipe de Formação e Pesquisa..... | 8 |
| 2. O que é o Programa Agentes de Governo Aberto..... | 9 |
| 2.1 - Surgimento e histórico de edições..... | 10 |
| 2.2 Linha do Tempo..... | 11 |
| 2.2 - Como ocorre a gestão do Programa atualmente - principais etapas e processos..... | 13 |
| 2.2.1 Processo de seleção..... | 16 |
| 2.2.2 Obrigações e responsabilidades dos agentes formadores..... | 20 |
| 2.3 Histórico de categorias..... | 22 |
| 3. A 8ª edição do Programa..... | 25 |
| 3.1 - Categorias temáticas e oficinas realizadas..... | 30 |
| 3.2 - Mudanças e inovações (remuneração pelas reuniões formativas e categoria de direitos humanos)..... | 43 |
| 3.3 Reuniões Formativas..... | 45 |
| 3.4 Desafios enfrentados..... | 47 |
| 4. A 8ª edição em números..... | 49 |
| 4.1. Dados Gerais da edição..... | 49 |
| 4.1.2 - Total de participantes e horas de oficinas ofertadas..... | 50 |
| 4.1.3 - Modalidade das oficinas realizadas..... | 53 |
| 4.1.4 Oficinas articuladas e espontâneas..... | 54 |
| 4.1.6 - Distribuição geográfica das oficinas presenciais..... | 55 |
| 4.1.7 Distribuição de oficinas por tipo de espaço..... | 60 |
| 4.1.8 - Perfil de público - Gênero, Raça, ocupação e faixa etária..... | 61 |
| 4.1.9 - Avaliação do Programa e das formações..... | 65 |
| 5. Considerações finais..... | 70 |
| 6. Agradecimentos..... | 71 |
| Anexos - Perfil de público por categoria..... | 72 |
| Categoria 1 - Governo Aberto..... | 72 |
| Categoria 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável..... | 74 |
| Categoria 3 - Instrumentos de Planejamento Urbano..... | 76 |
| Categoria 4 - Saúde e/ou assistência social..... | 78 |
| Categoria 5 - Estrutura Estatal e Gestão Municipal..... | 80 |
| Categoria 6 - Governo Aberto nas escolas..... | 82 |
| Categoria 7 - Direitos Humanos e Cidadania..... | 85 |
| Categoria 8 - Segurança Urbana e Cidadania..... | 87 |
| Categoria 9 - Cidadania Fiscal e Justiça Social..... | 89 |

Ficha técnica

Prefeito

Ricardo Nunes

Secretário Especial de Relações Institucionais

Alexandre Leite da Silva

Secretário de Governo Municipal

Edson Aparecido dos Santos

Controlador Geral do Município

Daniel Falcão

Secretário Municipal da Fazenda

Luis Felipe Vidal Arellano

COORDENADORIA DE GOVERNO ABERTO/ SECRETARIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERI¹

Coordenador

Bruno Venâncio de Abreu Costa

Equipe Técnica

Airam Magalhães Muniz

Alessandra Consuelo da Silva Sousa

Alvaro Henrique Walder de Mello

Beatriz Vogel Bordignon

Daniela Matos Nascimento

Giovanna Ribeiro Castello Branco

João Francisco Resende

Juliana Shizumi Takamura

¹ Foram incluídos os nomes de todos(as) que compuseram a equipe da Coordenadoria de Governo Aberto, em algum momento, desde o início da 8ª Edição do Programa, em 2025.

Ricardo Daher Gonçalves Dias Teixeira

Thalles Marcius de Moraes

Tiago Rufino Fernandes

Estagiários

Amanda Raynara Quintana Theodoro

Bianca Pereira Bossi Marcos

Isabela Nascimento de Massena

Jacqueline Custodio da Silva

Laura Queiroz Furquim

Nathan Alvon D'agostino

Naely Leal Barros

Thaíssa Guimarães Novaes

Paloma Oliveira da Silva

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Membros da comissão de contratação

Beatriz Chaves Dias

Glaucia Bellei Neix

Fiscais de contrato

Julia Martins Ferreira

Kelvyn Bicudo Garcia

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SF

Membros da comissão de contratação

Daniel Fabian

Alessandra Aparecida de Oliveira

Capa

Thaíssa Guimarães Novaes

1. Introdução

Este relatório almeja apresentar o processo de elaboração, execução e resultados referente a 8ª Edição do Programa Agentes de Governo Aberto, realizado em 2025. O Programa Agentes de Governo Aberto é um programa de educação cidadã voltado para o empoderamento dos munícipes e pela descentralização do debate da agenda de Governo Aberto e temáticas finalísticas nos 32 territórios administrativos (Subprefeituras) da Cidade de São Paulo. O Programa consiste na contratação de munícipes com conhecimento comprovado em temas tangentes à temática de abertura governamental para ministrarem oficinas - espaços de aprendizagem teórico-práticos - à população paulistana.

Neste documento será possível compreender como o Programa é organizado, como os agentes são selecionados, e como as oficinas são efetivamente implementadas. Para além disso, é possível acompanhar os resultados do Programa em 2025, a partir de dados de público atingido, avaliação das oficinas e impacto.

1.1 O que é Governo Aberto

Governo aberto é uma forma de governança que opera de maneira a descentralizar a tomada de decisão pública a partir do empoderamento dos cidadãos como formuladores, usuários e avaliadores de políticas públicas, criando uma cultura de colaboração entre governo e sociedade, e gerando projetos públicos com base no conhecimento das necessidades da população e dos territórios, de modo a fortalecer a democracia e a participação social.

No cenário brasileiro, tal agenda vêm sendo projetada e fortalecida em especial a partir da promulgação da constituição de 1988, que consolidou a criação e fortalecimento de espaços e mecanismos participativos ligados às políticas públicas, bem como incrementou processos de controle social em relação às ações públicas. Ao longo dos anos subsequentes, outros marcos importantes de consolidação da agenda de abertura governamental podem ser destacados, como o primeiro orçamento participativo realizado em Porto Alegre, em 1989; a criação do Portal da Transparência do Governo Federal, em 2004; e a promulgação da Lei de Acesso a Informação, em 2005.

Atualmente, o Brasil e a cidade de São Paulo fazem parte da Open Government Partnership - OGP (Parceria para Governo Aberto), iniciativa internacional criada em 2011 por 8 países fundadores (África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido), que propõe unir as entidades governamentais e atores da sociedade com o objetivo de contribuir para o fomento, definição e institucionalização da pauta de abertura governamental em âmbito local e internacional.

A OGP compreende a agenda de governo aberto a partir de três pilares centrais: **1. Transparência; 2. Participação Cidadã; 3. Accountability (responsabilidade pública).** Além disso, coloca também a inovação e a tecnologia e a promoção da inclusão como ferramentas transversais para a promoção da abertura governamental. Tais princípios são traduzidos pelos países e cidades membros em planos de ação, elaborados de forma colaborativa com a sociedade civil, que estabelecem compromissos assumidos pelo ente a fim de garantir a cooperação entre governo e sociedade.

O órgão responsável por inserir o Brasil na OGP foi a Controladoria Geral da União, culminando na apresentação do 1º Plano de Ação Brasileiro em 2011. O documento firmou 32 compromissos assumidos por diferentes Órgãos do Governo Federal. A partir de então, o debate sobre Governo Aberto se fez cada vez mais presente na agenda pública, fazendo com que sua pauta fosse também levada para outras esferas de governo, como Estados e Municípios.

1.2 A coordenadoria de Governo Aberto da Prefeitura Municipal de São Paulo

No ano de 2013, a Prefeitura de São Paulo iniciou o processo de incorporação de forma mais concreta da agenda de Governo Aberto, com a criação da Controladoria Geral do Município (CGM). No âmbito da expansão da agenda de abertura governamental na Capital paulista, foi instituído, através do decreto nº54.794 em 2014, a iniciativa **São Paulo Aberta**, cumprindo a meta 116 do programa de metas 2013-2016 no eixo “Gestão Transparente, Participativa e Descentralizada”. O objetivo da iniciativa era o de permitir a coordenação e fomento das ações de governo aberto no município.

A fim de dar maior robustez a iniciativa, e permitir a articulação de esforços para a promoção da pauta, de caráter fortemente intersetorial, também em 2014 estruturou-se o Comitê Intersecretarial de Governo Aberto (CIGA-SP) constituído inicialmente por 13 secretarias municipais. Atualmente, o comitê é composto por 15 secretarias e pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do município de São Paulo (PRODAM), sendo elas as seguintes:

- Secretaria do Governo Municipal;
- Secretaria Municipal de Gestão;
- Controladoria Geral do Município;
- Secretaria Municipal de Relações Internacionais;

- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
- Secretaria Municipal da Fazenda;
- Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia;
- Secretaria Especial de Comunicação;
- Secretaria Municipal de Cultura;
- Secretaria Municipal das Subprefeituras;
- Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes;
- Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento;
- Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal da Casa Civil;

O conjunto de esforços mobilizados permitiu com que a cidade de São Paulo avançasse na implementação de ações ligadas à agenda de abertura governamental, destacando-se, por exemplo, a criação do Programa Agentes de Governo Aberto, destinado à promoção da formação cidadã no município, no ano de 2015.

A partir deste acúmulo, a cidade de São Paulo formalizou sua candidatura em 2016 para compor o programa piloto Cidades Pioneiras da Open Government Partnership, sendo o único governo local brasileiro dentre os 15 governos subnacionais de todo o globo a ser selecionado. Tal processo permitiu com que a pauta pudesse ser ainda mais institucionalizada na esfera local, através da elaboração do primeiro plano de ação em governo aberto do município, cujos compromissos pactuados foram implementados no ano de 2017.

Alguns anos depois, através do Decreto nº58.162 de 2018, a São Paulo Aberta tornou-se uma unidade da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI), intitulada como Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA).

Em 2019 com o Decreto nº58.596, a SAGA é transferida para a Secretaria de Governo Municipal (SGM). Já em 2022, com base no Decreto nº61.245, a SAGA torna-se a CGA - Coordenação de Governo Aberto, passando a estar vinculada a Casa Civil, como parte da Secretaria Executiva de Relações Institucionais (SERI). Ainda em 2022 com base no Decreto nº61.928 de reestruturação da Casa Civil, a Coordenação de Governo Aberto tornou-se a Coordenadoria de Governo Aberto (CGA). Este decreto também estabelece as atribuições

assumidas pela Coordenadoria, que norteiam sua atuação, os projetos e políticas públicas desenvolvidos pelas equipes, sendo elas:

I - propor diretrizes, programas, projetos e ações para a política municipal de Governo Aberto para a Cidade de São Paulo, com apoio do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto - CIGA;

II - promover a articulação e integração, de maneira transversal, de práticas de transparência, controle social, participação cidadã, prestação de contas e responsabilização, dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

III - coordenar a formulação, monitoramento e avaliação dos Planos de Ação em Governo Aberto, a serem implementados por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, com apoio de representações da sociedade civil, por meio do Fórum de Gestão Compartilhada - FGC;

IV - participar e fomentar articulação e ações relacionadas a agendas, redes e propostas nacionais e internacionais em Governo Aberto, das quais a Cidade de São Paulo faça parte, observadas as diretrizes e competências da Secretaria Municipal de Relações Internacionais;

V - promover, no âmbito municipal, a implementação da agenda da "Open Government Partnership" e atuar enquanto ponto focal da Cidade de São Paulo na parceria;

VI - formular, implementar, monitorar e avaliar projetos relacionados com a pauta de Governo Aberto, por meio de parcerias com organizações privadas e da sociedade civil;

VII - gerir o portal de participação social da Cidade de São Paulo "Participe+" e apoiar os órgãos do executivo municipal na abertura de seus processos participativos;

VIII - oferecer e apoiar a oferta de formação e treinamento de agentes públicos municipais e cidadãos, em assuntos relativos à Governo Aberto e temas correlatos;

IX - dar suporte à interação governamental com os conselhos de participação social da Administração Pública Municipal;

X - exercer outras atribuições correlatas e complementares à sua atuação.

Atualmente, a partir do Decreto nº 64.084 de 24 de Fevereiro de 2025 a Coordenadoria de Governo Aberto (CGA) passou a fazer parte da estrutura do Gabinete do Prefeito, estando vinculada a Secretaria Especial de Relações Institucionais (SERI). A principal função atribuída a CGA é a promoção do Governo Aberto na gestão municipal, a partir da missão de tornar o ciclo das políticas públicas municipais aberto, incentivando e garantindo o diálogo e a colaboração entre a sociedade civil e o setor público, por meio de projetos que promovam a transparência, a inovação e a inclusão da população paulistana nas decisões de políticas públicas.

1.2.1 Equipe de Formação e Pesquisa

A Coordenadoria de Governo Aberto possui uma estrutura interna de divisão em equipes, visando promover um olhar holístico para o fomento da pauta de abertura governamental no município, que abarque desde a articulação interna junto às demais secretarias para a institucionalização da agenda e fortalecimento dos espaços e mecanismos participativos, bem como a articulação e diálogos constantes junto a sociedade civil, a partir de estratégias de engajamento e educação cidadã que estimulem a cidadania ativa. Fazem parte desta estrutura as equipes de Abertura e Articulação Governamental, Ações Participativas, Formação e Pesquisa, e Comunicação e Engajamento.

Dentro desta lógica, a equipe de Formação e Pesquisa é aquela responsável por sensibilizar, formar e engajar a sociedade civil em relação aos princípios e pilares de Governo Aberto, visando fortalecer a ocupação dos espaços participativos municipais. A equipe busca realizar um diálogo direto com os mais diversos setores da sociedade civil, através de diferentes projetos e programas formativos baseados na perspectiva da educação cidadã, que atuam de forma a aproximar as pautas da agenda de abertura governamental do cotidiano dos territórios. Além disso, por meio da sua frente de pesquisa, a equipe tem também o objetivo de aprofundar a interlocução da coordenadoria com a pauta de abertura governamental no âmbito acadêmico, traduzindo-a e referenciando para divulgação, e utilização em suas formações.

Além do Programa Agentes de Governo Aberto, a equipe lidera outros dois projetos formativos: Juventude em Governo, formação pensada especificamente para o público jovem, com utilização de estratégias de gamificação e simplificação de linguagem; e Governo Aberto na Prática, realizada principalmente junto a servidores públicos municipais com o objetivo de apresentar a agenda de abertura governamental e os mecanismos de efetivação de seus pilares no município.

2. O que é o Programa Agentes de Governo Aberto

O Programa Agentes de Governo Aberto é uma política de promoção de educação cidadã estruturada através do oferecimento de oficinas formativas que buscam difundir as pautas de governo aberto, estimulando o exercício da cidadania ativa e o fortalecimento dos espaços e processos participativos municipais. As oficinas ofertadas são todas gratuitas e certificadas, podendo ser realizadas em diferentes espaços, equipamentos e instituições do município (tanto públicos, quanto da sociedade civil), o que garante a ampliação do acesso e a democratização do conhecimento.

Um das características mais distintivas do programa é o fato de as formações ofertadas serem realizadas a partir da perspectiva de cidadão para cidadão. Isto significa que os oficinairos do programa não são necessariamente servidores públicos, mas pessoas da sociedade civil, contratadas através de edital de credenciamento, que possuem conhecimentos e experiência relacionados a temáticas ligadas a políticas e gestão pública. Com isso, não apenas amplia-se a capacidade de alcance e capilaridade do programa, como também garante-se um processo formativo mais horizontal, com linguagem mais acessível e com maior compreensão das demandas e necessidades dos territórios.

2.1 Surgimento e histórico de edições

O programa foi criado no ano de 2015 no âmbito da SAGA (Supervisão para Assuntos de Governo Aberto) e do Comitê Intersecretarial de Governo Aberto da Cidade de São Paulo (CIGA-SP), com o objetivo de “descentralizar as discussões sobre governo aberto e capacitar cidadãs e cidadãos das 32 regiões administrativas do município nas temáticas de participação, transparência e inovação tecnológica”. À época, era coordenado e gerido pela SAGA junto à Controladoria Geral do Município (CGM), Secretaria Municipal de Cultura e pela então Secretaria Especial de Relações Governamentais.

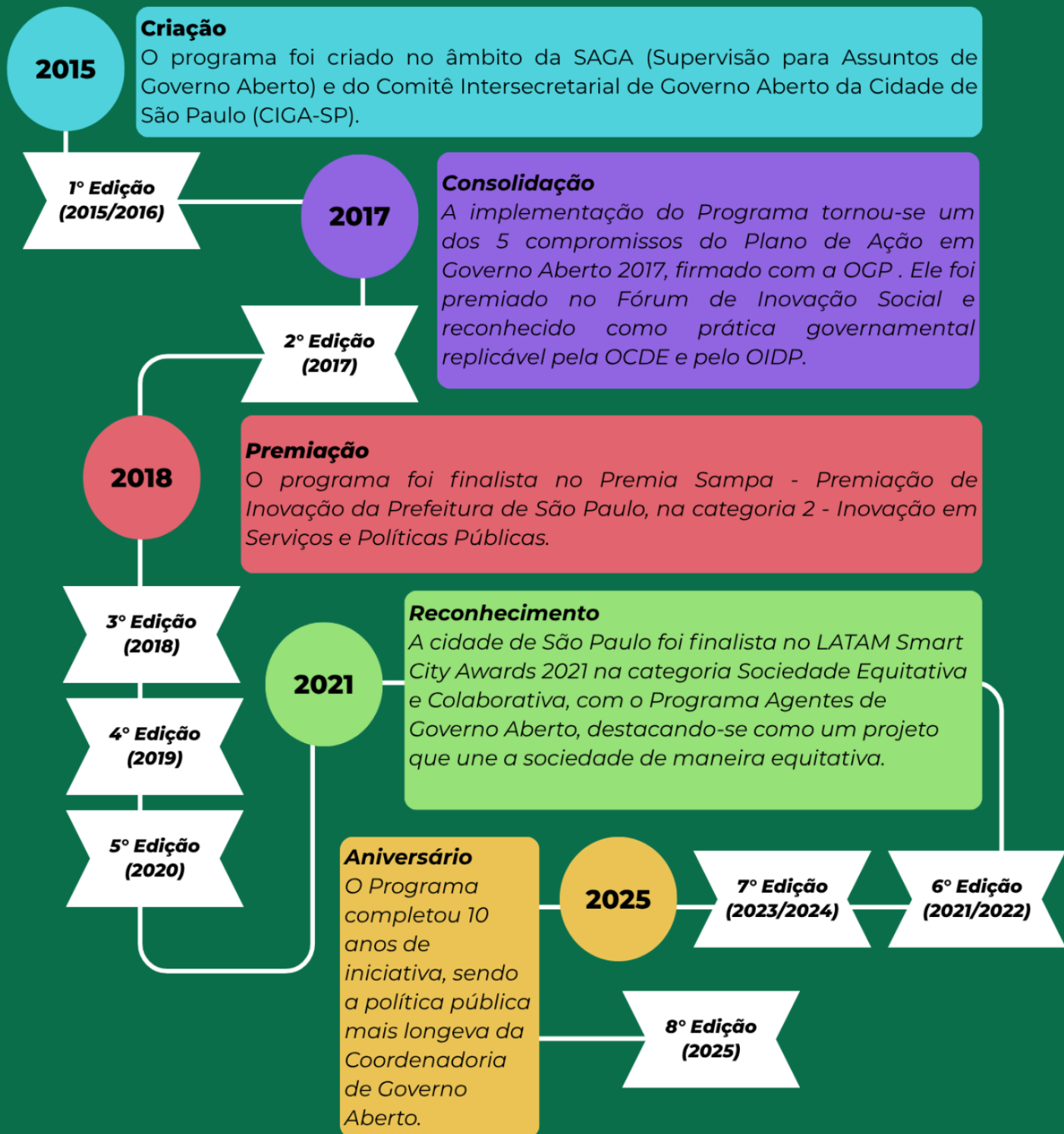
Em 2017, a realização do Programa Agentes de Governo Aberto tornou-se um dos 5 compromissos do Plano de Ação em Governo Aberto, firmado com a OGP (Open Government Partnership), culminando na elaboração do 2.º Edital para execução no ano de 2017.

Entre 2015 e 2025 o programa contou com 8 edições, algumas com duração de 2 anos, divididas, então, em 2 ciclos, atingindo mais de 60 mil participações, dentre alunos da Rede Municipal de Educação, trabalhadores da área da saúde, Conselheiros Participativos Municipais, jovens aprendizes, servidores, estagiários do serviço público e munícipes em geral, tanto em oficinas presenciais como em oficinas ofertadas virtualmente de modo síncrono. Além disso, o programa foi recebido pelos mais diversos equipamentos e espaços, dentre escolas municipais, CEUs, universidades públicas, conselhos municipais, organizações da sociedade civil e espaços públicos como casas de cultura, bibliotecas e órgãos parceiros como o Centro de Formação em Controle Interno (CFCI) e a Escola Municipal de Administração Pública (EMASP).

2.2 Linha do Tempo

Ao longo destes 10 anos de execução, o Programa Agentes de Governo Aberto passou por diversos momentos que marcaram sua consolidação e reconhecimento nacional e internacional. A linha do tempo abaixo apresenta um panorama destes principais marcos.

Linha do Tempo: Grandes Marcos do Programa Agentes de Governo Aberto



No ano **2017**, o Programa Agentes de Governo Aberto foi premiado no Fórum de Inovação Social no Setor Público e reconhecido como prática governamental replicável pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP), em 2016.

Em **2018**, foi finalista no Premia Sampa - Premiação de Inovação da Prefeitura de São Paulo, na categoria 2 - Inovação em Serviços e Políticas Públicas.

A cidade de São Paulo também foi finalista na categoria Sociedade Equitativa e Colaborativa no LATAM Smart City Awards 2021, ficando entre os 3 finalistas com o Programa Agentes de Governo Aberto, que foi reconhecido como um projeto capaz de unir a sociedade de maneira equitativa. O LATAM Smart City Awards 2021 buscou reconhecer as iniciativas inovadoras de governos locais da América Latina direcionadas às áreas de transformação digital, desenvolvimento urbano, mobilidade, equidade e sociedade colaborativa. A premiação também é vinculada ao Congresso Smart City Expo, evento destaque no contexto das cidades inteligentes. As cidades de Salvador (BR) e Hecho (México) concorreram junto à São Paulo pelo prêmio no ano.

2.2 Como ocorre a gestão do Programa atualmente - principais etapas e processos

O programa é estruturado em cinco etapas principais, que começam com a abertura do edital, momento em que são divulgadas as regras, critérios e prazos para participação. Além de contar com contribuições de todas as secretarias responsáveis por realizar a gestão do programa, o edital também passa pela aprovação das assessorias jurídicas, para verificação de sua conformidade legal, bem como por um processo de consulta pública na Plataforma Participe+, permitindo com que sejam colhidas opiniões e sugestões de alteração por parte da população. Em seguida, ocorre a fase de inscrição dos projetos, na qual os munícipes interessados submetem seus projetos de oficinas, dentro de uma das nove categorias temáticas, de acordo com o edital.

Após o fim das inscrições, os projetos passam por um processo de análise conduzido por uma comissão avaliadora, denominada Comissão de Seleção. A Comissão de Seleção é composta tanto por membros da Coordenadoria de Governo Aberto quanto por representantes de outras secretarias da Prefeitura competentes aos temas das categorias, e são instituídos por meio de uma Portaria, que na atualidade reúne 14 secretarias. Isso garante um maior rigor técnico na seleção dos agentes, bem como mantém a transversalidade da pauta.

Concluída essa etapa, é feita a seleção dos projetos inscritos, com base nos critérios definidos no edital. Por fim, tem início o ciclo de execução do programa, no qual os projetos selecionados passam a ser ofertados às organizações parceiras e demais públicos interessados.

Todo esse processo tem duração aproximada de cinco meses, sendo que cerca de dois meses são destinados à avaliação dos projetos, devido à complexidade da análise e à necessidade de garantir transparência e qualidade na seleção. A Comissão de Contratação, também constituída através de uma Portaria, é a comissão responsável por acompanhar todo o processo, desde definir o cronograma da edição, até realizar a gestão das oficinas e julgar casos omissos que não estão presentes no edital.

O esquema abaixo apresenta de forma cronológica as principais etapas de cada ciclo do programa:

Macroetapas - Programa Agentes de Governo Aberto

Inscrição

Feitas pelos interessados por meio do portal 156. Os Agentes devem encaminhar o projeto de oficina, selecionando a categoria em que desejam concorrer, além de demais documentos definidos em edital

02

Contratação dos agentes

Os projetos credenciados (que recebem nota igual ou superior a 8), passam por um sorteio da ordem de contratação. Os sorteados dentro das vagas disponíveis para o ciclo são então contratados, com a assinatura do termo de compromisso pelos agentes

04

Reuniões Formativas

Ao longo do ciclo, cada agente deve comparecer a 3 reuniões formativas. As reuniões visam não apenas complementar a formação dos próprios agentes, como também ser momentos de trocas com a equipe gestora do programa para avaliação do ciclo, e entrega de documentos das oficinas

06

Finalização do ciclo e sistematização dos dados

Finalizado o período de realização de oficinas, a equipe gestora do programa realiza um mapeamento dos dados do ciclo (quantidade e perfil de público atingido, número de oficinas realizadas...) para publicação de relatório final

01

Avaliação dos projetos

Os projetos são avaliados pela comissão de seleção, composta por membros de diferentes secretarias municipais, de acordo com critérios definidos em edital

03

Articulação e execução das oficinas

Uma vez contratados, os agentes passam a realizar as formações, a partir de articulações e agendamentos realizados tanto por eles próprios quanto pela equipe gestora do programa, compartilhando a responsabilidade de firmar parcerias com diversos espaços, equipamentos e instituições. Cada agente tem um teto de 40 horas de oficinas para realização durante o ciclo

05

Prestação de Contas e Pagamento

Ao fim de cada mês do programa, os agentes devem prestar contas das oficinas realizadas (encaminhando a documentação estipulada em edital via portal 156). A partir da prestação de contas, é feita a liberação do pagamento da bolsa, de acordo com a carga horária realizada no mês

07

2.2.1 Processo de seleção

O processo de seleção dos projetos que irão compor cada ciclo de oficinas é uma etapa fundamental da gestão do Programa, com o objetivo de garantir a qualidade técnica dos conteúdos ministrados, e sua pertinência temática em relação às categorias do Agentes de Governo Aberto e a agenda de abertura governamental. Para isso, diversas secretarias são mobilizadas para analisar e avaliar os projetos inscritos, garantindo com que todos passem pelo crivo de um corpo técnico qualificado antes de serem incorporados ao programa.

As principais etapas do processo são descritas a seguir:

1 - As Secretarias componentes da comissão de contratação, responsáveis por fazer a gestão de todas as etapas e processos do Programa, fazem a publicação do edital de credenciamento. No caso da 8ª edição, compuseram a comissão a Secretaria Especial de Relações Institucionais, Controladoria Geral do Município, e a Secretaria Municipal da Fazenda .

2 - Uma vez publicado o edital, abre-se o período para envio de projetos pelos participantes interessados em se tornarem agentes do Programa. As inscrições são enviadas através do Portal SP156, e devem atender aos requisitos presentes em edital, que contém entre seus anexos o modelo de projeto de oficina a ser encaminhado pelos participantes, bem como a lista de requisitos para a participação no programa e os documentos comprobatórios que devem ser encaminhados no ato da inscrição. Os projetos enviados devem se adequar aos requisitos definidos em edital, podendo ocorrer em 1 módulo de 2h30 ou em dois módulos, de 2h30 cada (com exceção das oficinas da categoria “Governo Aberto nas Escolas”, que devem ter duração de 2 horas). Ainda, é necessário que os projetos possam ser executados tanto na modalidade online quanto presencial, devendo o projeto conter o detalhamento das atividades e dinâmicas que serão realizadas em ambos os formatos.

- A fim de permitir com que o edital chegue a um maior número de pessoas, e visando aumentar e diversificar o número de inscritos, a equipe do Programa realiza uma estratégia de divulgação através da realização de oficinas de submissão de projetos em universidades, centros acadêmicos e espaços públicos, com o objetivo de explicar o

funcionamento do edital e tirar dúvidas sobre o processo de inscrição. As principais informações são também difundidas e publicizadas nos portais oficiais e redes sociais da Coordenadoria de Governo Aberto.

3 - Conforme os projetos vão sendo recebidos, a equipe da Coordenadoria de Governo Aberto realiza um processo de triagem inicial, que tem por objetivo garantir a validade formal da inscrição, no que tange ao formato do projeto e ao envio de toda a documentação requisitada em edital (nessa fase, ainda não há avaliação do conteúdo dos projetos). Os projetos que estão em conformidade são considerados classificados, e enviados para avaliação pelas Secretarias Componentes da Comissão de Seleção.

4 - Cada categoria temática do Programa possui uma composição específica de Secretarias responsáveis pela realização da avaliação dos projetos, de acordo com sua área de atuação e pertinência temática. Assim, as Secretarias recebem apenas as informações dos projetos inscritos nas categorias que são responsáveis por avaliar, e atribuem a eles uma nota de 0 a 10 de acordo com os critérios previamente definidos em edital.

- Para o cálculo da nota final dos projetos, é realizada uma média aritmética da nota atribuída por cada uma das secretarias responsáveis por avaliá-lo. A esta média, podem ser ainda acrescentados dois pontos extras, 1,0 ponto para os candidatos que atestam laudo de pessoa com deficiência e 1,0 ponto para os candidatos que residem em áreas classificadas nos grupos 3, 4, 5 e 6 no cálculo do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Chega-se, assim, à nota final de cada projeto, sendo que apenas aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 8 são credenciados, ou seja, considerados aptos para contratação.

Esquema de cálculo de nota dos projetos - Programa Agentes de Governo Aberto

$$\frac{\text{Nota Secretaria 1} + \text{Nota Secretaria 2} + \text{Nota Secretaria 3}}{3 \text{ (Número de Secretarias avaliadoras)}} + 1,0 \text{ (IPVS se houver)} + 1,0 \text{ (Laudo Pcd se houver)} = \text{Média final}$$

5 - O resultado parcial do programa, com a lista de projetos desclassificados, classificados e credenciados, é publicado em Diário Oficial, abrindo-se prazo de 5 dias úteis para interposição de recursos. Ao fim do prazo, os recursos são recepcionados e analisados: quando relativos a aspectos formais de desclassificação, a análise é feita pela própria equipe da Coordenadoria de Governo Aberto. Quando relacionados a aspectos da avaliação do conteúdo dos projetos, os recursos são remetidos às secretarias avaliadoras, para que estas possam, caso julguem adequado, reformar as notas atribuídas com base no pedido apresentado. Por fim, é publicado então o resultado final, em que são publicizadas todas as análises de recursos, com a justificativa para seu deferimento ou indeferimento.

6 - Os projetos credenciados com base no resultado final do processo de avaliação passam então para o sorteio de ordem de contratação do Programa. Este sorteio define quais agentes serão contratados no primeiro ciclo da edição, e quais ficarão em fila de espera, para contratação no segundo ciclo ou no caso de eventuais desistências de agentes contratados.

- Nesta etapa, são sorteados primeiro as vagas destinadas a candidatos autodeclarados negros, negras e afrodescendentes, na proporção de 20% das vagas totais do ciclo (em acordo com o disposto na Lei Municipal nº 15.939/2013). Preenchidas estas vagas, passa-se ao sorteio das vagas restantes de cada uma das categorias, até que todos os projetos credenciados estejam sorteados e ranqueados (os candidatos autodeclarados negros, negras e afrodescendentes que não tenham sido contemplados no sorteio de reserva de vagas voltam a urna para participar desta segunda etapa do sorteio junto aos demais). Para fins de

transparência, todo o processo de sorteio é transmitido ao vivo no canal de youtube da Coordenadoria de Governo Aberto.

7 - A partir da ordem estabelecida pelo sorteio, a equipe da Coordenadoria de Governo Aberto entra em contato com os sorteados dentro das vagas disponíveis para o primeiro ciclo de oficinas em cada categoria para dar seguimento ao processo de contratação. Os demais ficam em fila de espera, tendo prioridade para contratação no ciclo subsequente em relação a projetos inscritos posteriormente, exclusivamente para o segundo ciclo.

- Para a 8ª edição do Programa, inicialmente foram reservadas 4 vagas em cada uma das 9 categorias, totalizando 36 projetos que poderiam ser contratados. Como duas das categorias não atingiram este mínimo de projetos credenciados, restaram 4 vagas que foram realocadas para as 4 categorias que mais tiveram projetos credenciados, e assim puderam contar com 5 projetos contratados (como será detalhado mais adiante no presente relatório).

8 - O processo de contratação dos agentes credenciados e sorteados é finalizado com o envio dos documentos estipulados em edital para formalização do contrato, e a assinatura do termo de compromisso do programa. A partir deste momento, é dado início efetivamente ao ciclo de oficinas, através de articulação e agendamento das quais (tanto por parte da equipe do Programa quanto por parte dos próprios agentes) junto a diferentes espaços, equipamentos e organizações.

O esquema a seguir resume as principais etapas descritas, desde a publicação do edital e abertura para recepção dos projetos, até o início do ciclo com a realização das oficinas no território:

Principais Etapas do Programa



2.2.2 Obrigações e responsabilidades dos agentes formadores

Uma vez selecionados para compor o ciclo de formações do Programa, os Agentes Contratados passam a assumir um conjunto de deveres e responsabilidades previstos em edital, que tem por objetivo mediar sua relação junto à equipe gestora do Programa e garantir um bom andamento da edição.

Em relação às responsabilidades do agente formador, durante o decorrer do ciclo, o qual deve-se corresponsabilizar, junto a equipe do Programa, pela realização de contatos junto a espaços/equipamentos/e organizações de seu conhecimento, com o objetivo de articular o agendamento de suas formações e contribuir para o preenchimento do teto de 40 horas de formação disponível a cada agente. Além disso, o agente também possui papel fundamental para contribuir com a mobilização de público para acompanhamento de suas formações, realizando a divulgação e disseminação de suas oficinas (paralelamente a atuação da equipe gestora do Programa, que também faz a mobilização junto a diversos parceiros).

Outra importante responsabilidade do agente reside no processo de prestação de contas das formações realizadas. É dever do agente, ao final de cada mês, prestar contas das oficinas por ele realizadas, garantindo com que possa ser feita a liberação do pagamento de acordo com as horas de formações efetivamente realizadas no período. Este processo envolve o envio, via SP 156, da documentação comprobatória definida em edital, bem como do relatório mensal devidamente preenchido pelo agente. Este processo é importante também para a prestação de contas do próprio programa, a fim de verificar a carga horária que cada agente está cumprindo mensalmente.

Por fim, desde o momento de sua contratação, até o encerramento do ciclo de formações, é importante que o agente se mantenha atento às comunicações enviadas pela equipe do Programa, com informes e avisos em relação a execução do programa, bem como participar das reuniões formativas, onde também são realizados avisos e pactuações referentes ao andamento do ciclo. Estes momentos fomentam uma troca entre os agentes, além de ser um espaço de feedback e aprendizado sobre a administração pública. Ademais, como agente público, o agente formador de Governo Aberto deve agir com postura ética e adequada durante as formações e no contato com o público participante, prezando sempre pela qualidade e adequação do conteúdo ministrado.

A fim de regular a postura esperada dos agentes contratados, o edital do Programa conta também com uma série de vedações, que devem ser observadas sob pena de rompimento do termo de compromisso, sem prejuízo de eventual aplicação de outras sanções previstas em edital. Entre as condutas vedadas, destaca-se:

I) Oficinas realizadas em desacordo com o Plano de Trabalho apresentado;

II) Não realização das oficinas agendadas, por motivos adversos, não atribuíveis à Prefeitura Municipal de São Paulo

III) Não comprovação da realização das oficinas

IV) Se fazer incomunicável, não retornando aos e-mails, telefonemas e mensagens enviados pela CGA, por mais de 3 (três) dias úteis;

V) Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou qualquer tipo de preconceito de raça, cor, etnia, religião, gênero, sexualidade ou procedência nacional;

VI) promover manifestações de cunho político-partidário ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda política partidária;

VII) Recusar participação em oficinas presenciais e/ou virtuais articuladas pela Coordenadoria de Governo Aberto, ainda que justificadas.

VIII) ocorrência de 5 oficinas “vazias” (sem a presença de ao menos 1 participante)

2.3 Histórico de categorias

As oficinas ofertadas pelo Programa Agentes de Governo Aberto dividem-se dentro de diferentes categorias temáticas, de acordo com os assuntos que são abordados na formação. Durante seus 10 anos de execução, estas categorias temáticas variaram tanto em termos de quantidade quanto de conteúdo abarcado, sempre com o intuito de melhorar os projetos e suas classificações e ampliar a gama de oficinas disponibilizadas, levando em consideração tanto a opinião do público das oficinas quanto dos agentes que as realizam.

A tabela abaixo apresenta as categorias temáticas que compuseram o Programa ao longo de suas 8 edições:

| Evolução das categorias temáticas ao decorrer dos anos | |
|---|---|
| Ano | Categorias |
| 2015 | (I) Transparência; (II) Mapeamento colaborativo e gestão participativa; (III) Tecnologia aberta e colaborativa; (IV) Comunicação em rede; |
| 2016 | (I) Transparência; (II) Mapeamento colaborativo e gestão participativa; (III) Tecnologia aberta e colaborativa; (IV) Comunicação em rede; |
| 2017 | (I) Transparência e dados abertos; (II) Gestão participativa e mapeamento colaborativo; (III) Inovação, tecnologia aberta e colaborativa; e (IV) Cultura digital e comunicação em rede; |
| | (I) Transparência, abertura, reutilização de informações públicas e dados abertos; (II) Gestão participativa inclusiva e |

| | |
|--|---|
| <p style="text-align: center;">2018</p> | <p>mapeamento colaborativo; (III) Inovação, tecnologia aberta e inclusão digital; e (IV) Comunicação social, cultura digital, mídias alternativas e colaborativas;</p> |
| <p style="text-align: center;">2019</p> | <p>(I) Transparência, acesso à informação e política de dados abertos; (II) Participação social e mapeamento colaborativo; (III) Inovação, tecnologia aberta e inclusão digital; (IV) Comunicação social, cultura digital e mídias alternativas e colaborativas; (V) Educação política, controle social e mecanismos de combate à corrupção; e (VI) Participação legislativa, estrutura pública municipal e atividades de relações governamentais éticas e adequadas;</p> |
| <p style="text-align: center;">2020</p> | <p>(I) Transparência, dados abertos e acesso à informação; (II) Participação social e colaboração; (III) Inovação, tecnologia aberta e inclusão digital; (IV) Comunicação e mídias alternativas e colaborativas; (V) Controle social e mecanismos de combate à corrupção; e (VI) Processos legislativos e relações governamentais;</p> |
| <p style="text-align: center;">2021</p> | <p>(I) Governo aberto; (II) Orçamento público e Gestão municipal; (III) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (IV) Instrumentos de planejamento urbano; (V) Saúde e/ou Assistência Social; (VI) Estrutura e funcionamento estatal; e (VII) Governo aberto nas escolas;</p> |
| | <p>(I) Governo aberto; (II) Orçamento público</p> |

| | |
|--|---|
| <p style="text-align: center;">2022</p> | <p>e Gestão municipal; (III) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (IV) Instrumentos de planejamento urbano; (V) Saúde e/ou Assistência Social; (VI) Estrutura e funcionamento estatal; e (VII) Governo aberto nas escolas;</p> |
| <p style="text-align: center;">2023</p> | <p>(I) Governo Aberto; (II). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (III). Instrumentos de Planejamento Urbano; (IV). Saúde e/ou Assistência Social; (V). Estrutura Estatal e Gestão Municipal; (VI). Governo Aberto nas Escolas; (VII). Caixa de Ferramentas para Conselheiros; (VIII). Segurança Urbana e Cidadania; (IX). Orçamento Público, Cidadania e Estrutura Fiscal no Brasil e no Município;</p> |
| <p style="text-align: center;">2024</p> | <p>(I) Governo Aberto; (II). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (III). Instrumentos de Planejamento Urbano; (IV). Saúde e/ou Assistência Social; (V). Estrutura Estatal e Gestão Municipal; (VI). Governo Aberto nas Escolas; (VII). Caixa de Ferramentas para Conselheiros; (VIII). Segurança Urbana e Cidadania; (IX). Orçamento Público, Cidadania e Estrutura Fiscal no Brasil e no Município;</p> |
| <p style="text-align: center;">2025</p> | <p>(I) Governo Aberto; (II). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (III). Instrumentos de Planejamento Urbano; (IV). Saúde e/ou Assistência Social; (V). Estrutura Estatal e Gestão Municipal; (VI).</p> |

| | |
|--|---|
| | Governo Aberto nas Escolas; (VII). Direitos Humanos e Cidadania; (VIII). Segurança Urbana e Cidadania; (IX). Cidadania Fiscal e Justiça Social; |
|--|---|

Com o passar das edições do programa, é possível perceber a modificação e inserção de novas categorias, especialmente, a partir de 2023, quando o Programa passou a ter 9 categorias, visando aumentar o número de oficinas e participantes em determinadas temáticas. Essa mudança evidencia a atual concepção do Programa em relação a importância da transversalidade da pauta de governo aberto, buscando aproximá-la da realidade cotidiana dos territórios. Nas primeiras edições, havia uma maior preocupação em inserir oficinas que tratassem diretamente da temática de Governo Aberto e seus pilares. Com o passar dos ciclos, porém, foi-se identificando não somente a necessidade de sensibilizar a população acerca da pauta de abertura governamental, como também de relacioná-la às políticas públicas mais setoriais.

3. A 8ª edição do Programa

A 8ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto ocorreu entre os meses de setembro e dezembro de 2025. Sua preparação, porém, iniciou-se ainda no fim de 2024, com a consolidação dos dados e resultados da edição anterior, a fim de mapear acertos e pontos de melhoria, e início da escrita do Edital. Durante o primeiro semestre do ano, a equipe da Coordenadoria se empenhou no processo de finalização da escrita do edital da 8ª edição, e consulta, tanto técnico-jurídica quanto institucional dos Gabinetes. Além das contribuições das demais secretarias que compõem a comissão de contratação do Programa, o edital também passou por um processo de consulta pública através do plataforma Participe +, com o objetivo de colher sugestões e contribuições da sociedade civil (o link com a íntegra da consulta pública, contribuições recebidas e devolutiva elaborada pela equipe gestora do programa pode ser acessado em: <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/legislation/processes/321>)

< Voltar

COMPARTILHAR

Edital de Credenciamento 2025-2026 do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto



DESCRIÇÃO

Os Agentes Formadores de Governo Aberto selecionados através do edital receberão uma bolsa para planejar e ministrar as oficinas por eles propostas, nos formatos online e presencial, por todo o território da cidade de São Paulo. Nesta edição, as oficinas ocorrerão em dois ciclos: o primeiro no segundo semestre de 2025 e o segundo ciclo no ano de 2026. Durante cada ciclo, os agentes contratados possuirão um teto de 40 horas de oficinas a serem realizadas.

O Programa tem como objetivo capacitar e engajar a sociedade civil no exercício da cidadania por meio da difusão da agenda de governo aberto, levando para a cidade de São Paulo as iniciativas de transparência, participação social, inovação e integridade, a partir de temas cotidianos da população, apresentados de cidadão para cidadão.

Todos os anos, os processos participativos fortalecem o Programa Agentes de Governo Aberto, tornando os processos de seleção dos agentes e execução das oficinas cada vez mais responsivos. Participe e divulgue essa iniciativa!

Informações adicionais

Ainda antes do início do ciclo, e com o edital já publicado, a Equipe da Coordenadoria de Governo Aberto promoveu uma estratégia de divulgação do programa junto a diferentes atores da sociedade civil, com o objetivo de atrair novos projetos e buscar diversificar o público participante. Este processo incluiu a realização de uma oficina de divulgação do edital realizada no auditório da Prefeitura Municipal de São Paulo, no edifício Matarazzo (aberta a participação de conselheiros municipais e demais interessados da sociedade civil); Oficinas de divulgação do edital em universidades (foram realizadas oficinas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, ETEC Cepam, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH USP, Universidade Presbiteriana Mackenzie e Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP), além de uma live no canal do youtube da coordenadoria (a live com a apresentação do edital pode ser acessada na íntegra através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=RUKxahZ9cns>).



Fotos de oficina de divulgação do programa na EACH USP

A estratégia de divulgação adotada trouxe resultados positivos em relação ao número de projetos recebidos: durante o período de abertura do edital para recebimento de inscrições, do dia 26 de maio ao dia 09 de julho, foram encaminhados via portal SP156 um total de 130 projetos para participação no Programa. Todos os projetos recebidos passaram por uma triagem prévia realizada pela equipe da Coordenadoria de Governo Aberto, que resultou em 22 projetos desclassificados (projetos que não cumpriam as exigências previstas em edital em relação a documentação necessária para a inscrição, e por isso foram eliminados antes mesmo da fase de avaliação pela comissão de seleção do programa). Os demais projetos foram então encaminhados à Comissão de seleção, que realizou a avaliação de cada um deles de acordo com os critérios previstos em edital. A partir da nota final atribuída, os projetos credenciados (que obtiveram avaliação superior a 8, em uma escala de 0 a 10) foram para a fase de sorteio da ordem de contratação.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de projetos recebidos e classificados por categoria na 8ª edição do Programa, divididos entre credenciados e não credenciados:

Projetos Recebidos e classificados para avaliação - 8ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto

| Categoria | Número total de projetos recebidos e classificados para avaliação | Número de projetos credenciados | Número de projetos não credenciados |
|---|--|--|--|
| 1 - Governo Aberto | 10 | 8 | 2 |
| 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável | 20 | 10 | 10 |
| 3 - Instrumentos de Planejamento Urbano | 10 | 7 | 3 |
| 4 - Saúde e/ou Assistência Social | 14 | 13 | 1 |
| 5- Estrutura Estatal e Gestão Municipal | 6 | 5 | 1 |
| 6 - Governo Aberto nas Escolas | 20 | 11 | 9 |
| 7 - Direitos Humanos e Cidadania | 23 | 14 | 9 |
| 8 - Segurança Urbana e Cidadania | 1 | 1 | 0 |
| 9 - Cidadania Fiscal e Justiça Social | 4 | 3 | 1 |

Como o edital do Programa previa a possibilidade de contratação de até 36 agentes, sendo 4 por categoria temática, e duas das categorias (Segurança Urbana e Cidadania, e Cidadania Fiscal e Justiça Social) não atingiram este número de projetos credenciados, deliberou-se por realizar a contratação de 1 projeto a mais nas 4 categorias que tiveram mais projetos inscritos e habilitados (Governo Aberto, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Saúde e ou/Assistência Social e Direitos Humanos e Cidadania).

Desta forma, 36 projetos foram sorteados² para contratação no primeiro ciclo da 8ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto. Destes, 3 não manifestaram interesse na contratação, tendo sido substituídos pelos primeiros classificados da lista de espera. Outros 4 agentes optaram por desistir da contratação, ainda não tendo realizado nenhuma oficina (nestes casos, a comissão de contratação deliberou pela não substituição devido ao pouco tempo que o novo agente chamado teria para realizar sua carga horária de formações). Assim, o ciclo ocorreu com 32 projetos efetivamente executados.

Por fim, antes do início do ciclo, por tratar-se de uma edição ocorrida no ano em que o Programa Agentes de Governo Aberto completava 10 anos de execução, foi promovido um evento comemorativo no mês de setembro, com o objetivo de relembrar o legado, histórico e conquistas do programa, bem como pensar os desafios que se apresentavam para os próximos anos. O evento ocorreu no auditório da Biblioteca Mário de Andrade, e contou com a presença de servidores, servidoras e secretários de secretarias responsáveis pelo programa; membros de organizações da sociedade civil; membros da academia dedicados a pesquisa na pauta de governo aberto; agentes que atuaram em edições anteriores do programa, e os agentes contratados para a edição. Além das mesas de discussão e reflexão, o evento foi também uma importante oportunidade de trocas entre diversos atores que, de alguma forma, fizeram parte da construção destes 10 anos de programa, além de um momento para que as oficinas que compuseram a 8ª edição pudessem ser divulgadas ao público, propiciando sua articulação junto aos parceiros presentes.

² Live do sorteio pode ser consultada em: <https://www.youtube.com/watch?v=jlPc2c0TeEw>



Registro do evento realizado em comemoração aos 10 anos de Execução do Programa Agentes de Governo Aberto

3.1 Categorias temáticas e oficinas realizadas

As categorias do programa são definidas visando relacionar os pilares de Governo Aberto com o cotidiano dos cidadãos, propiciando uma melhor compreensão sobre esta agenda e seu impacto no dia a dia da população. Justamente por isso, o Programa funciona atualmente com categorias ligadas a diferentes áreas setoriais de políticas públicas, de forma que as oficinas oferecidas possam abordar diferentes temáticas, sempre com a perspectiva de promover os pilares de transparência, participação social e prestação de contas.

No ano de 2025, o programa foi dividido em 9 categorias:

1. Governo Aberto;
2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
3. Instrumentos de Planejamento Urbano;
4. Saúde e/ou Assistência Social;
5. Estrutura Estatal e Gestão Municipal;
6. Governo Aberto nas Escolas;
7. Direitos Humanos e Cidadania;
8. Segurança Urbana e Cidadania;
9. Cidadania Fiscal e Justiça Social;

Abaixo, estão apresentadas as possíveis abordagens temáticas que poderiam ser exploradas pelas oficinas de cada uma das categorias, bem como os títulos e resumo dos projetos que foram executados ao longo da 8ª edição.

Categoria 1: Governo Aberto

Possíveis abordagens temáticas: Promoção e difusão de práticas e usos de ferramentas de transparência, integridade, participação e inovação (como os portais e plataformas da Prefeitura de São Paulo); construção e disseminação do conceito de governo aberto; apresentação, uso e difusão da agenda de governo aberto a nível local, nacional e internacional.

Projetos executados:

Design Thinking e Participação Cidadã - Cocriação para o Bem Comum:

Agente: Pedro Henrique Junqueira Martins

“A oficina Cocriação para o Bem Comum” apresenta o Design Thinking como ferramenta prática para identificar e mapear demandas locais, cocriar soluções e desenvolver protótipos de melhorias em políticas e serviços públicos. Uma experiência prática e colaborativa que apresenta o Design Thinking como ferramenta para transformar realidades. Nesta oficina, lideranças comunitárias, representantes de conselhos participativos, servidores públicos e qualquer cidadão interessado aprenderão a identificar demandas locais, cocriar soluções

inovadoras e prototipar melhorias reais em políticas e serviços públicos com uma das metodologias de inovação mais procuradas e reconhecidas atualmente.”

Transparência e Gestão de Dados para Servidores Públicos:

Agente: Tomaz Soares Canté

“Direitos, Deveres e Responsabilidades: Nessa oficina iremos introduzir os principais marcos legais que tratam da gestão de dados e informações no serviço público, em especial a Lei de Acesso à Informação e a Lei geral de Proteção de Dados, para funcionários públicos, estudantes do campo de públicas e todas as pessoas interessadas. A ideia é que o participante saia sabendo quais seus Direitos, Deveres e Responsabilidades ao tratar com dados e informações públicas. Além disso, também serão trabalhados conceitos essenciais para a gestão de dados em si, como o que são dados, quais os melhores formatos para divulgação e como realizar a coleta e descarte de dados da forma correta.”

“Observa São Paulo – Estudo e análise de indicadores educacionais:

Agente: Denise Bergamo da Rosa

“Apresentação da fundamentação histórica, teórica e legal dos indicadores como instrumento de gestão para resultados; Abordagem do instrumento de planejamento e orçamento da administração pública, o Plano Plurianual (PPA), aqui o PPA 2022-2025, Lei nº 17.729 de 2021 e seus anexos: Anexo III do PPA 2022-2025 “Relação de Indicadores” documento que reúne todos os indicadores presentes no PPA 2022-2025; e o “Anexo I – Fichas de Monitoramento dos Indicadores” referente ao “Relatório de Monitoramento do PPA 2022-2025” que consta todas as informações que compõe os indicadores do PPA por ano de referência (abordaremos o ano de 2022); A abordagem da plataforma “Observa Sampa” explicitando: O decreto que o institui; Quem são os órgãos públicos responsáveis por sua coordenação; Como é feita a metodologia para a seleção dos indicadores, objetivos e metas; Quais são os níveis de indicadores. Como a população pode participar deste processo E navegação pela plataforma de indicadores “Observa Sampa” construindo variados cenários para fins de estudo, análises e comparações.”

Governo Aberto e Informação na Prática

Agente: Marcelo Teixeira de Moraes

“Você sabia que qualquer pessoa pode pedir informações ao poder público? Nessa oficina

dinâmica e prática, vamos explorar como funciona o acesso à informação e aprender, juntas, a fazer pedidos reais por meio da Lei de Acesso à Informação. Ao final, cada participante terá construído sua própria solicitação, coletivamente e com instrumentos para exercer seu direito de acesso à informação, preparado para usar esse direito como ferramenta de cidadania e transformação!”

Cidade Digital e Espaço Público

Agente: Caroline Flávia Casimiro Ramos

“Nesta oficina serão debatidas as potencialidades e os obstáculos para a construção de uma cidade digital: das facilidades de acesso à necessidade de letramento digital para a população. As pessoas participantes serão instigadas a refletir sobre as mudanças ao longo do tempo, pontos positivos e negativos das transformações, projeções para o futuro e como o espaço público absorve e manifesta os sinais dos novos tempos.”

Categoria 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Possíveis abordagens temáticas: formação da Agenda 2030 e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em âmbito local, abarcando análises de dados, metas, indicadores e formas de participação e controle social.

Projetos executados:

Sustentabilidade não deve ser complicado: como regenerar territórios a partir do cuidado e da inovação?

Agente: Camila Caroline dos Santos

“A oficina apresenta o cuidado como base de uma sustentabilidade viável, possível e regenerativa. Partindo da vivência dos participantes, propomos a construção de soluções simples, mas transformadoras, para o território, combinando os ODS com ferramentas práticas de cuidado, inovação social e regeneração comunitária.”

Sustentabilidade em ação: conectando realidades aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Agente: Guilherme Prado Alves

“A oficina ‘Sustentabilidade em ação: conectando realidades aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável’ convida o público a refletir sobre os conceitos de

sustentabilidade e desenvolvimento sustentável a partir da realidade vivenciada nos territórios, comunidades, nos bairros e nas cidades. Dividida em dois módulos dinâmicos e participativos, a oficina se inicia com uma exposição conceitual sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além de atividades colaborativas e reflexões coletivas. No segundo módulo, participantes desenvolvem propostas de ação concretas voltadas para questões locais e regionais, relacionando-as aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e aplicando o conhecimento apropriado. A metodologia valoriza o diálogo e a escuta ativa, contribuindo para a formação cidadã, engajamento social e fomento à governança participativa para práticas sustentáveis locais e regionais, com potencial de subsidiar ações da gestão pública. Uma excelente oportunidade para trocar experiências e desenvolver projetos em prol de um futuro mais justo e sustentável.”

Como e quais ODS aplicar em minha escola, instituição, empresa, comunidade, etc.?

Agente: Ana Carolina Daniele

“Oficina para que os participantes possam conhecer o que são as ODS e Agenda 2030 e como aplicá-las de fato e de forma prática em empresas, escolas e instituições, comunidade etc.”

IDSC-BR: Monitorando os ODS e Construindo uma São Paulo Sustentável

Agente: João Pedro Maluf de Avo

“Esta oficina apresentará uma história dos ODS, com foco nos ODS 11, 12 e 13. Ainda, o principal objetivo da oficina será apresentar o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras (IDSC-BR) como uma ferramenta essencial para o monitoramento e a implementação da Agenda 2030 nos municípios. Os participantes aprenderão a navegar na plataforma, interpretar os dados e utilizá-los para identificar desafios e oportunidades nos seus respectivos municípios, com foco especial na realidade de São Paulo.”

Categoria 3 - Instrumentos de planejamento Urbano

Possíveis abordagens temáticas: processos de construção e implementação de instrumentos de planejamento urbano, bem como a interlocução entre eles, tais como: Plano Diretor Estratégico (PDE), Planos de Ações e Regionais das Subprefeituras do município de São Paulo, Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Plano Municipal de Habitação, Plano Municipal de Mobilidade, Plano Municipal de Saneamento Básico de São Paulo, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS); ferramentas e espaços de participação e controle social relativos ao instrumento abordado.

Projetos executados:

Planejar é Resistir: Cidades para Quem?

Agente: Laiza Borges dos Santos

“A oficina ‘Planejar é Resistir: Cidades para Quem?’ propõe uma introdução acessível aos principais instrumentos de planejamento urbano de São Paulo, como o Plano Diretor e a LPUOS, a partir do ponto de vista de quem vive na periferia. Com dinâmicas participativas e ferramentas digitais gratuitas, a oficina busca conscientizar os participantes sobre como esses instrumentos influenciam diretamente seus territórios e como é possível ocupar os espaços de decisão com protagonismo.”

VENHA DESCOBRIR COMO AS CIDADES SÃO PLANEJADAS! Oficinas de Planejamento Urbano Participativo

Agente: Caique Sanches Bodine

“Esta oficina apresenta aos cidadãos da Cidade de São Paulo os principais instrumentos do planejamento urbano municipal (Plano Diretor Estratégico e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo), combinando atividades lúdicas, uso de dados abertos e georreferenciamento (GeoSampa). Destinada a público geral, sem pré-requisitos, a oficina empodera os participantes a compreenderem normas, identificarem disputas territoriais e atuarem efetivamente em processos participativos, audiências públicas e controle social.”

Da rua à cidade: comunicação cidadã e o direito de pertencer na cidade de São Paulo

Agente: Diego Galofero Aureliano da Silva

“Oficina sobre comunicação, cidadania e direito à cidade a partir da escuta, visibilidade e protagonismo de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.”

O processo de construção de um Plano Diretor Estratégico, com ênfase na participação social

Agente: Mariana Silva Pereira

“Nesta oficina será apresentado como se dá o processo de construção de um Plano Diretor Estratégico (PDE), instrumento central do planejamento urbano municipal. Serão abordadas suas principais etapas, desde o embasamento legal até a formulação final do plano, com

ênfase na participação social como um marco e um direito assegurado. A proposta visa promover a compreensão do PDE como instrumento técnico, político e cidadão.”

Categoria 4 - Saúde e/ou Assistência Social

Possíveis abordagens temáticas: formação do Sistema Único de Saúde (SUS); formação do “Sistema Único de Assistência Social (SUAS); financiamento, gasto público e gestão dos recursos em saúde; estrutura e funcionamento da Secretaria Municipal da Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e as ferramentas e espaços de participação e controle social a elas vinculados; atribuições das esferas federal, estadual e municipal na Saúde e Assistência Social; apresentação, criação e difusão de ferramentas disponíveis em redes digitais e não digitais para fomento e divulgação de políticas públicas nas áreas da saúde e da assistência social no município.”

Projetos executados:

Previna-se ! Vacina Salva

Agente: Ana Cristina de Oliveira Silva

“O projeto será sobre a informação da importância da vacina HPV, contra o câncer de colo do útero, boca, garganta, pênis, anus, como se pode prevenir este câncer, efetuar a higienização correta e uso de preservativos, formando multiplicadores da informação.”

Vozes da Cidade: Comunicação e Cidadania na Saúde Pública

Agente: Pedro dos Santos Oliveira

“A oficina propõe refletir sobre a importância da comunicação cidadã e midiática como eixo transversal nas políticas de saúde e assistência social. A partir do conceito de Cidade Constitucional e Comunicacional, busca-se promover a literacia midiática, o combate à desinformação e a valorização de estratégias de diálogo entre Estado e sociedade para o fortalecimento da participação cidadã.”

Entenda o SUS: Um direito seu, uma luta de todos

Agente: Bruna Perroni Coelho

“Afim, para que serve o Sistema Único de Saúde (SUS), e o que eu tenho a ver com isso?” Partindo da ideia de que o cidadão é um agente determinante e transformador do bem-estar individual e coletivo, esta oficina, dividida em dois módulos, propõe uma reflexão

aprofundada sobre os princípios, estruturas e formas de funcionamento do SUS. A partir de uma abordagem acessível e crítica, vamos compreender a construção histórica, social e organizacional do Sistema Único de Saúde — a mais importante instituição jurídica de efetivação do direito à saúde no Brasil. O objetivo é fornecer bases para discutir os desafios atuais, as potencialidades do sistema público de saúde e o papel ativo de cada pessoa na consolidação e fortalecimento das políticas públicas de saúde.”

Categoria 5 - Estrutura Estatal e Gestão Municipal

Possíveis abordagens temáticas: estrutura e atribuições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; competências legislativas e administrativas dos entes da Federação, com ênfase nos municípios; ferramentas e espaços de participação e controle social nas atividades do legislativo e do executivo; Programas de Metas da cidade de São Paulo; Estrutura e funcionamento de conselhos e órgãos colegiados.

Projetos executados:

Análise de Dados com Inteligência Artificial na Gestão Pública: Programa de Metas

Agente: Carolina Borges

“Esta oficina apresenta casos reais de como a Inteligência Artificial pode ser usada para analisar dados públicos e gerar relatórios e ferramentas que auxiliam nas decisões políticas. A oficina é direcionada para conselheiros, gestores públicos e a população em geral interessada no tema.”

Três Poderes em Jogo

Agente: Felipe Neves Da Silva

“Para que serve um vereador? Como um juiz trabalha? E de que forma o trabalho do prefeito afeta minha vida? Com jogos, dinâmicas e debates, o coletivo 3 Palitos quer mostrar como são formados, como atuam e de que forma os três poderes da República interagem entre si para garantir a Democracia. Vamos juntos?”

Labirintos da democracia - Quem faz o quê?

Agente: Carolina Thalya da Silva Paulino

“Todo cidadão já se sentiu perdido diante da complexidade da máquina pública. Com quem falar sobre enchentes no bairro? Em caso de dificuldade para matricular um filho, procurar a escola ou a Secretaria Municipal? A estrutura estatal é moldada pelas demandas sociais, mas não acompanha o ritmo das transformações contemporâneas. Diante desse cenário, este projeto busca descrever, investigar e experimentar métodos de compreensão da estrutura do Estado, com ênfase no nível municipal e nas principais ferramentas de controle social e participação nas políticas públicas de São Paulo – SP.”

Conselhos Participativos Municipais: Um caminho de Participação Social na Cidade de São Paulo

Agente: Pedro Henrique de Sousa Batista

“A participação social é um assunto caro para a Administração Pública e, sem dúvidas, para a população em geral. Para entender um pouco mais sobre como esse processo é aplicado na Cidade de São Paulo, é fundamental abordar os Conselhos Participativos Municipais, assim como sua estruturação e funcionamento nas regiões das 32 Subprefeituras. Além disso, fortalecer tal prática de controle social é importante para o desenvolvimento de políticas públicas, que podem melhorar ou não muitos aspectos da vida a curto, médio e longo prazo. Então, é preciso que haja uma conscientização sobre como e por que participar ativamente de debates que influenciam a vida comum no Município, ainda que não no campo eleitoral ou político-partidário.”

Categoria 6 - Governo Aberto nas Escolas

Possíveis abordagens temáticas: Gestão democrática nas escolas: conselho de escola, grêmios estudantis, mediação de conflitos escolares, comunicação não violenta, inclusão e diversidade, convívio escolar; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), medidas de combate e prevenção ao racismo, à homofobia e demais formas de discriminação; apoio a povos migrantes, curadoria cultural, curadoria físico-esportiva; sustentabilidade ambiental, relações públicas

Projetos executados:

Cartografias de pé no chão

Agente: Patricia Nogueira Feitosa

“Cartografias de pé no chão , um olhar para os caminhos percorridos e suas confluências entre seres humanos, não humanos. Identificação e mapeamento de quem somos , quem eles são, de onde viemos e por onde passamos e onde chegamos.”

Educação Antirracista e Combate ao Bullying

Agente: Beatriz Maciel dos Santos

“A oficina busca sensibilizar e capacitar educadores, adolescentes e comunidade escolar para o enfrentamento do racismo e de outras formas de discriminação no ambiente escolar, por meio de uma abordagem lúdica, participativa e fundamentada em dados e legislações. A partir de vivências práticas, diálogos e atividades interativas, serão discutidas estratégias de prevenção e intervenção ao bullying racial e seus efeitos na saúde mental de crianças e adolescentes.”

Com elas! A inclusão do debate de igualdade de gênero no ambiente escolar.

Agente: Izabela Alves Borba

“A oficina ‘Com elas! A inclusão do debate de igualdade de gênero no ambiente escolar’ apresenta a história de luta das mulheres pelos seus direitos e como eles são ‘cuidados’ na cidade de São Paulo, constrói diálogo sobre temáticas importantes dentro do universo da desigualdade de gênero, estimula a criação de ambientes escolares mais participativos na causa das mulheres, através de atividades e eventos propostos e executadas pelas próprias pessoas que estão no dia-a-dia da escola.”

Minha escola, meu bairro, minhas ideias!

Agente: Natalia Lima dos Santos

“A oficina ‘Minha escola, meu bairro, minhas ideias!’ é um convite para adolescentes refletirem sobre sua escola, seu bairro e as formas de transformar o lugar onde vivem. Com atividades criativas e interativas, vamos falar sobre participação cidadã, orçamento público e como cada jovem pode se tornar protagonista de mudanças reais, usando ferramentas digitais e mapeando as potências e desafios da sua comunidade.”

Categoria 7 - Direitos Humanos e Cidadania

Possíveis abordagens temáticas: Possíveis abordagens temáticas: História dos conselhos de políticas públicas e engajamento cívico, regimes internacionais de proteção de direitos humanos (Interamericano, Africano e Europeu), Declaração Universal de Direitos Humanos,

políticas nacionais e internacionais de direitos humanos nos eixos de proteção à mulher, igualdade racial e direito à ancestralidade, políticas para a pessoa idosa, para pessoas em situação de rua, para pessoas com deficiência, para a população LGBTQIAP+, para povos originários, para imigrantes e refugiados. Iniciativas de promoção de segurança alimentar no município e em demais esferas.

Projetos executados:

Cultura é Direito: Ocupar, Transformar e Resistir!

Agente: Júlios Vinícius de Carvalho Alves

“Uma oficina que apresentará a cultura como direito humano fundamental e ferramenta de transformação social nas periferias. Serão exploradas políticas públicas, editais e ferramentas de participação para fortalecer a arte local, o pertencimento comunitário e o engajamento cidadão.”

Direitos de todos os Humanos

Agente: Alessandro Luís Moreira

“A oficina proposta pretende refletir sobre os Direitos Humanos como Direitos inerentes à todas as pessoas, além de, transcender a visão reducionista deste em nossa contemporaneidade.”

Onde o Direito Cria Raiz

Agente: Laura Kätryn Costa Rocha

“Onde o Direito Cria Raiz é uma oficina sobre justiça ambiental, cidadania e acesso a direitos. A atividade parte da ideia de que o meio ambiente não é apenas natureza — é território, cidade, ar, saúde e dignidade. A partir da Constituição Federal, a oficina apresenta de forma prática os instrumentos que garantem à população o direito de viver bem onde mora, de participar das decisões sobre seu território e de acionar o poder público quando esses direitos são violados. Voltada a escolas, espaços públicos e centros comunitários, a proposta promove uma formação cidadã acessível, com linguagem direta, conexão com o cotidiano das pessoas e foco na defesa de direitos ambientais e coletivos.”

Expressa Cidadania – Comunicação, Liberdade e Verdade no Século XXI

Agente: Mariana Pícaro Cerigatto

“A oficina Expressa Cidadania tem como objetivo promover o letramento crítico e a educação midiática de jovens e adultos para fortalecer o direito à comunicação, a liberdade de expressão com responsabilidade e o combate à desinformação. Por meio de dinâmicas participativas, análise de conteúdos reais e debates guiados, os participantes serão provocados a refletir sobre os limites éticos da liberdade de expressão, o papel das mídias e redes sociais na sociedade democrática e a importância da checagem de fatos como ferramenta cidadã.”

Trabalho Análogo à Escravidão Hoje: Conhecer, Denunciar, Transformar

Agente: Fernanda Andrade de Paula

“A oficina oferece um espaço de formação cidadã para discutir o trabalho análogo à escravidão na atualidade, refletindo sobre os direitos trabalhistas, o conceito de trabalho decente e os caminhos de enfrentamento à violação de direitos. Traz dinâmicas participativas, vídeos e estudos de caso a partir de dinâmicas e casos reais, serão abordadas formas de identificar. Busca fortalecer a consciência crítica, os direitos humanos e o controle social das políticas públicas.”

Categoria 8 - Segurança Urbana e Cidadania

Possíveis abordagens temáticas: Possíveis abordagens temáticas: Conceito de segurança urbana; estrutura da segurança no Brasil e o papel do município; formação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) – Lei federal no 13.675/2018; estrutura e funcionamento da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU); história, estrutura e principais atividades e projetos da Guarda Municipal (GCM) de São Paulo; Defesa Civil e sua atuação no município; como identificar zonas de risco e mitigar acidentes; participação social e segurança urbana (tecnologias e ferramentas de promoção e garantia da segurança urbana, apresentação do Conselho de Segurança Urbana - Lei nº 16.616/2015, ouvidoria da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU); direitos humanos e formas de violência contra grupos vulnerabilizados (legislações específicas, canais de denúncia, projetos de prevenção da violência junto à população); estratégia de mediação de conflito e resolução não violenta.

Projetos executados:

A Cidade e a Sensação de Segurança

Agente: Maria das Dores Alves de Oliveira

“A oficina ‘A Cidade e a Sensação de Segurança’ visa ampliar a participação social na construção de uma cidade mais segura. Por meio de uma participação interativa e de uma aprendizagem baseada em problemas, a oficina abordará temas como prevenção da violência, mediação de conflito, cultura de paz, uso seguro de espaços públicos e legislações específicas. Espera-se que ao final, os participantes estejam mais engajados, buscando medidas preventivas, criando redes, participando ativamente nas soluções de conflitos em conjunto com os órgãos públicos responsáveis. Os resultados serão avaliados através, engajamento dos participantes e a apresentação de soluções para os problemas propostos.”

Categoria 9 - Cidadania Fiscal e Justiça Social

Possíveis abordagens temáticas: Possíveis abordagens temáticas: Direitos Fundamentais: o que são e quais são os direitos fundamentais garantidos pela Constituição e como eles se relacionam com a cidadania fiscal. Estado e Sociedade: como é a relação entre o Estado e a sociedade, destacando o papel dos cidadãos na construção de políticas públicas. Cidadania Fiscal: conscientização sobre a importância dos tributos e como eles contribuem para o bem-estar social e o desenvolvimento do município. Justiça Social: Discussão sobre a função social dos tributos e como a arrecadação fiscal pode promover a equidade e reduzir desigualdades. Políticas Públicas: Estudo de políticas públicas que utilizam recursos fiscais para melhorar a qualidade de vida da população. Participação e Controle Social: Mecanismos de participação social na elaboração e fiscalização das políticas públicas, como conselhos, observatórios e ouvidorias. Orçamento público: etapas de construção do orçamento público e o Orçamento Cidadão na cidade de São Paulo. Sistema Tributário: impostos, taxas e contribuições, progressividade e regressividade; os principais impostos ao nível federal, estadual e municipal e suas classificações. Poder público e o desenvolvimento local: como a União e o Estado contribuem para o desenvolvimento do município por meio de repasses, como são feitos esses repasses, quais são obrigatórios, quais os instrumentos e instâncias decisórias.

Projetos executados:

Cidadania Fiscal e Justiça Social

Agente: Dario Krastin Dias

“Capacite-se para entender como o dinheiro público é arrecadado e gasto, aprenda a fiscalizar os recursos federais e estaduais que chegam ao seu município e descubra como participar ativamente na construção de políticas públicas mais justas. Vamos juntos fortalecer o controle social, combater a corrupção e impulsionar desenvolvimento local com transparência e responsabilidade!”

Orçamento Comunitário SP: Vozes da Periferia

Agente: Marcos Jesus dos Santos

“O projeto ‘Orçamento Comunitário SP: Vozes da Periferia’ tem como objetivo principal criar um diagnóstico participativo da alocação orçamentária em São Paulo, focado nas prioridades das comunidades periféricas. Esse diagnóstico, construído de forma colaborativa, visa aprimorar a compreensão sobre a distribuição de recursos públicos e sua aderência às necessidades territoriais. A metodologia se baseia nos princípios de comunidade, oralidade e circularidade do saber, comuns às tradições de organização popular e resistência, garantindo um processo dialógico e prático.”

3.2 Mudanças e inovações (remuneração pelas reuniões formativas e categoria de direitos humanos)

Buscando garantir um processo de aprimoramento e avaliação constante das políticas públicas e do próprio programa, a cada novo edital lançado os membros das Secretarias Gestoras do Programa buscam implementar mudanças e inovações incrementais que tragam ganhos para a gestão e operacionalização da política.

Para o edital da 8ª edição lançado em 2025, destacam-se duas principais inovações implementadas. A primeira delas foi a criação de uma nova categoria temática de oficinas para o Programa, inédita em suas 8 edições, denominada “Direitos Humanos e Cidadania”. A criação desta categoria se deu pela compreensão da centralidade das pautas de Direitos Humanos para garantia da ampliação da participação pública e da inserção de novos atores nos espaços de participação municipais. Assim, a categoria tem por objetivo garantir com que temas fundamentais ligados a áreas como proteção à mulher, igualdade racial e direito à ancestralidade, políticas para a pessoa idosa, para pessoas em situação de rua, para pessoas com deficiência, para a população LGBTQIAP+, para povos originários, para imigrantes, entre outros, tenham espaço para ser abordados e difundidos no âmbito do Programa. Por fim

a criação da categoria possui também o objetivo de ampliar a possibilidade de inserção das oficinas do Programa nos diversos espaços e equipamentos geridos pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que além de sua grande capilaridade territorial, atendem um público diverso que pode fazer um bom aproveitamento das formações ofertadas.

A segunda inovação adotada para o edital da 8ª edição foi a adoção de uma remuneração para a participação dos agentes contratados nas reuniões formativas do Programa. Estes encontros já estavam presentes nas edições anteriores, sendo momentos de participação obrigatória dos agentes voltados à formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos agentes formadores, porém anteriormente não ensejaram nenhum tipo de remuneração pelo comparecimento. Para a 8ª edição, entendeu-se que a remuneração pelos encontros seria uma forma importante não apenas de estimular a participação dos agentes, como também de recompensar o esforço e gastos envolvidos no deslocamento e investimento de tempo para as formações. Assim, foi realizada uma pesquisa com base em outros editais de credenciamento para se buscar uma base para definição dos valores a serem pagos pelas horas do encontro. O valor estabelecido foi o de 50 reais por hora, o que resultou em uma remuneração de 100 reais por encontro formativo (ao longo do ciclo, os agentes participam de 3 reuniões formativas, com duas horas de duração cada).

Com a implementação desta mudança foi possível garantir um aumento na bolsa paga aos agentes do Programa, que atingiu um teto de R\$ 7700,00 reais por ciclo, garantindo a valorização das atividades por eles realizadas.

O cálculo do valor pago aos agentes na 8ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto, com a instituição do pagamento pela participação nas reuniões formativas, passou a ser realizado da seguinte maneira:

Horas de oficina presencial: R\$ 185 por horas de oficina realizada no modelo presencial (compostos por R\$ 135 pelo valor da hora-aula realizada + R\$ 50 pelo valor da hora de planejamento correspondente)

Horas de oficina Online: R\$160 por horas de oficina realizada no modelo presencial (compostos por R\$110 pelo valor da hora-aula realizada + R\$50 pelo valor da hora de planejamento correspondente).

Horas de participação na reunião formativa: R\$50 por hora de participação em reunião formativa obrigatória do programa (ao longo do ciclo ocorreram 3 reuniões formativas, de 2 horas de duração cada).

$$\begin{aligned}
 & \text{R\$185} \times \text{Horas de oficinas} \\
 & \text{presencias realizadas no mês} + \\
 & \text{R\$160} \times \text{Horas de oficinas} \\
 & \text{presenciais realizadas no mês} + \\
 & \text{R\$50} \times \text{Horas de participação} \\
 & \text{em reunião formativa}
 \end{aligned}
 =
 \text{Remuneração total do mês}$$

**Ao longo de todo o ciclo, os agentes podem realizar um teto de 40 horas de formação, somadas as oficinas online e presenciais*

Valor de pagamento mensal aos agentes (mediante apresentação de prestação de contas)

3.3 Reuniões Formativas

As reuniões formativas são encontros presenciais, com duração de 2 horas e presença obrigatória por parte dos agentes, que acontecem ao longo do ciclo de oficinas em datas pré estabelecidas em edital. O objetivo destes encontros, cuja participação passou a ser remunerada a partir do edital da 8ª edição do Programa, é o de contribuir também com o processo formativo dos agentes contratados, oferecendo palestras, discussões e debates sobre temas diversos, oferecidos pela equipe da coordenadoria e parceiros convidados. Espera-se que os temas tratados nos encontros formativos contribuam para ampliar o repertório de conhecimentos e habilidades dos agentes, aprimorando, desta forma, sua atuação dentro do próprio programa.

Além de momentos de formação, os encontros servem também para propiciar um contato mais próximo entre a equipe gestora do programa e o grupo de agentes, permitindo com que possam ser entregues materiais, registros e avaliações referentes às oficinas do mês vigente e do próximo, bem como que seja debatido o andamento do ciclo e das oficinas.

Durante a 8ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto, as reuniões formativas ocorreram nas seguintes datas:

| Reuniões Formativas - 1o Ciclo (2025) | | | |
|--|-------------|---------------|----------------|
| Reuniões | Data | Início | Término |
| 1º Reunião Formativa 2025 | 23/09 | 15h | 17h |
| 2º Reunião Formativa 2025 | 28/10 | 15h | 17h |
| 3º Reunião Formativa 2025 | 25/11 | 15h | 17h |

A primeira reunião formativa foi realizada no auditório do edifício Sampaio Moreira, sede da Secretaria Municipal de Cultura, e contou com a participação da Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos da Controladoria Geral do Município. A formação oferecida teve por objetivo explicar o que são dados abertos, quais suas características e tipologias, e os benefícios e desafios ligados a sua utilização. Também, foram apresentados portais e repositórios municipais que possuem dados abertos, bem como exemplos de políticas públicas que se utilizaram destes dados para sua formulação e implementação.

A segunda reunião formativa do ciclo foi realizada no auditório da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato. Para este encontro, a equipe da Coordenação de Povos Indígenas da Prefeitura Municipal de São Paulo foi convidada para fornecer a formação, que versou sobre os povos indígenas do Município de São Paulo, suas diferentes etnias, culturas e espalhamento geográfico, bem como as atividades e políticas públicas realizadas pela coordenação junto a estas comunidades.

Por fim, a terceira reunião formativa do ciclo ocorreu no auditório da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e contou com formação realizada pela Coordenadora da Divisão de Promoção da Ética e Prevenção a Conflito de Interesse da Controladoria Geral do Município. Durante a formação, foram debatidas questões relativas ao Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos - o qual abarca os agentes formadores -, bem como outros aspectos relacionados à conduta ética por parte daqueles em posições de prestação de serviços públicos.



Registros de reuniões formativas da 8ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto

3.4 Desafios enfrentados

No decorrer do ciclo, foram observados alguns pontos de atenção em relação aos mecanismos de controle, monitoramento e atestes das oficinas em seu atual formato. Essas observações fizeram com que fosse necessário realizar adaptações ao longo de sua execução, visando a garantia da qualidade do programa, de maior segurança tanto para os agentes formadores quanto para a administração municipal, e prezando pela efetividade e eficiência do Agentes de Governo Aberto como política pública.

Uma destas mudanças foi a necessidade de realização de oficinas apenas no formato online, a partir do mês de novembro, de modo a garantir a manutenção da integridade do

programa, partindo da percepção da inexistência de mecanismos eficazes, no atual edital, para a realização do ateste de realização das oficinas em modelo presencial. Assim, durante a etapa final do ciclo, apenas as oficinas da categoria 6 foram realizadas presencialmente, bem como algumas das oficinas realizadas em escolas de Governo como a EMASP, que por características próprias da Escola de Governo, apresentam mecanismo de ateste especial.

O edital do programa prevê a determinação da adaptabilidade das oficinas para realização em ambos os formatos, o que permitiu que oficinas originalmente agendadas para o formato presencial pudessem ser realizadas no modelo on-line. Notou-se, entretanto, que em casos específicos, parceiros do programa que receberiam formações não conseguiram dispor de ferramentas que possibilitasse a replicação dessas oficinas no formato virtual, resultando na necessidade de que uma fração dos agendamentos precisassem ser desmarcados.

Este desafio inesperado permitiu evidenciar a importância do aprimoramento dos mecanismos de controle e atestes das oficinas a fim de que, para as próximas edições, seja retomado modelo de oficinas em ambos os formatos, presencial e on-line, como ferramenta de inclusão de diversos tipos de público para o programa. Vale ressaltar ainda que a suspensão das oficinas presenciais não impediu a continuidade do ciclo: com a anuência dos parceiros, parte das oficinas teve seu formato adaptado, e os agendamentos continuaram a ser realizados, tanto pela equipe da Coordenadoria de Governo Aberto quanto pelos próprios agentes.

Outro desafio enfrentado se deu em relação ao período e duração do ciclo. Devido a um processo de reestruturação institucional e da equipe da Coordenadoria de Governo Aberto durante o ano de 2025, com a saída de membros que compunham a equipe de Formação e Pesquisa, e a eventual curva de aprendizagem da chegada de novos integrantes para ocupar tais funções na equipe, o processo de início da execução do Programa demandou maior tempo, e o primeiro ciclo da 8ª edição iniciou-se na segunda quinzena de setembro, sendo finalizado no dia 17 de dezembro. Assim, houve um prazo mais curto para a realização das oficinas, e, pelo fato de estas terem ocorrido em um período de final de ano, a possibilidade de extensão do calendário tornou-se inviável operacionalmente.

Apesar disso, os números obtidos através dos formulários de avaliação e participação mostram que foi possível atingir uma quantidade de participantes compatível com a média histórica do programa (sendo inferior apenas aos números da 1ª edição (2015-2016) e na 7ª edição (2023-2024), cujos ciclos de oficina tiveram maior duração), mantendo-se também as avaliações positivas por parte do público participante em relação às oficinas realizadas.

4. A 8ª edição em números

Considerando-se todo o ciclo de oficinas, a 8ª edição contabilizou um público total de **5.977 participações**, dentre servidores públicos municipais, estudantes da rede municipal de ensino, estagiários da Prefeitura, jovens aprendizes, demais organizações da sociedade civil e população em geral, e um total de mais de 635 horas de oficina. Além disso, foram contabilizadas 276 oficinas espalhadas por toda cidade de São Paulo, englobando desde faculdades, CEUs, e outros equipamentos públicos municipais, ressaltando a abrangência do programa tanto em público quanto em alcance territorial.

A seguir, são apresentados de forma mais detalhada os dados gerais da edição, em relação a quantidade e perfil de público, modalidade das oficinas, localização geográfica das formações, e avaliação das formações por parte dos participantes.

4.1 Dados Gerais da edição

A fim de realizar uma análise mais aprofundada do primeiro ciclo de oficinas da 8ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto, após o fim de período de realização das oficinas, a equipe da Coordenadoria de Governo Aberto buscou reunir os principais dados do ciclo, relativos tanto às formações realizadas (quantidade, local, modalidade) como também ao público impactado pela política (quantidade e perfil). Tais dados permitem com que se tenha uma melhor dimensão dos impactos do programa, além de propiciar a realização de análises comparativas em relação aos ciclos e edições anteriores, cujos relatórios já encontram-se publicados.

É importante ressaltar que os dados que serão apresentados a seguir seguem duas metodologias distintas de coleta e aferição. Em relação aos dados sobre as oficinas (quantidade de oficinas realizadas, local de realização das oficinas presenciais, tipo de equipamento de ocorrência das oficinas), bem como os dados sobre total de participantes, a coleta é feita diretamente através dos relatórios de prestação de contas apresentados pelos agentes formadores ao final de cada mês do programa. Assim, tais dados representam números exatos do ciclo, uma vez que são aferidos diretamente pelos documentos comprobatórios apresentados pelos próprios agentes (como listas de presença, no modelo presencial, e gravação das oficinas, no modelo online).

Já os dados referentes ao perfil de público das oficinas são coletados por meio de um formulário de avaliação que é passado aos participantes ao final de cada oficina. O formulário

é padronizado a fim de facilitar a coleta e a análise de dados (com exceção da categoria 6 que, por ser realizada em escolas municipais, atingindo por tanto um público mais jovem, apresenta um formulário simplificado.). É importante ressaltar, porém, que por mais que a resposta ao formulário de avaliação seja incentivada em todas as formações (sendo elemento condicionante para que se receba o certificado de participação em oficinas), não é possível garantir com que todos os participantes façam o preenchimento do mesmo. Com isso, os dados de perfil de público apresentados (raça, gênero, faixa etária, se é pessoa com deficiência, território e ocupação), possuem caráter amostral, não representando a totalidade de pessoas que estiveram presentes na formação ao longo do ciclo, o que porém não impede com que possam ser usados para a identificação de tendências em relação ao tipo de público que vem sendo atingido pelo programa.

Para a 8ª edição, tais dados de perfil de público representam a informação de 1646 participantes que responderam aos formulários.

4.1.2 Total de participantes e horas de oficinas ofertadas

Ao longo do ciclo, foram ofertadas por meio do Programa Agentes de Governo Aberto um total de 276 oficinas formativas, dentro dos 32 projetos executados. A Categoria 6 destaca-se como aquela com mais formações realizadas, o que se deve em grande medida ao fato de ocorrerem em escolas municipais, evidenciando também, o compromisso do Programa com a formação de jovens da rede pública de educação. Vale destacar também que a categoria 7 - Direitos Humanos e Cidadania -, foi a segunda categoria com mais oficinas realizadas, o que mostra a demanda por conhecimento relacionado ao tema e a pertinência de sua inclusão no edital da 8ª edição.

Por fim, percebe-se também que algumas das categorias tiveram um baixo número de horas executadas. Isto se deve ao fato de tais categorias terem tido um menor número de agentes contratados, e também a desafios vivenciados para realização de agendamentos, devido a não realização de oficinas presenciais durante as últimas semanas do ciclo e ao período do ano em que as oficinas foram realizadas, como descrito na seção anterior. Com isso, parte dos agentes não atingiu o teto de 40 horas de oficinas realizadas, que corresponde a carga horária máxima definida em edital.

Esses dados são importantes indicadores acerca das temáticas ofertadas durante o ciclo, e servem como norteadores para realização de melhorias, para que mais oficinas atinjam o teto máximo de horas de oficinas ministradas. É importante notar também que, mesmo

reconhecendo-se que determinados temas possuem maior procura por público, todas as categorias elencadas possuem grande relevância dentro da pauta de Governo Aberto e consequentemente, é fundamental que se busque garantir uma maior disseminação e sensibilização das quais junto a população.

| Dados Gerais | | | |
|---------------------|----------------------------------|--------------------|--------------------------|
| Categoria | Nº de oficinas executadas | Nº de horas | Total de projetos |
| Categoria 1 | 32 | 76h50 | 5 |
| Categoria 2 | 42 | 101h15 | 4 |
| Categoria 3 | 23 | 57h09 | 4 |
| Categoria 4 | 17 | 39h34 | 3 |
| Categoria 5 | 31 | 76h38 | 4 |
| Categoria 6 | 72 | 144h20 | 4 |
| Categoria 7 | 46 | 109h34 | 5 |
| Categoria 8 | 11 | 24h05 | 1 |
| Categoria 9 | 2 | 5h47 | 2 |
| Total Geral | | | |
| Categorias | Nº de oficinas executadas | Nº de horas | Total de projetos |
| Todas | 276 | 635h12 | 32 |

Já em relação ao total de público, o ciclo contou com um total de 5977 participações. Tal número é bastante expressivo, dado o período mais curto de duração do ciclo, sendo inferior apenas às médias observadas na 1ª edição (2015-2016) e na 7ª edição (2023-2024) do Programa. Tal fato demonstra que apesar de um menor número de horas de formação

ofertadas, as oficinas realizadas tiveram, de modo geral, um bom aproveitamento, refletido através do índice de participações. Isto se deve, entre outros fatores, à estratégia adotada pela equipe gestora do Programa de privilegiar oficinas previamente articuladas junto a espaços, equipamentos e organizações parceiras, o que contribui, por exemplo, para que o ciclo tenha tido um baixo número de oficinas esvaziadas, ou seja, em que não aparecem participantes.

A tabela abaixo apresenta o número de participações no Programa ao longo de suas 8 edições:

| Edição | Ano | Público Participante | Projetos executados |
|------------------|-------------|-----------------------------|----------------------------|
| 1ª edição | 2015 | 15.156 | 48 |
| | 2016 | | |
| 2ª edição | 2017 | 5.227 | 56 |
| 3ª edição | 2018 | 3.001 | 26 |
| 4ª edição | 2019 | 5.506 | 32 |
| 5ª edição | 2020 | 3.971 | 32 |
| 6ª edição | 2021 | 9.253 | 48 |
| | 2022 | | |
| 7ª edição | 2023 | 17.339 | 48 |
| | 2024 | | |
| 8ª edição | 2025 | 5.977 | 32 |

Em relação a distribuição do público por categoria, novamente destacam-se as categorias 6 - Governo Aberto nas Escolas - e a Categoria 7 - Direitos Humanos e Cidadania - como aquelas que tiveram mais participações nas oficinas realizadas, seguidas pelas categorias 1 - Governo Aberto - e 5 - Estrutura Estatal e Gestão Municipal.

| Categorias e participações | |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| Categoria | Total de participações |
| Categoria 1 | 851 |
| Categoria 2 | 748 |
| Categoria 3 | 428 |
| Categoria 4 | 330 |
| Categoria 5 | 849 |
| Categoria 6 | 1322 |
| Categoria 7 | 1161 |
| Categoria 8 | 250 |
| Categoria 9 | 38 |
| Total Geral | |
| Categoria | Nº total de participações |
| Todas | 5977 |

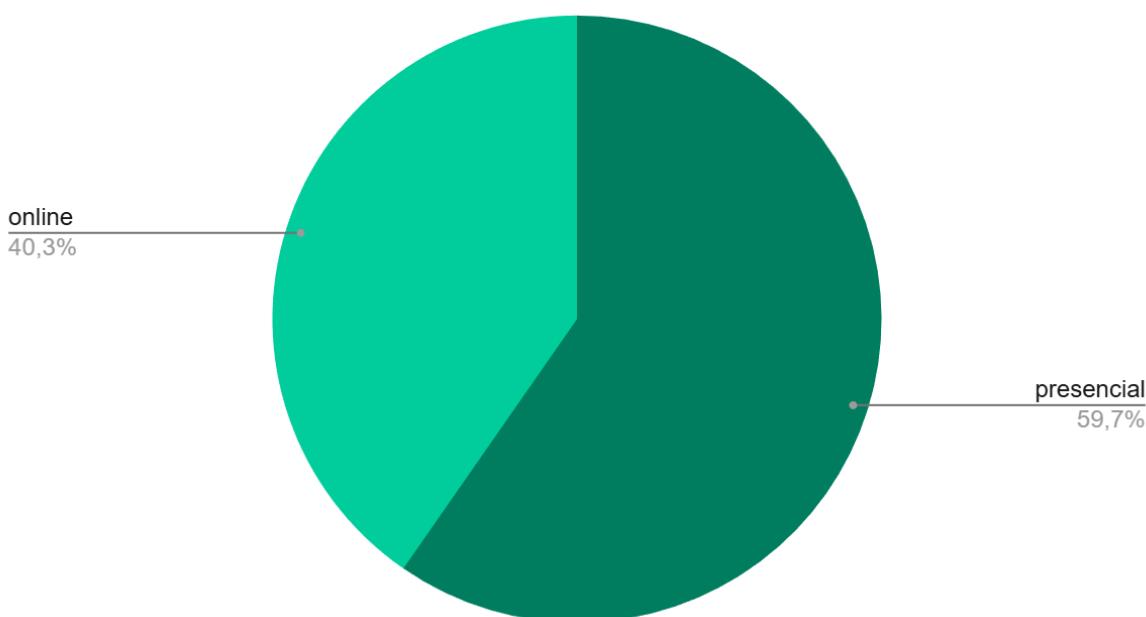
4.1.3 Modalidade das oficinas realizadas

Apesar do período de suspensão das oficinas no formato presencial em função de ajustes internos, o número de oficinas realizadas de modo presencial ultrapassou o número de oficinas on-line. Um dos fatores explicativos para isso é o alcance da categoria 6 - Governo Aberto nas escolas - que acontece sempre de forma presencial, em escolas da rede municipal.

Tal dado também indica que, apesar de a modalidade on-line permitir uma maior flexibilidade para participação, o modelo presencial ainda é o preferido de muitos dos espaços e organizações parceiros do programa. Isso se deve não apenas ao fato de alguns deles não possuírem a infraestrutura necessária para a transmissão das oficinas no modelo on-line, como

também pelo modelo presencial permitir uma maior interação entre o agente formador e o público participante, o que pode contribuir para o aumento do engajamento e melhor aproveitamento da formação, principalmente junto a públicos mais jovens.

Modalidade



4.1.4 Oficinas articuladas e espontâneas

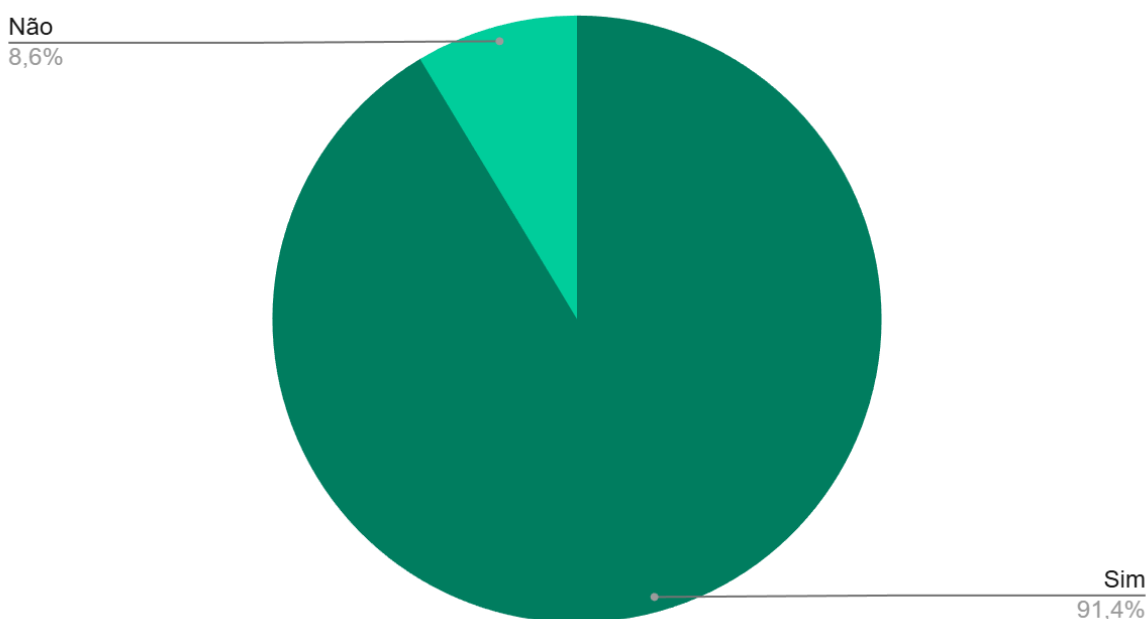
As oficinas do Programa Agentes de Governo Aberto são ofertadas de duas formas distintas. A primeira delas é através de articulações prévias com diferentes espaços, equipamentos ou organizações públicas ou da sociedade civil. Tal articulação é feita majoritariamente pela equipe da Coordenadoria de Governo Aberto, que apresenta o Programa aos parceiros e encaminha um “cardápio” com todas as formações ofertadas, para que estes possam definir aquelas que mais possuem interesse em receber, sendo agendada uma data e horário para a realização, considerando-se a disponibilidade do parceiro e do agente formador. Os agentes, também, têm como responsabilidade realizar agendamentos e articulações de suas oficinas, sendo pedido apenas que estes informem a equipe do programa sobre as articulações realizadas por eles para fins de registro e controle.

Outra forma de oferecimento das oficinas é por meio das oficinas “espontâneas”. Neste caso, não é feita articulação prévia junto a nenhum público específico. A data da oficina é definida junto ao agente, que pode divulgá-la para sua rede de contatos, sendo a participação aberta para qualquer interessado. Estas oficinas acontecem majoritariamente no modelo

on-line, e contam com o auxílio da equipe gestora do Programa para divulgação através de suas redes sociais.

Conforme aponta o gráfico abaixo, para a 8ª edição do Programa, a estratégia utilizada foi a de priorizar oficinas articuladas, que representaram 91,4% das formações realizadas. Isto porque este modelo minimiza as possibilidades de ocorrência de oficinas esvaziadas, aumentando assim o aproveitamento das formações.

O público foi articulado?



4.1.6 Distribuição geográfica das oficinas presenciais

Em relação ao local de realização das oficinas, observa-se que as 171 oficinas realizadas no modelo presencial cobriram as 32 Subprefeituras municipais. Tal fato constitui-se como um objetivo e compromisso do programa, no sentido de buscar capilarizar as formações ofertadas por todo o território da cidade.

A tabela abaixo apresenta a distribuição das oficinas presenciais por Subprefeitura e Macrorregião. É possível observar que houve maior concentração de oficinas realizadas na região central (54), porém com uma boa distribuição entre outras regiões da cidade, principalmente nas regiões Leste (50) e Sul (40).

Um dos fatores explicativos da concentração maior de oficinas na região central da cidade reside no fato de abrigar organizações de assistência social destinada à empregabilidade de jovens, como a Rede Cidadã e a Nurap, que recebem grande contingente

de agentes formadores do programa. É importante notar, porém, que apesar de se localizarem no centro, tais organizações atendem a um público de perfil diversos, que reside, em sua maioria, nos extremos da cidade.

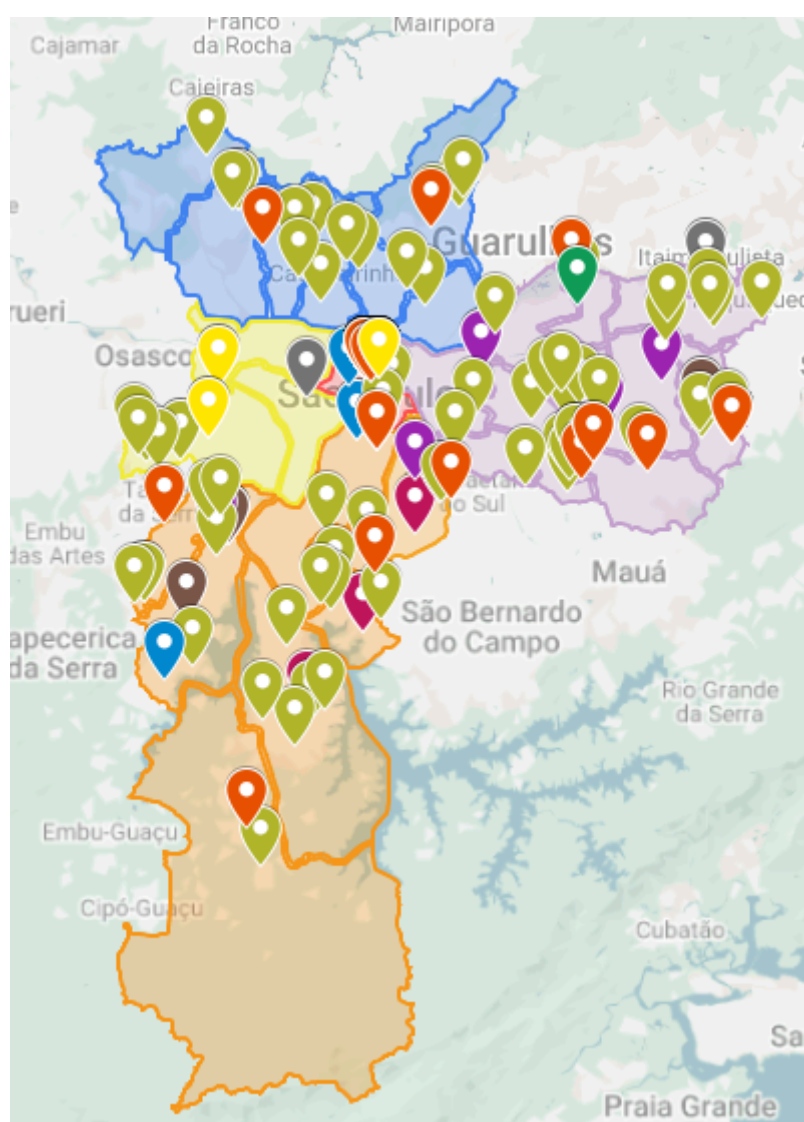
| Distribuição de Oficinas por Subprefeituras | |
|--|-----------------------|
| Subprefeitura | Nº de oficinas |
| Centro | |
| Sé | 54 |
| Total | 54 |
| Leste | |
| Aricanduva/Formosa/Carrão | 5 |
| Cidade Tiradentes | 11 |
| Ermelino Matarazzo | 2 |
| Guaianases | 1 |
| Itaim Paulista | 3 |
| Itaquera | 5 |
| Mooca | 1 |
| Penha | 2 |
| São Mateus | 10 |
| Sapopemba | 3 |
| São Miguel | 5 |
| Vila Prudente | 2 |
| Total | 50 |

| Norte | |
|-------------------------|-----------|
| Casa Verde/Cachoeirinha | 1 |
| Freguesia/Brasilândia | 4 |
| Jaçanã/Tremembé | 3 |
| Perus | 1 |
| Pirituba | 4 |
| Santana/Tucuruvi | 3 |
| Total | 16 |
| Oeste | |
| Butantã | 8 |
| Lapa | 2 |
| Pinheiros | 1 |
| Total | 11 |
| Sul | |
| Santo Amaro | 2 |
| Cidade Ademar | 5 |
| Campo Limpo | 6 |
| Capela do Socorro | 7 |
| Ipiranga | 4 |
| Jabaquara | 1 |
| M'Boi Mirim | 8 |

| | |
|--------------------|------------|
| Parelheiros | 1 |
| Vila Mariana | 6 |
| Total | 40 |
| Total Geral | 171 |

Para melhor observar a distribuição territorial das oficinas presenciais realizadas, o mapa abaixo mostra o local de realização de cada uma delas, de forma georreferenciada.

Mapa com a localização das oficinas presenciais da 8ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto



| Cor | Categoria |
|------------|--|
| | Categoria 1 - Governo Aberto |
| | Categoria 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável |
| | Categoria 3 - Instrumentos de Planejamento Urbano |
| | Categoria 4 - Saúde e/ou Assistência Social |
| | Categoria 5 - Estrutura Estatal e Gestão Municipal |
| | Categoria 6 - Governo Aberto nas Escolas |
| | Categoria 7 - Direitos Humanos e Cidadania |
| | Categoria 8 - Segurança Urbana E Cidadania |
| | Categoria 9 - Cidadania Fiscal e Justiça Social |

Para ter acesso ao mapa interativo, basta acessar o link: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1yY1N2ORn4TafEVKoQ5KFcju9EbtjmO4&ll=-23.674082307204824%2C-46.72080435827398&z=12>

Quando é feito um recorte apenas das oficinas realizadas na Categoria 6 - Governo Aberto nas escolas -, percebe-se que há uma maior homogeneidade entre as Subprefeituras em que as oficinas foram realizadas. Isto porque tais oficinas realizam-se exclusivamente nas escolas da rede municipal de ensino, que possuem grande capilaridade e espraiamento dentro do território. Ao contrário do observado na análise geral, as oficinas desta categoria ocorreram principalmente nas regiões leste, sul e norte, sendo a região central a que menos recebeu formações.

Tais dados corroboram para a percepção da importância desta categoria para garantir uma maior capilaridade das oficinas ofertadas pelo programa, de forma a propiciar com que os conhecimentos difundidos cheguem a todos os territórios.

| Distribuição de oficinas por Subprefeituras - categoria 6 | |
|--|-----------------------|
| Centro | |
| Subprefeitura | Nº de oficinas |
| Sé | 2 |
| Total | 2 |

| Leste | |
|---------------------------|-----------------------|
| Subprefeitura | Nº de oficinas |
| Aricanduva/Formosa/Carrão | 3 |
| Cidade Tiradentes | 6 |
| Ermelino Matarazzo | 1 |
| Itaim Paulista | 3 |
| Itaquera | 3 |
| Mooca | 1 |
| Penha | 1 |
| São Mateus | 4 |
| São Miguel | 3 |
| Sapopemba | 2 |
| Vila Prudente | 2 |
| Total | 29 |
| Norte | |
| Subprefeitura | Nº de oficinas |
| Casa Verde/Cachoeirinha | 1 |
| Freguesia/Brasilândia | 3 |
| Jaçanã/Tremembé | 3 |
| Perus | 1 |
| Pirituba/ Jaraguá | 4 |

| | |
|----------------------|-----------------------|
| Santana/Tucuruvi | 3 |
| Total | 15 |
| Oeste | |
| Subprefeitura | Nº de oficinas |
| Butantã | 6 |
| Total | 6 |
| Sul | |
| Subprefeitura | Nº de oficinas |
| Campo Limpo | 4 |
| Capela do Socorro | 6 |
| Cidade Ademar | 3 |
| Jabaquara | 1 |
| M'Boi Mirim | 3 |
| Santo Amaro | 2 |
| Ipiranga | 1 |
| Total | 20 |

4.1.7 Distribuição de oficinas por tipo de espaço

Além de estarem espalhadas pelas diferentes regiões do município, as oficinas presenciais do Programa também atingem diferentes tipos de equipamentos, espaços e organizações, como demonstrado pela tabela abaixo. O tipo de equipamento que mais recebeu oficinas foram as escolas da rede municipal de ensino, em grande medida devido a existência de uma categoria exclusiva para oferecimento das oficinas nestes locais. Em seguida, destacam-se as organizações da sociedade civil (em especial organizações sócio-assistenciais

destinadas ao público jovem) , que receberam 45 oficinas, e os CEUs - Centros Educacionais Unificados (equipamentos públicos administrados pela Secretaria Municipal de Educação que concentram atividades de educação, cultura esporte e lazer) -, que receberam 31 oficinas em suas diferentes unidades.

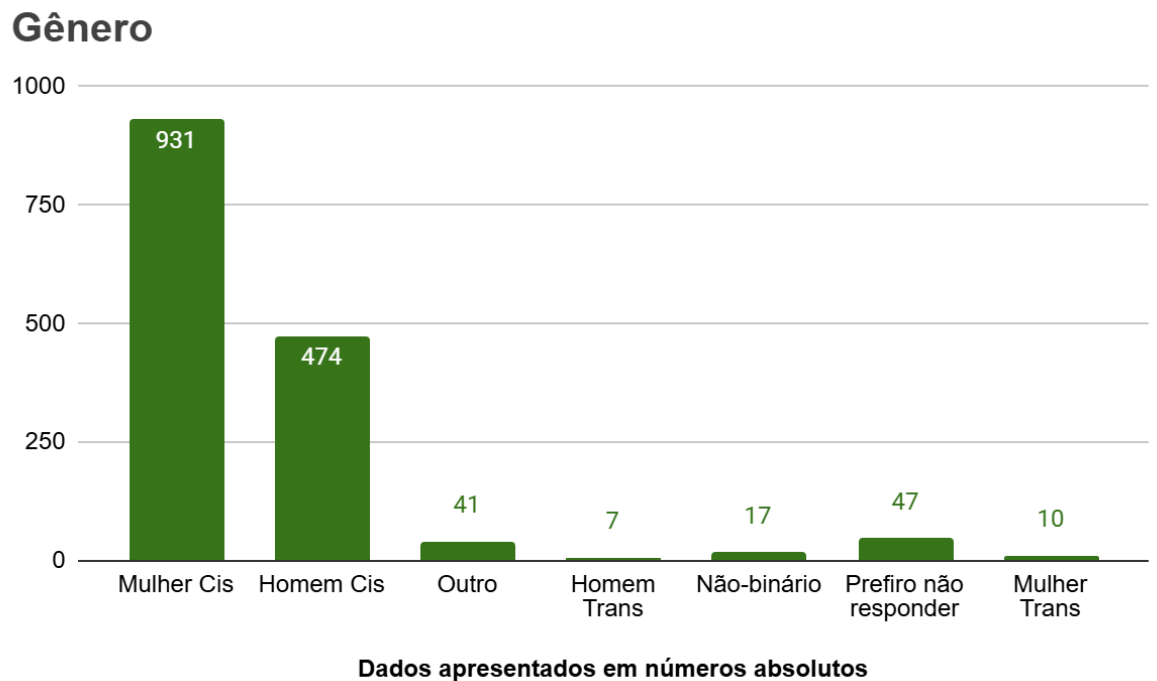
| Quantidade de oficinas presenciais por tipo de espaço | |
|--|-----------------------|
| Espaço | Nº de oficinas |
| Associação de bairro | 2 |
| Biblioteca Pública | 1 |
| CEU | 31 |
| EP - Assistência Social | 2 |
| Escola da Rede Pública de Ensino | 75 |
| Escola Municipal de Administração Pública | 12 |
| Faculdade | 2 |
| OSCs | 45 |
| Prefeitura Municipal de São Paulo | 3 |
| Total | 171 |

4.1.8 Perfil de público - Gênero, Raça, ocupação e faixa etária³

Os dados obtidos através dos formulários de avaliação passados aos participantes ao final de cada uma das formações permitem com que seja possível adotar uma visão amostral do perfil de público abarcado pelo programa.

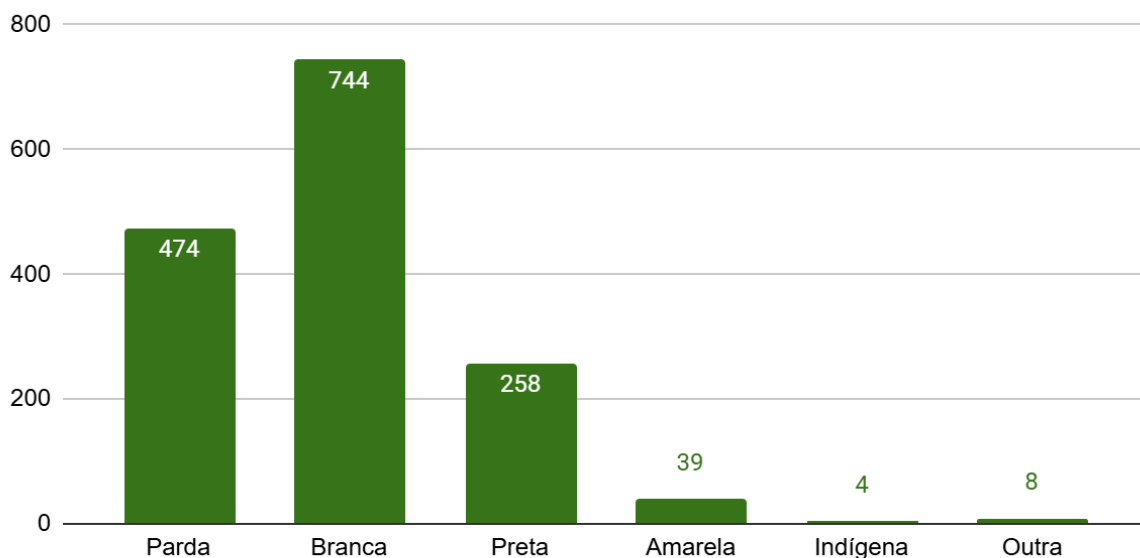
³ Os dados desta seção, e da seção de “avaliação do Programa e das formações” não levam em conta as avaliações das oficinas da categoria 6 - Governo Aberto nas Escolas. Isto porque esta categoria possui um formulário de avaliação simplificado, com perguntas diferentes das presentes nas demais categorias. Os gráficos específicos da categoria 6, porém, podem ser conferidos na seção de anexos.

Em relação a distribuição por gênero, é possível observar uma grande prevalência de mulheres cisgênero, que representam quase o dobro de participantes em relação ao segundo grupo mais representado, de homens cisgênero.



Em relação ao quesito raça/cor, observa-se que há prevalência de pessoas autodeclaradas brancas. Este número, porém, é muito próximo ao obtido quando se soma os participantes autodeclarados pardos (segundo grupo mais representado) e pretos.

Raça/Cor



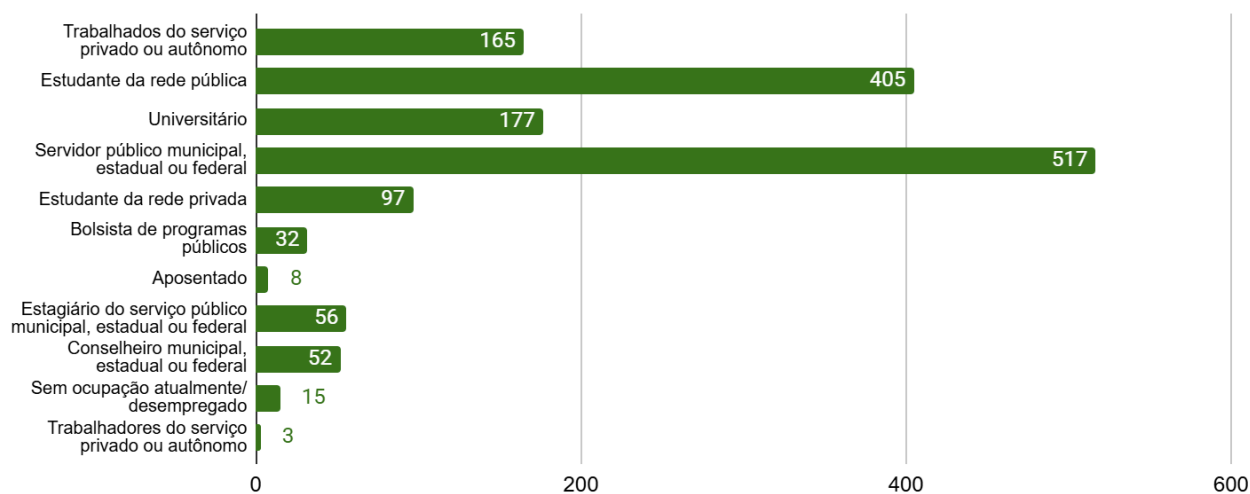
Dados apresentados em números absolutos

Em relação a ocupação, o gráfico abaixo demonstra que o público das oficinas é composto majoritariamente por servidores públicos municipais, estaduais ou federais e estudantes da rede pública.

A grande presença de servidores pode ser explicada por motivos diversos, desde seu maior conhecimento/contato com redes de divulgação da Prefeitura e com Programas realizados pelo poder público, o que pode facilitar com que tenham acesso a programação das oficinas, quanto pelas articulações realizadas no ciclo, que propiciou a realização de oficinas em escolas de governo como a Escola Municipal de Administração Pública - EMASP, e o Centro de Formação em Controle Interno - CFCI, cujo público principal é de servidores municipais. Já a alta presença de estudantes da rede pública é explicada em especial pelas oficinas da categoria 6, que são realizadas nas escolas da rede municipal. Este é também o principal público de boa parte das organizações da sociedade civil que recebem oficinas do programa.

Destaca-se ainda uma forte presença de universitários e trabalhadores do serviço privado/autônomos, seguidos por outras categorias com menor representação.

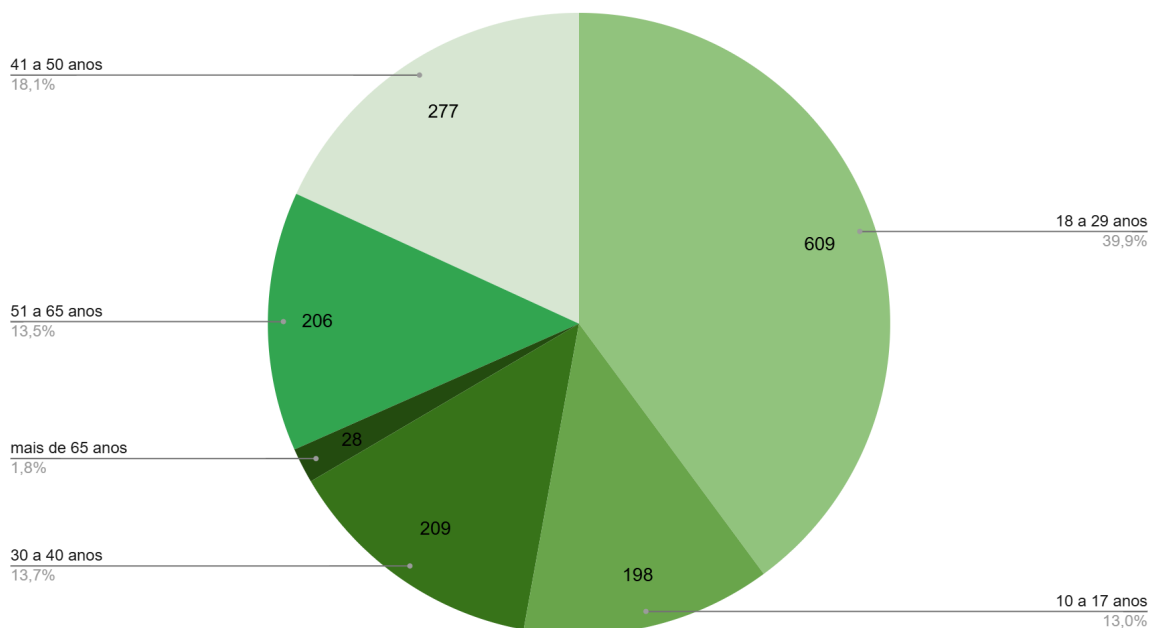
Tipo de público



Dados apresentados em números absolutos

Em relação à faixa-etária, observa-se uma predominância de um público mais jovem, especialmente na faixa-etária dos de 18 a 29 anos, que representaram 41,9% dos respondentes. Destaca-se, também, a baixa participação de pessoas com idade acima de 65 anos, o que pode ensejar a necessidade de elaboração de uma estratégia de divulgação voltada mais diretamente a este perfil de público nas próximas edições do programa.

Faixa etária

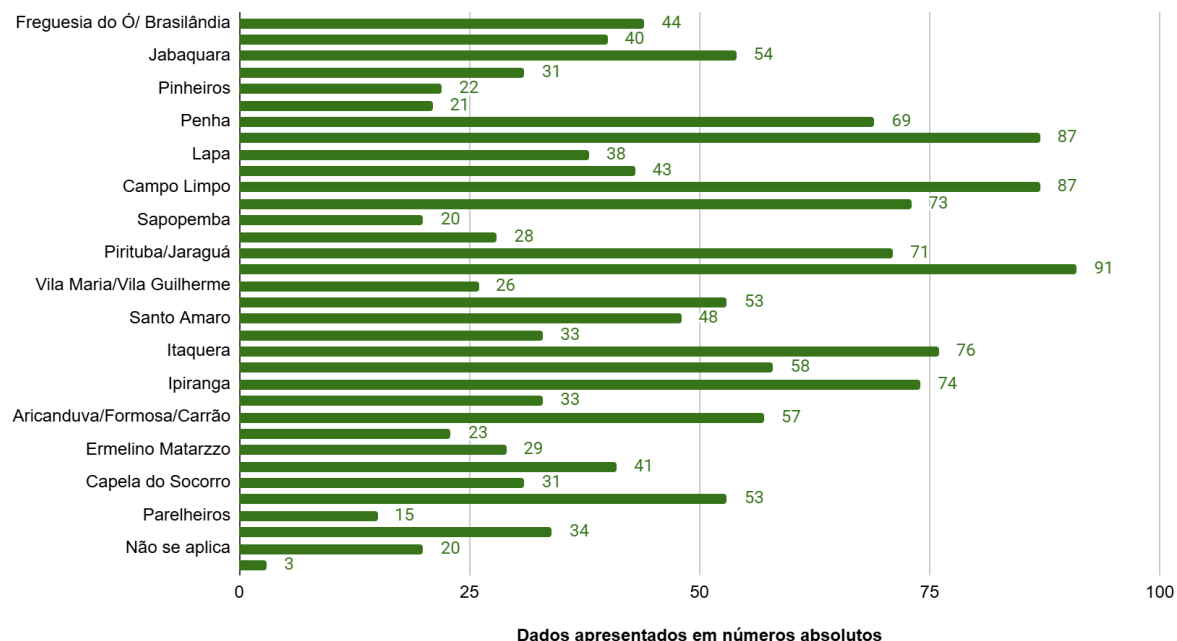


Dados calculados em porcentagem.

Por fim, foi realizado também um mapeamento da região de moradia dos participantes, a fim de analisarmos o alcance territorial da política pública.

O gráfico a seguir mostra que o programa foi capaz de atingir participantes de todas as 32 Subprefeituras da cidade de São Paulo, destacando-se as Subprefeitura da Penha, Sé, Campo Limpo, Pirituba/Jaraguá, Butantã e Itaquera. Este resultado demonstra a capilaridade alcançada pelo programa, e sua grande capacidade de inserção territorial.

Subprefeitura de moradia



4.1.9 Avaliação do Programa e das formações

Outro importante dado colhido por meio dos formulários de avaliação encaminhados aos participantes ao final das oficinas são as informações referentes à avaliação e percepção da importância do programa e das formações. Para isso, além de questões fechadas, os formulários contam também com questões abertas, nas quais os participantes podem discorrer sobre as percepções acerca das oficinas e do programa como um todo. A análise destas questões é uma tarefa fundamental ao final de cada ciclo do programa, visando sempre observar possíveis oportunidades de melhorias e aprimoramentos para as suas próximas edições.

Este intuito de utilização dos depoimentos e respostas dos participantes para realização de um processo constante de ajustes na política está representado pela pergunta aberta ***“Possui algum comentário, sugestão ou crítica sobre o Programa Agentes de Governo Aberto ou sobre a oficina que assistiu? Escreva abaixo para nos ajudar a melhorar e fortalecer essa iniciativa!”*** presente no formulário de avaliação. A tabela abaixo apresenta o registro de algumas das respostas recebidas, e que já estão sendo analisadas para o planejamento dos próximos ciclos de oficinas. Vale notar que boa parte dos comentários feitos destaca a importância do Programa, deixando como sugestões a sua ampliação e

aprofundamento, de forma a atingir mais pessoas e locais e permitir espaços ainda maiores de formação e trocas de conhecimento.

| <i>“Possui algum comentário, sugestão ou crítica sobre o Programa Agentes de Governo Aberto ou sobre a oficina que assistiu? Escreva abaixo para nos ajudar a melhorar e fortalecer essa iniciativa!”</i> | | |
|--|--|---|
| “Poderia ser levado às escolas, igrejas, líderes comunitários.” | “Acho muito importante essas aulas, vocês conseguem trazer consciência para as pessoas pela educação é isso é excelente!” | “Que continuemos com temas importantes para a fortalecimento da cidadania e democracia” |
| “É uma ótima iniciativa e precisa continuar, pois leva informação aos diversos ambientes sociais.” | “Acredito que divulgar de forma mais aberta a existência dessas palestras, pois são muito boas.” | “Seria interessante que fosse uma carga horária maior.” |
| “Acho que trazer o assunto em forma de slide é ótimo, mas trazer algo mais dinâmico tbm, algo que realmente traz a atenção ao assunto. Exemplo: uma vivência, sobre o assunto.” | “O programa é muito interessante para apenas dois dias. Proponho que seja mais extenso e com mais profundidade, sobretudo com exemplos e exercícios da participação nos sites do governo.” | “Transformar a oficina em curso com qualificação.” |

Outra questão aberta presente nos formulários relaciona-se à forma como os participantes acreditam que poderão utilizar os conhecimentos adquiridos nas oficinas. O objetivo desta questão é entender como os assuntos tratados vêm sendo percebidos pelos participantes, e como os mesmos compreendem sua importância e utilidade prática em diversos contextos de seu cotidiano. Algumas das respostas obtidas foram compiladas na tabela abaixo:

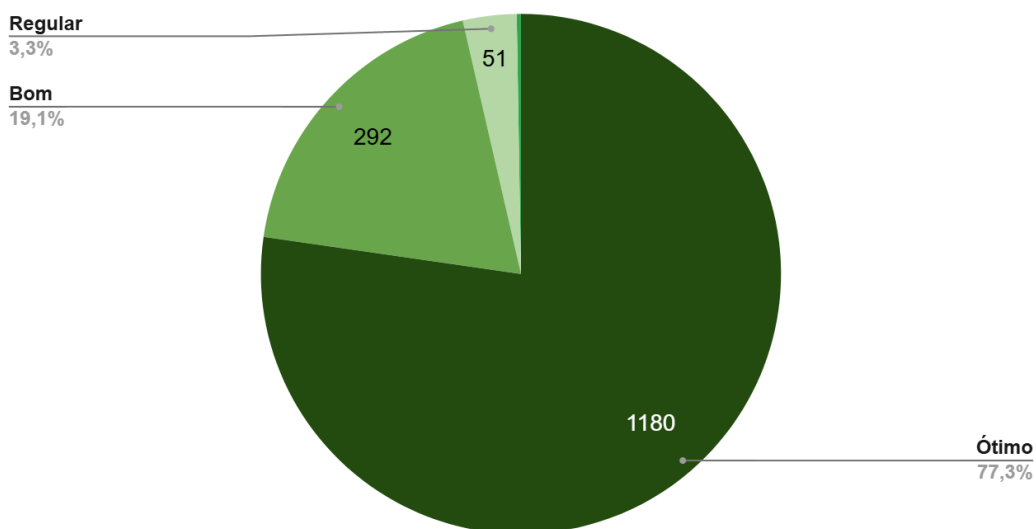
| <i>“De que maneiras você acredita que poderá utilizar os conhecimentos aprendidos durante a oficina?”</i> | | |
|--|---|---|
| “Como educador em sala de aula para transformar e conscientizar a | “Para mais conhecimentos sobre governo aberto e políticas | “Posso começar a utilizar ferramentas do governo que eu |

| | | |
|--|---|---|
| <p>vida dos alunos e da comunidade escolar, mas antes disso, transformou ainda mais o meu olhar e (re)ver o meu papel como contribuinte para estas ações!”</p> | <p>públicas, e até elaborar mais trabalhos futuros escolar com esse conhecimento. E ter outra visão do que não procurávamos saber sobre nossa própria sociedade”</p> | <p>não conhecia anteriormente, o que enriqueceu meus conhecimentos para debates e trabalhos sobre políticas públicas, cidade digital e espaço público.”</p> |
| <p>“Repensando as minhas ações, compartilhando os conhecimentos aprendidos, estimulando o pensamento crítico sobre o consumo consciente, os impactos ambientais locais e globais.”</p> | <p>“Pretendo aplicar os conhecimentos da oficina promovendo ações que unam inovação e cuidado com o meio ambiente, contribuindo para práticas mais sustentáveis e regenerativas nos espaços em que atuo.”</p> | <p>“Para influenciar positivamente na mudança de comportamento de pessoas próximas, a fim de resultar mentes conscientes acerca do meio ambiente.”</p> |
| <p>“Conteúdo de grande valor, precisamos estar em constantes formações para lapidar o nosso lado humano que é abalado diariamente pela violência.”</p> | <p>“Acredito que irei poder aplicar os conhecimentos adquiridos para melhorar meu relacionamento interpessoal e o meu trabalho com o público de forma mais humanizada.”</p> | <p>“O que aprendi hoje poderei utilizar não somente profissionalmente, mas sobretudo para vida.”</p> |

Por fim, os formulários de avaliação contam também com perguntas fechadas, que propiciam uma visualização mais direta da avaliação dos participantes em relação às oficinas e ao programa enquanto política pública.

Uma primeira questão perguntada foi a avaliação feita em relação a clareza na transmissão do conteúdo pelo agente de Governo Aberto que ministrou a oficina. O Gráfico abaixo demonstra que 77,5% dos participantes avaliaram este questionário como “ótimo”, e 19,4% como “bom”, denotando uma percepção muito positiva acerca dos agentes formadores selecionados por meio do edital de credenciamento do Programa.

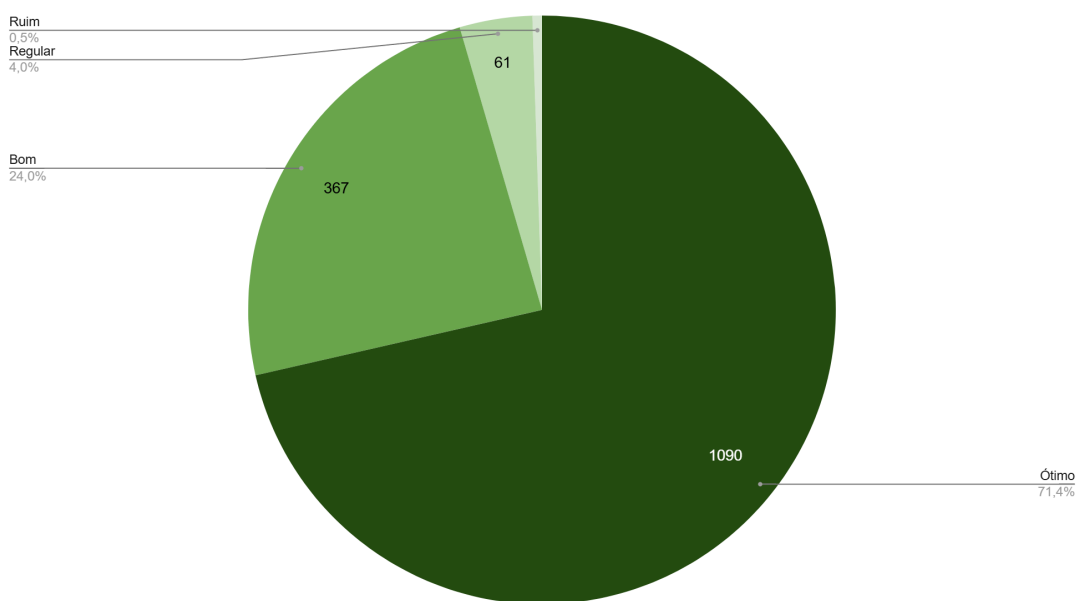
Como você avalia o conhecimento e clareza na transmissão do conteúdo pelo Agente de Governo Aberto que ministrou a oficina?



Dados calculados em porcentagem.

Outra questão realizada foi a avaliação dos participantes em relação à metodologia utilizada, no que se refere às atividades propostas pelos agentes formadores e ao formato das oficinas. Mais uma vez, as respostas obtidas demonstram avaliações muito positivas, com mais de 90% das respostas sendo “ótimo” ou “bom”.

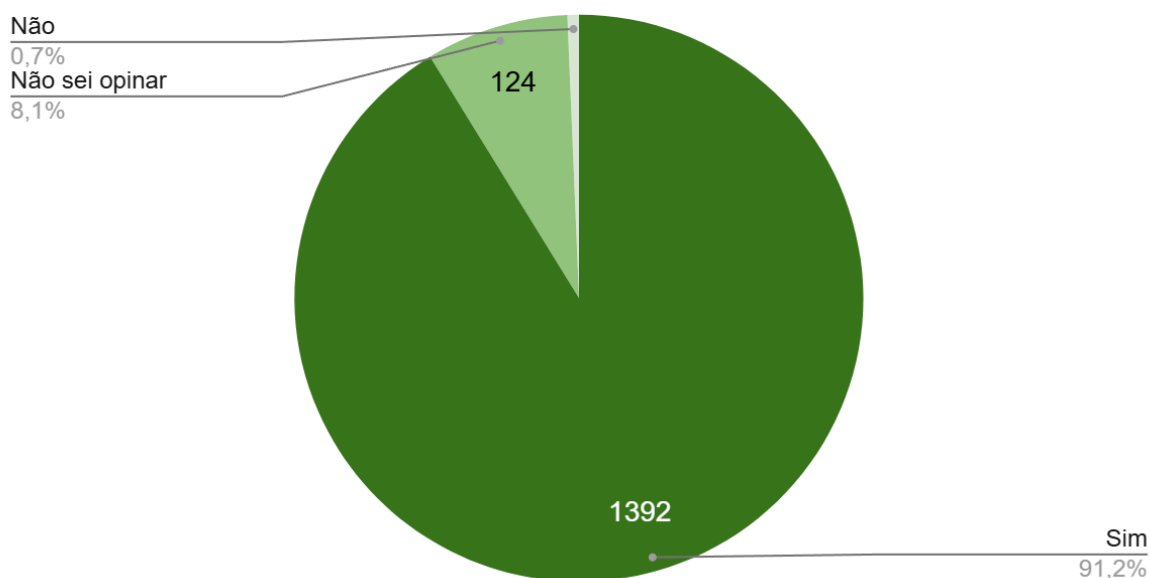
Como você avalia a metodologia utilizada na formação (atividades propostas, formato da oficina)



Dados calculados em porcentagem.

Por fim, uma última questão apresentada questiona os participantes se estes consideram o Programa Agentes de Governo Aberto como uma política importante para a Cidade de São Paulo. Para esta questão, 90,4% das respostas foram “sim” e apenas 0,5% dos respondentes disseram que não consideram esta política importante. Este resultado demonstra, mais uma vez, que os participantes não apenas elogiam a qualidade das oficinas em que estiveram presentes, mas também entendem a importância e relevância da existência de uma política pública de formação cidadã como o Programa Agentes de Governo Aberto no Município de São Paulo.

Você considera o Programa Agentes de Governo Aberto uma política importante para o município de São Paulo?



Dados calculados em porcentagem.

Os gráficos acima foram feitos a partir da compilação das respostas de todos os formulários de avaliação passados (com exceção da categoria 6 que possui um formulário próprio) com o intuito de obter um balanço geral da qualidade das oficinas como um todo.⁴

⁴ A íntegra com o dados brutos relativos ao perfil dos participantes e avaliação do Programa e das oficinas pode ser acessada em <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1nO4AA9OoRyC5T1ApFSHvoEPD4fRFhgqK9OeiNKHxwAO/edit?usp=sharing> . Para fins de preservação de dados considerados sensíveis, anonimizados informações pessoais dos participantes.

5. Considerações finais

A 8ª edição do programa Agentes de Governo Aberto contou com 5977 participações, número que está dentro da média histórica do programa. O atingimento deste patamar de participações é um marco relevante, levando em consideração a realização de um ciclo com menor duração do que o ocorrido em edições anteriores. Foram executados 32 projetos, que totalizaram 276 oficinas realizadas com 635 horas e 12 minutos de duração.

Em relação ao local de realização das formações, foram realizadas oficinas presenciais nas 32 Subprefeituras, em diferentes espaços, equipamentos e organizações, com destaque para escolas da rede pública, CEUs e Organizações da sociedade Civil. Da mesma forma, as oficinas contaram com a participação de pessoas de todas as Subprefeituras do município, reforçando o grande alcance territorial desta política.

Apesar dos bons resultados alcançados, algumas dificuldades ainda persistem, devendo ser alvo de um olhar mais atento para as próximas edições. Em relação a coleta de dados, ainda permanece o desafio de alcançarmos maior precisão em relação aos dados de perfil de público, uma vez que estes estão vinculados ao formulário de avaliação das oficinas, que não é respondido por todos os participantes. Com isso, os dados sobre raça, gênero, escolaridade e ocupação dos participantes representam uma amostragem e não o total dos atingidos pelo programa, o que diminui a precisão das análises realizadas.

Além disso, o atual ciclo demonstrou também a existência de pontos a serem melhorados em algumas das etapas do programa, como por exemplo, o processo de prestação de contas e atestes das oficinas pelos agentes formadores, em especial em seu formato presencial. Estes fatores motivaram a suspensão das oficinas presenciais em parte do ciclo, e deverão ser aprimorados para a próxima edição.

Estes desafios somam-se ao entendimento de que, após 10 anos de execução da política, faz-se necessário um momento de avaliação dos avanços conquistados e dos gargalos ainda existentes, para que, a partir do acúmulo obtido até aqui, seja possível pensar em um processo mais amplo de reformulação e melhoramentos do Programa, a fim de que este possa se manter ainda mais fortalecido. Este momento será fundamental para a implementação de melhores mecanismos de gestão, monitoramento e operacionalização que tragam ganhos para os agentes contratados, os participantes das oficinas e a própria administração pública.

Com base nisso, a expectativa para a 9ª edição do programa, com previsão de realização no início de 2027, é garantir cada vez mais uma expansão no número de participantes e locais diretamente impactados com as oficinas, mantendo a atenção com a

qualidade das formações ofertadas e com a experiência dos agentes no programa. Esperamos que todo este processo resulte em um Programa capaz de gerar ainda mais impacto e melhores resultados em seu intuito de promover a educação cidadã e estimular a participação social na cidade de São Paulo.

6. Agradecimentos

Aos Agentes, que tornam possível a realização do programa e que caminham rumo à construção de uma cidade cada dia mais participativa, unida e transparente, contribuindo com o objetivo fundamental de descentralizar o conhecimento sobre Governo Aberto e proporcionar um diálogo efetivo entre a esfera da gestão pública e da sociedade civil, deixamos aqui nossos sinceros agradecimentos.

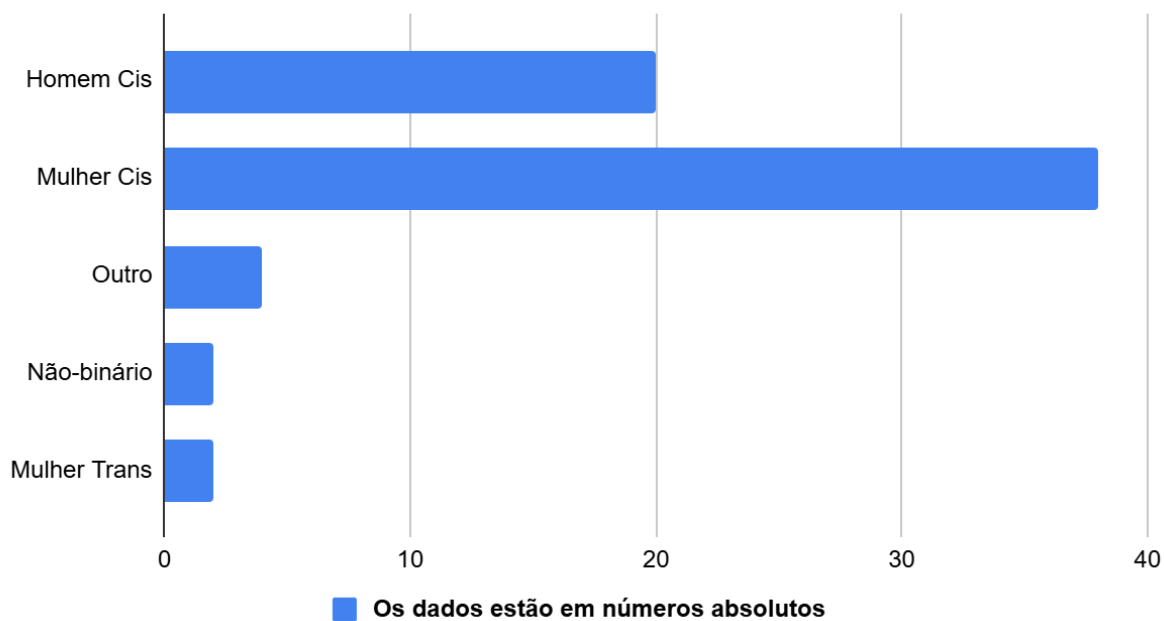
Agradecemos também a todos os integrantes da Coordenadoria de Governo Aberto e em especial à todos que compõem e compuseram a Equipe de Formação e Pesquisa em Governo Aberto, responsável pela gestão cotidiana do programa e pela garantia de sua constante melhoria e continuidade.

Enfim, agradecemos às instituições parceiras e as equipes da prefeitura municipal de São Paulo que abriram suas portas para o programa, garantindo a possibilidade de sua realização. Um reconhecimento especial à Secretaria Municipal da Fazenda e à Controladoria Geral do Município, por integrarem a Comissão de Contratação com dedicação e seriedade, promovendo a qualidade das oficinas e do programa, e as equipes da Secretaria de Governo Municipal por todo o apoio financeiro, jurídico e administrativo para que o Programa fosse realizado.

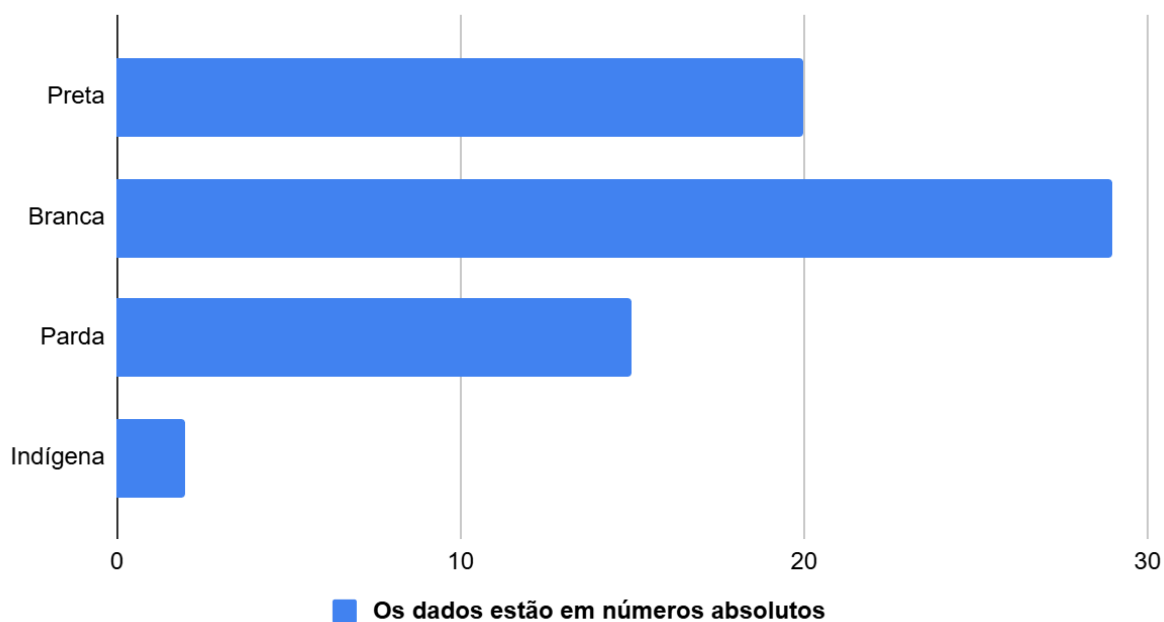
Anexos - Perfil de público por categoria

Categoria 1 - Governo Aberto

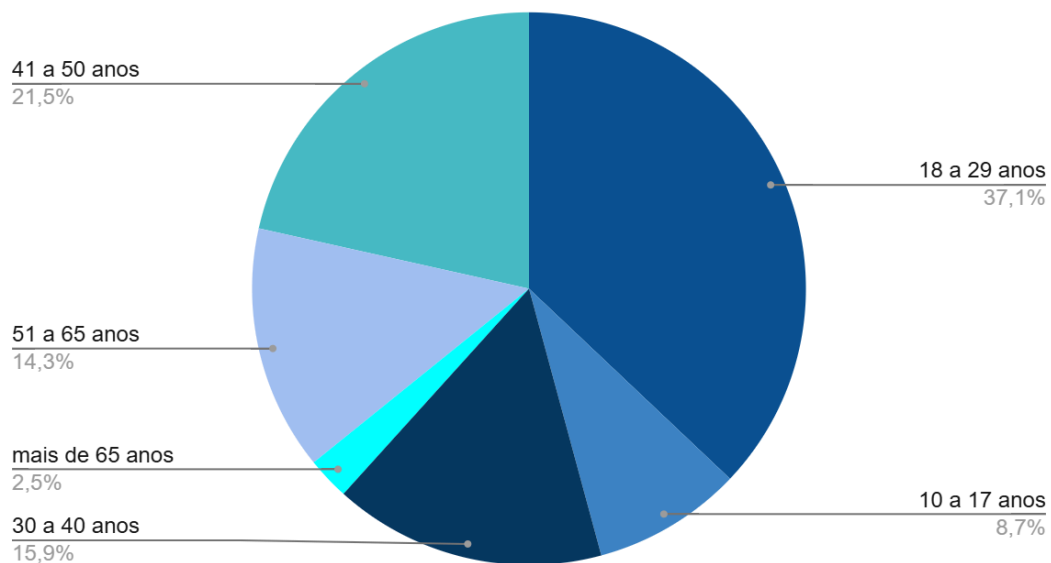
Gênero



Raça/Cor

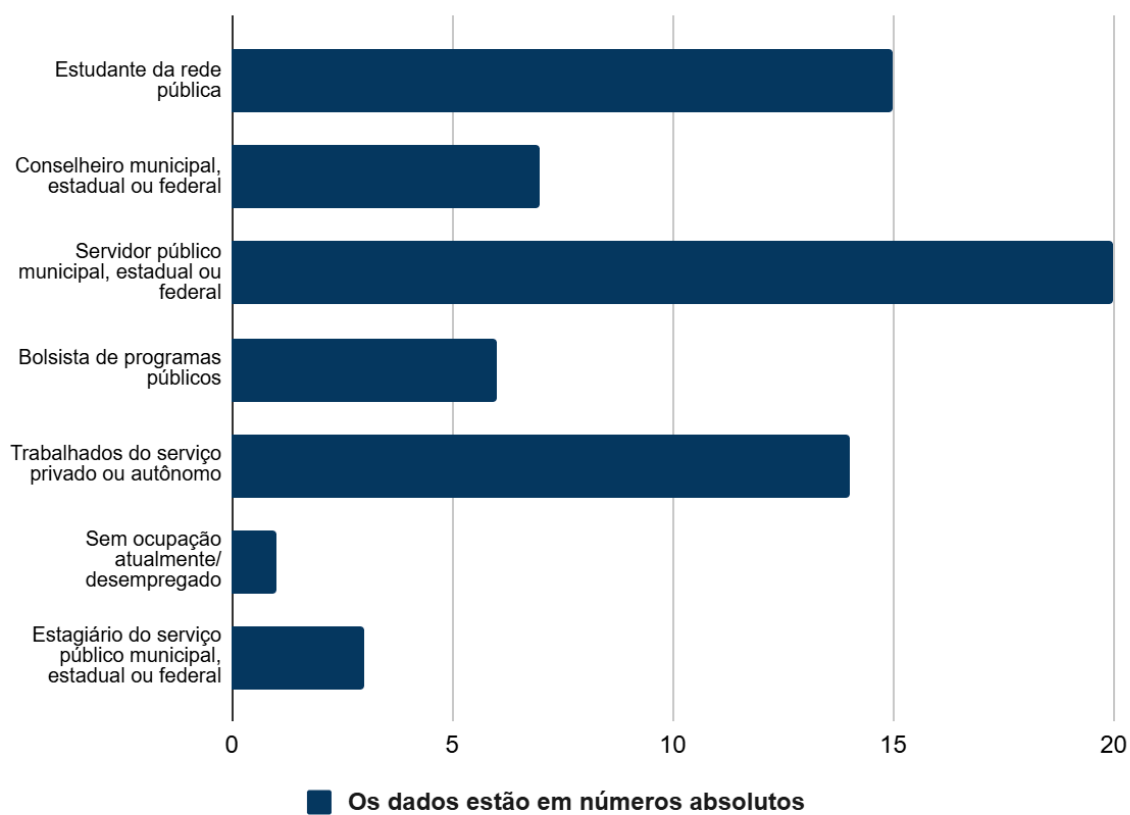


Faixa etária



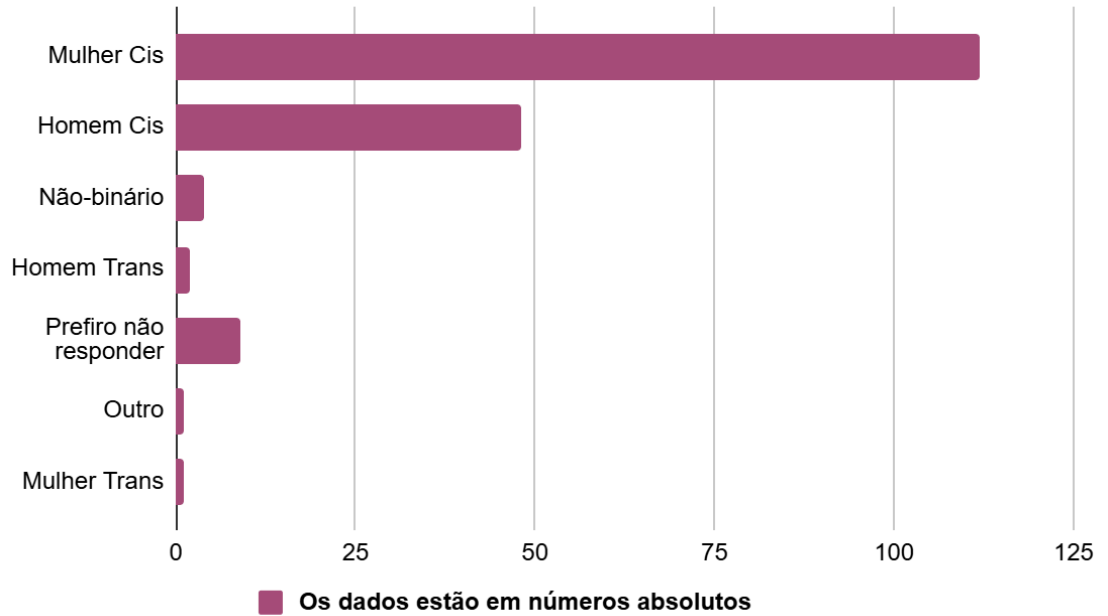
Dados calculados em porcentagem.

Ocupação

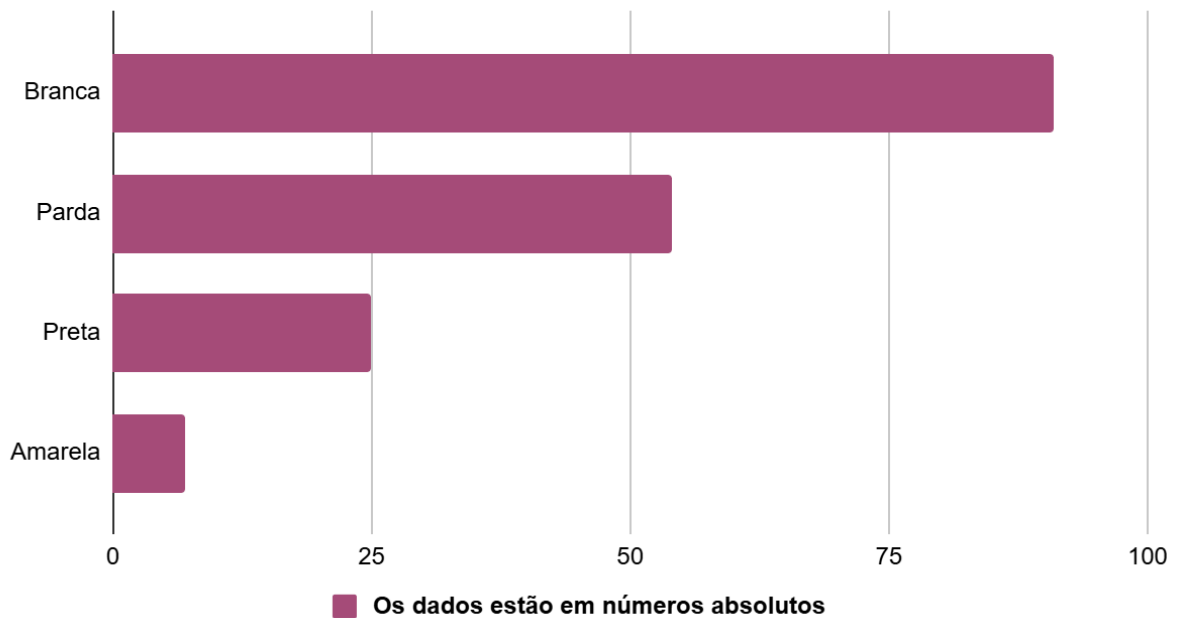


Categoria 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

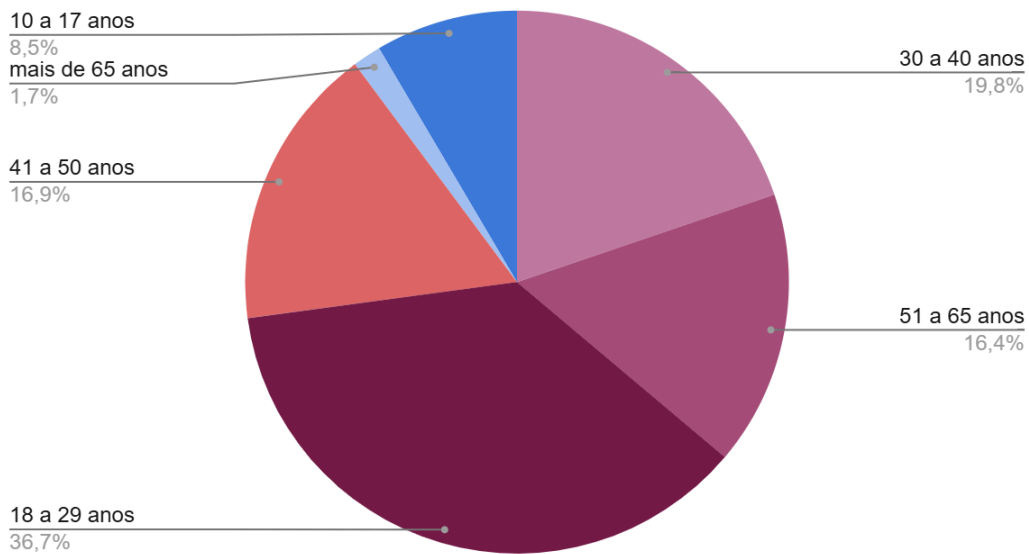
Gênero



Raça/Cor

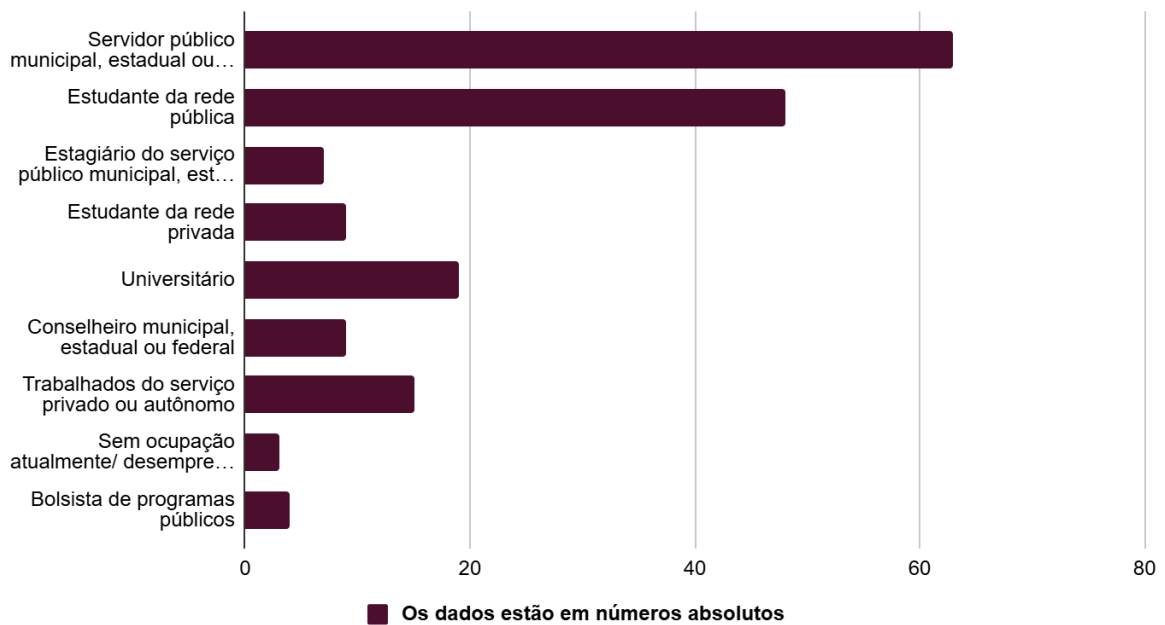


Faixa etária



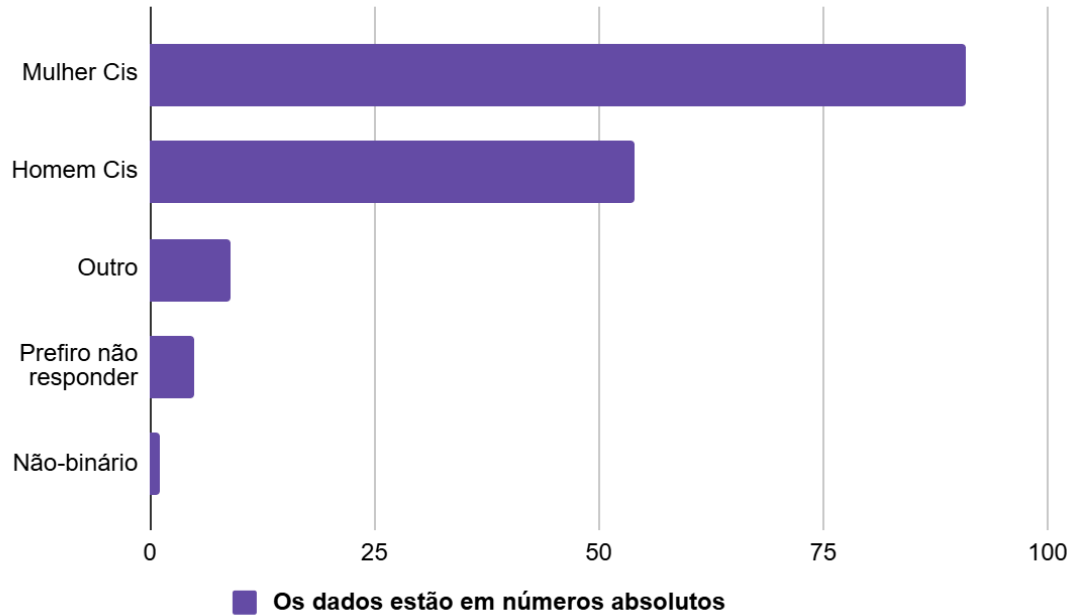
Dados calculados em porcentagem.

Ocupação

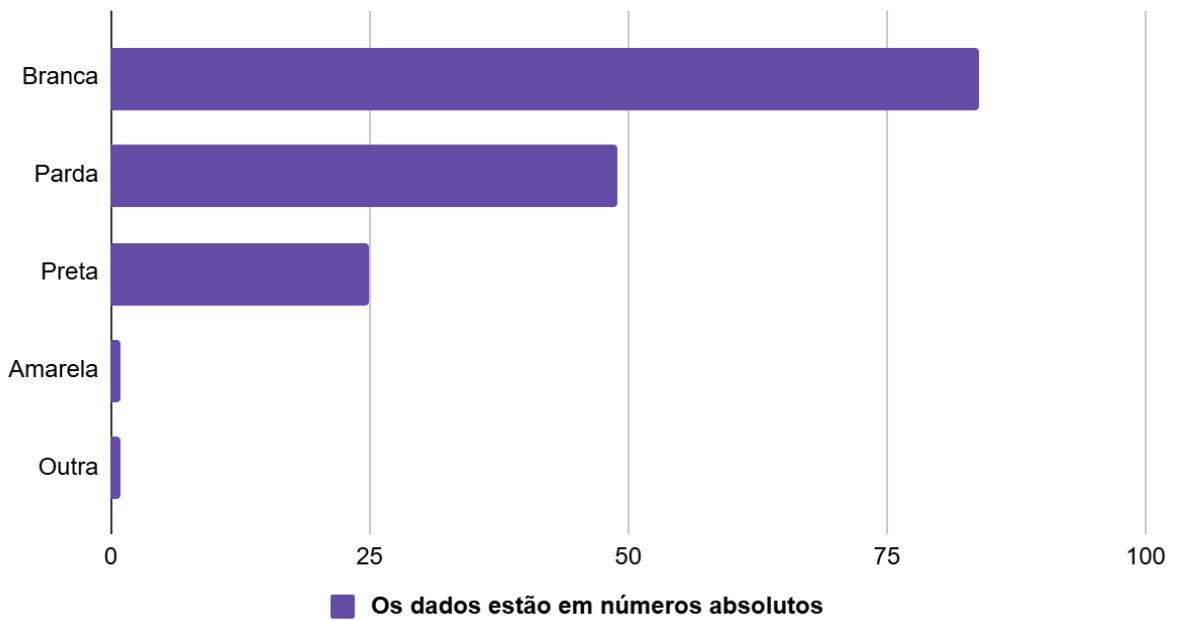


Categoria 3 - Instrumentos de Planejamento Urbano

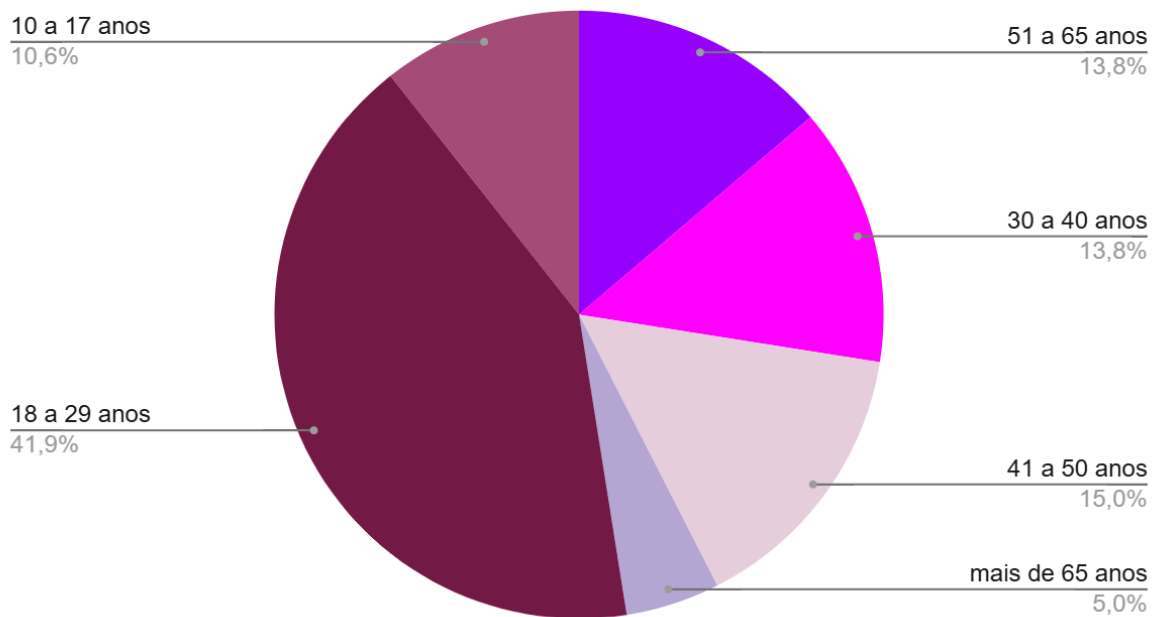
Gênero



Raça/Cor

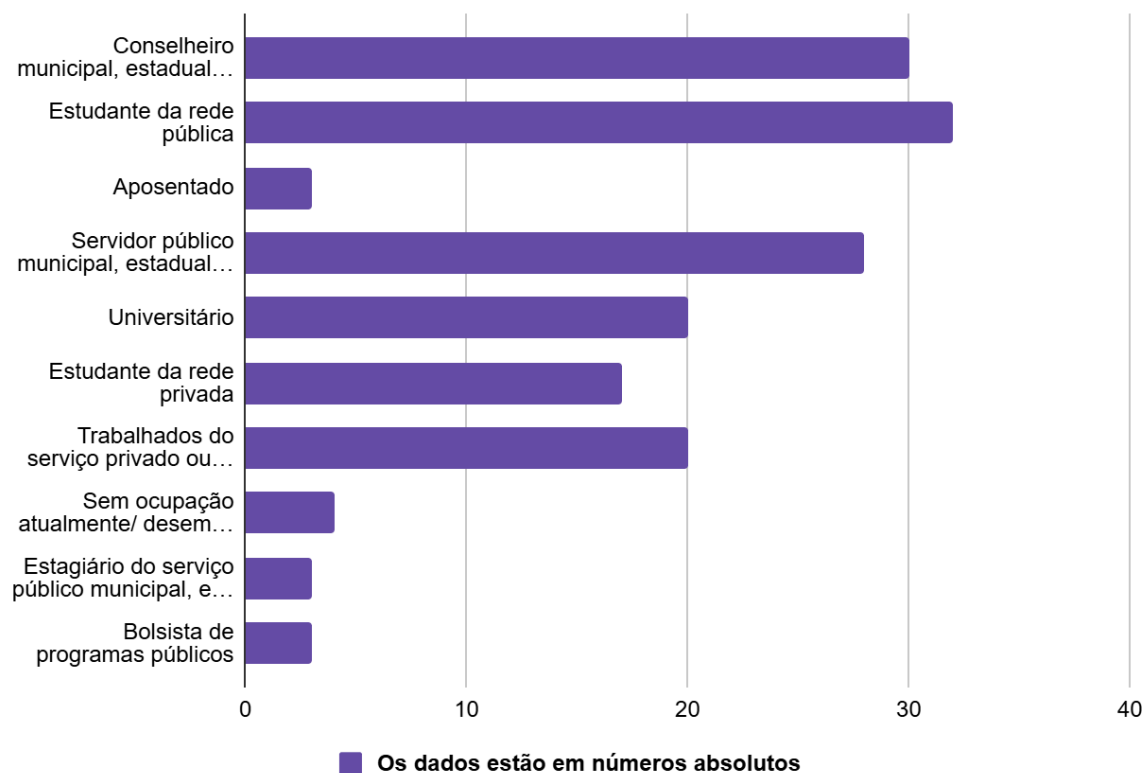


Faixa etária



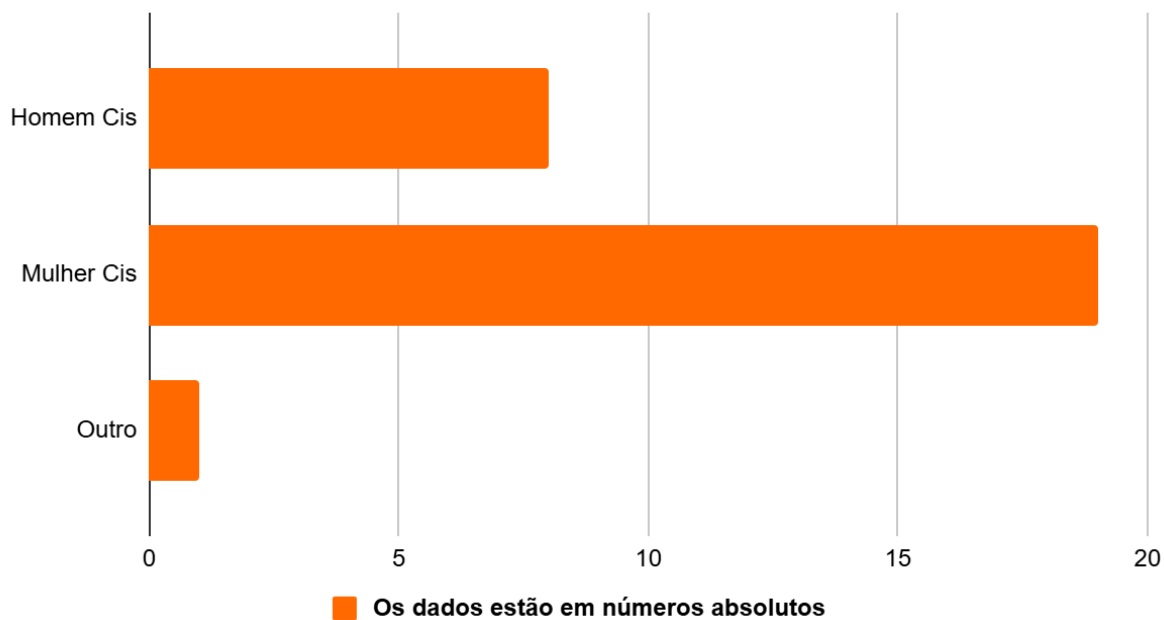
Dados calculados em porcentagem.

Ocupação

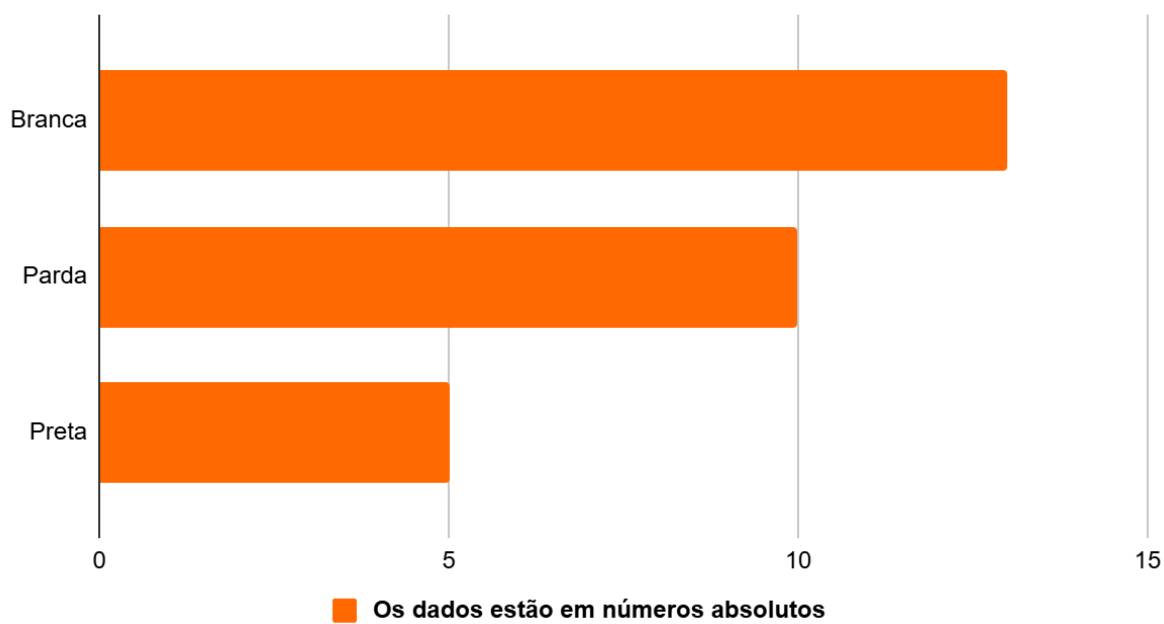


Categoria 4 - Saúde e/ou assistência social

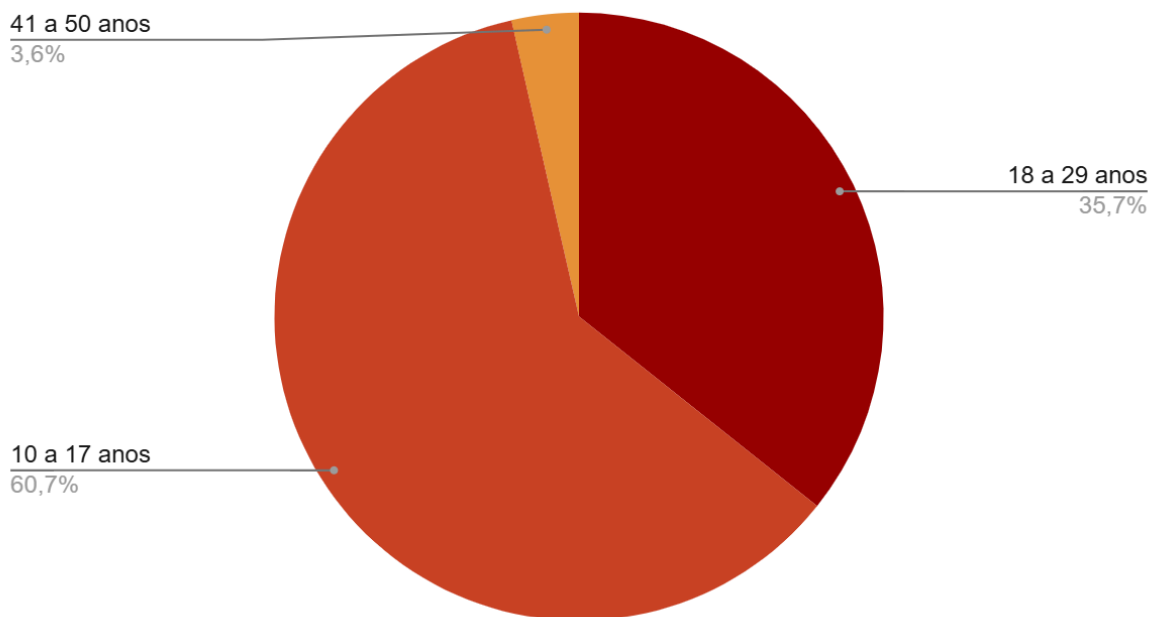
Gênero



Raça/Cor

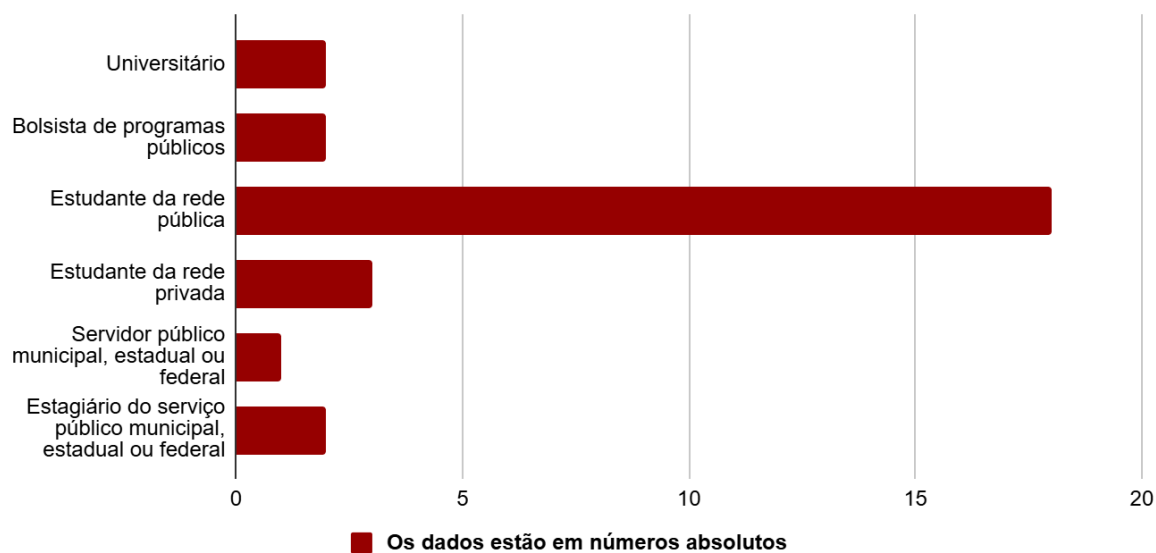


Faixa etária



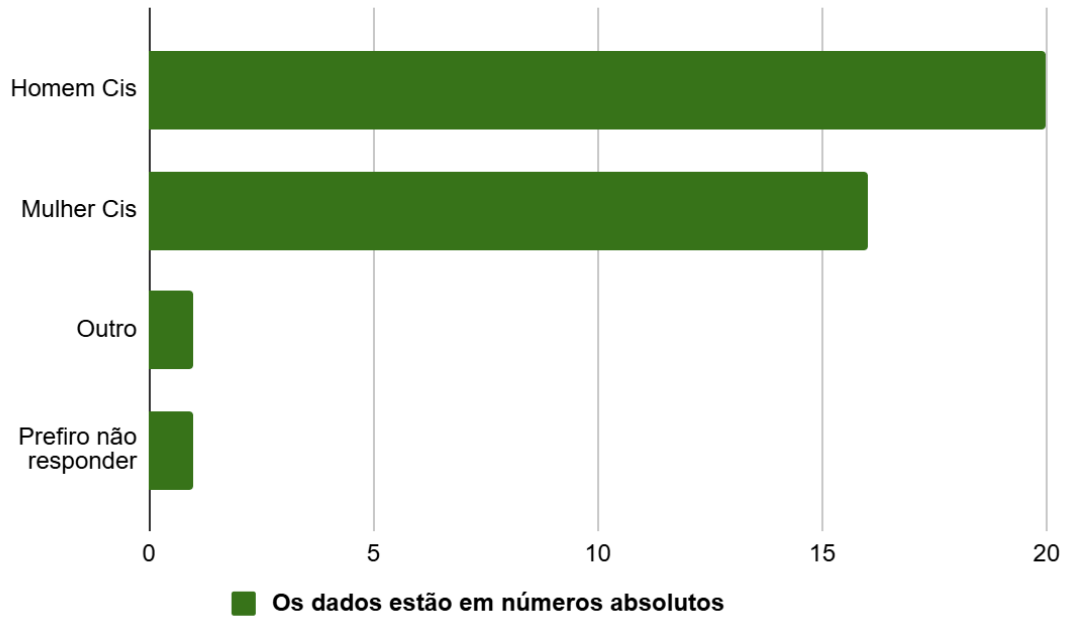
Dados calculados em porcentagem.

Ocupação

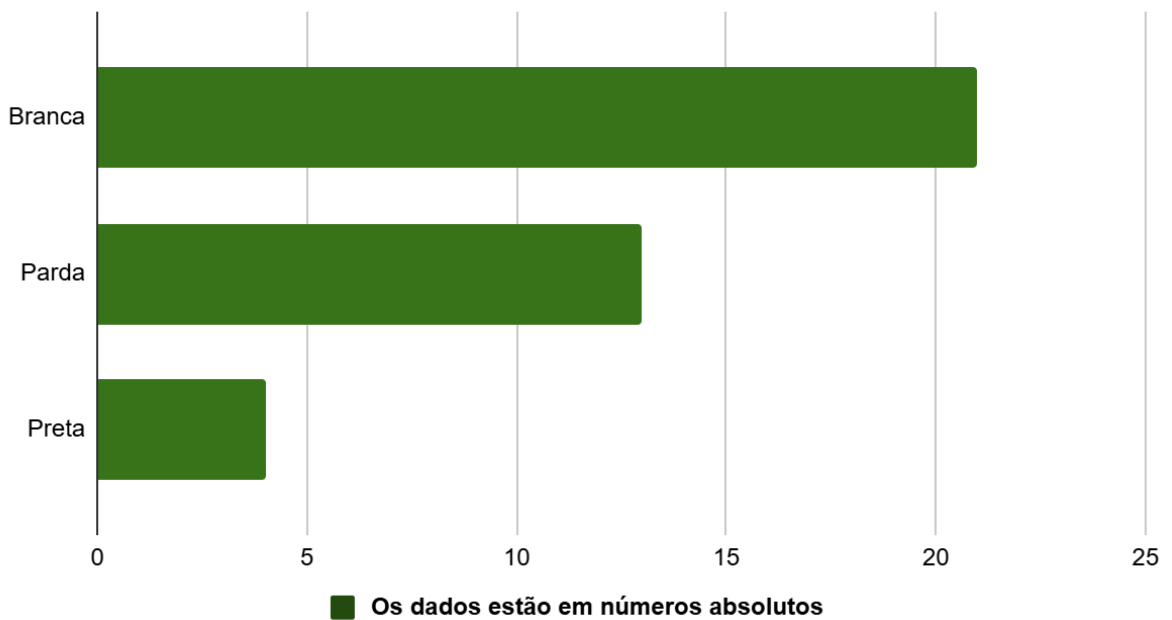


Categoria 5 - Estrutura Estatal e Gestão Municipal

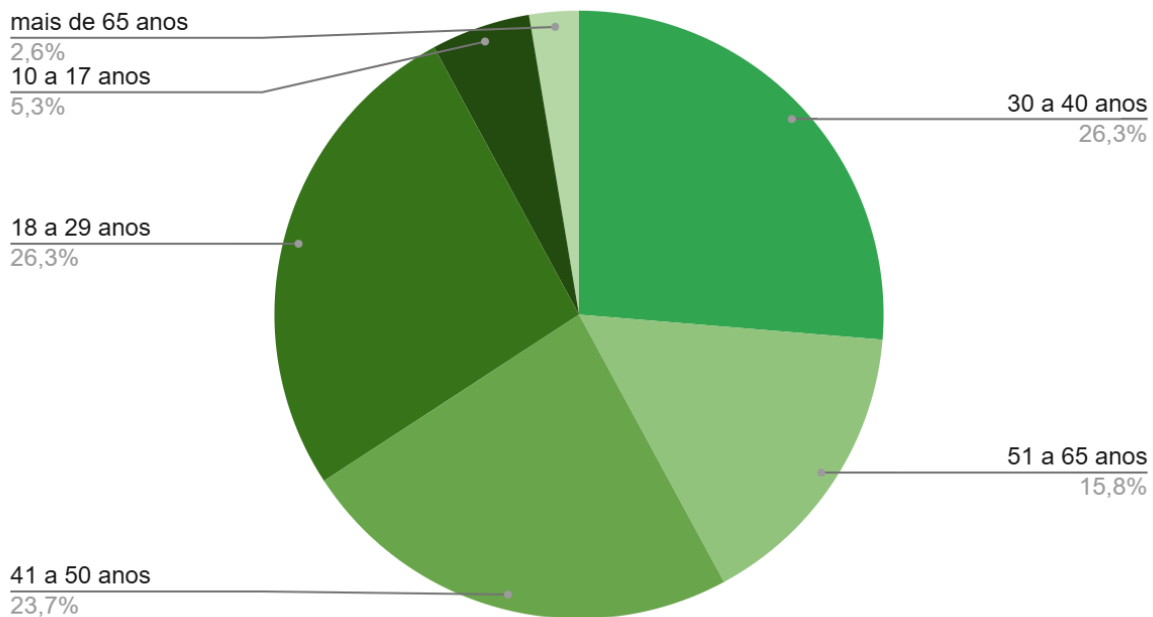
Gênero



Raça/Cor

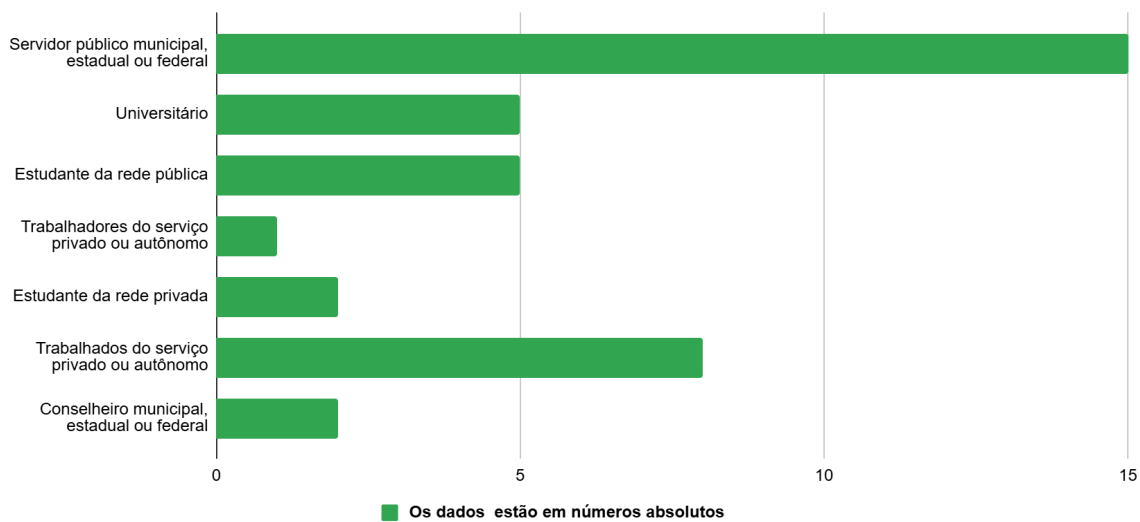


Faixa etária



Dados calculados em porcentagem.

Ocupação

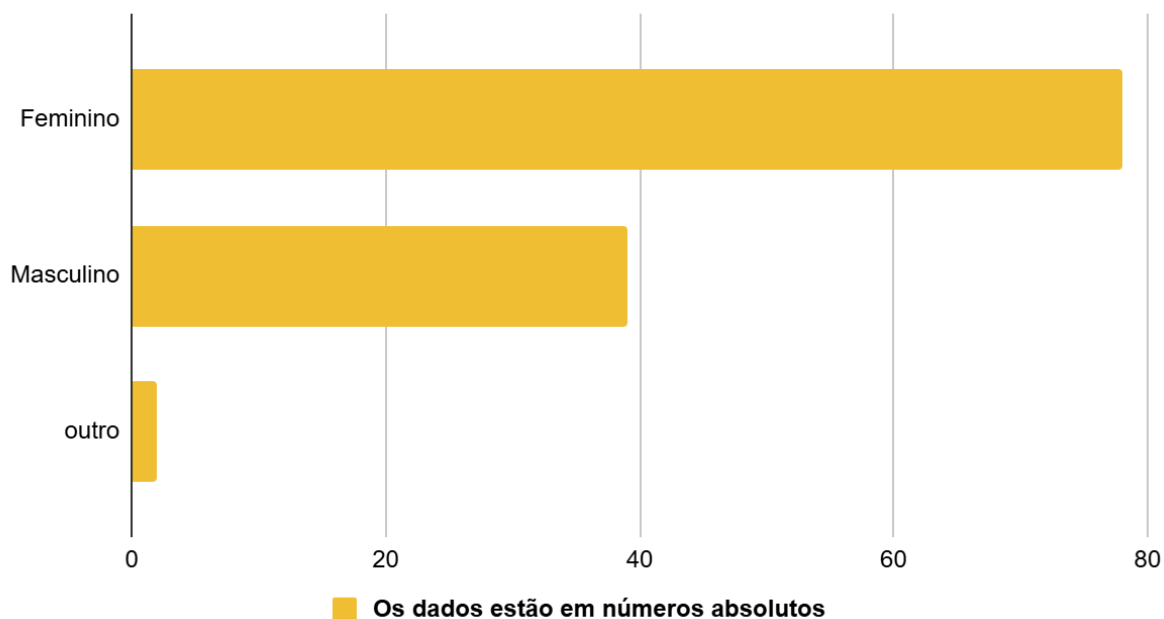


Categoria 6 - Governo Aberto nas escolas

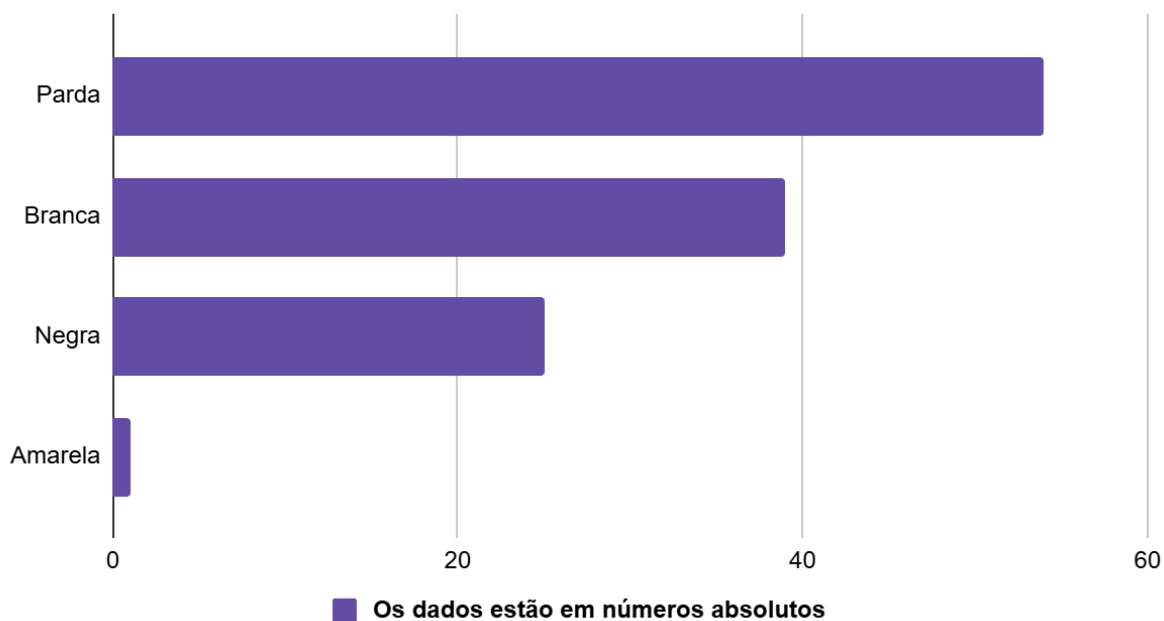
A categoria 6 tem um formulário diferente das demais, pois suas oficinas são realizadas exclusivamente em escolas. Por esse motivo, as perguntas são adaptadas para fazer sentido dentro do contexto da formação e para um público geralmente mais jovem do que o das outras categorias.

Neste ano, a proibição do uso de celulares nas escolas dificultou o acesso ao formulário, que é disponibilizado aos alunos por meio de QR Code, o que pode ter resultado em um número menor de respostas. Diferentemente dos outros formulários, este inclui perguntas sobre o ano escolar e a escola em que o participante está matriculado. É importante ressaltar que todas essas oficinas são realizadas na rede pública de ensino.

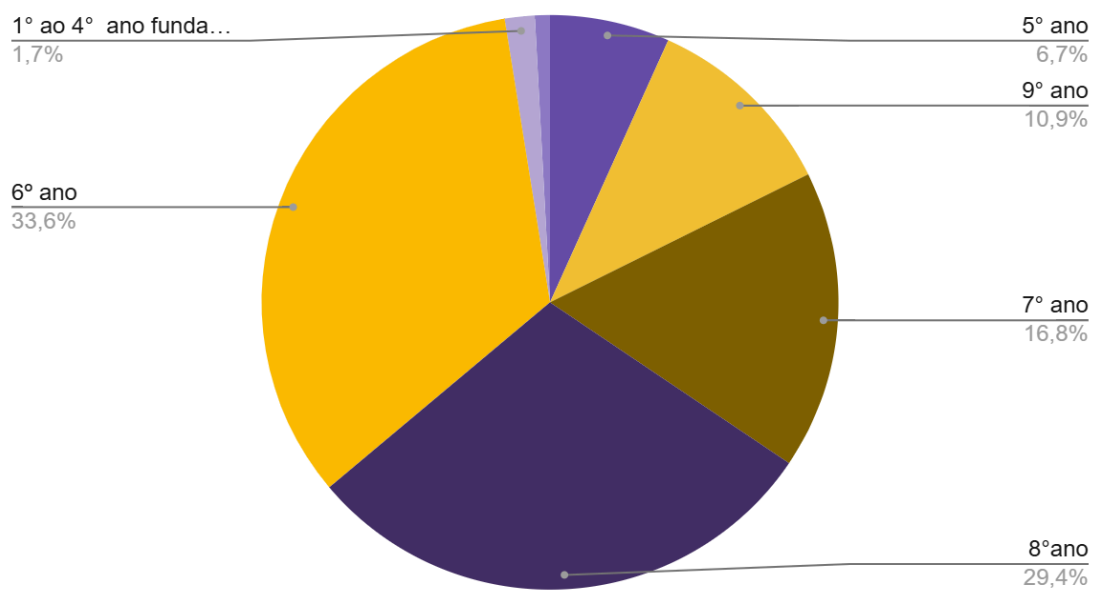
Gênero



Raça/Cor



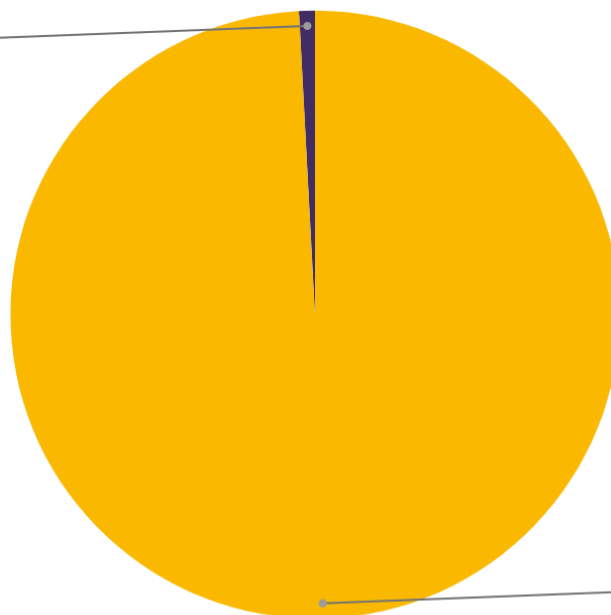
Em qual ano você está?



Dados calculados em porcentagem.

Você gostou de participar da oficina?

Não
0,8%

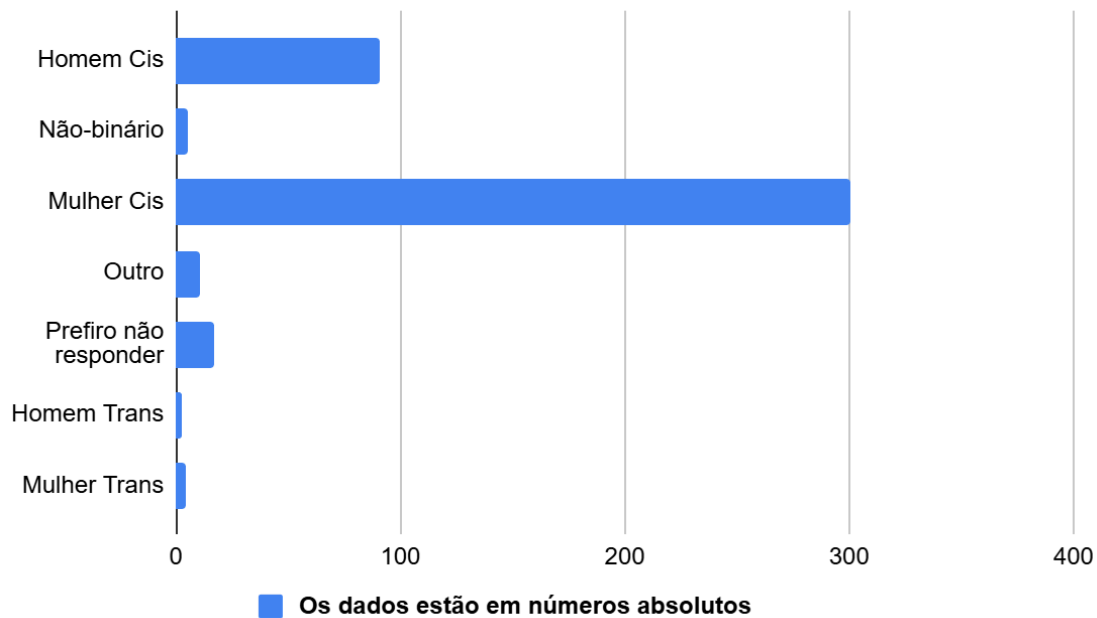


Sim
99,2%

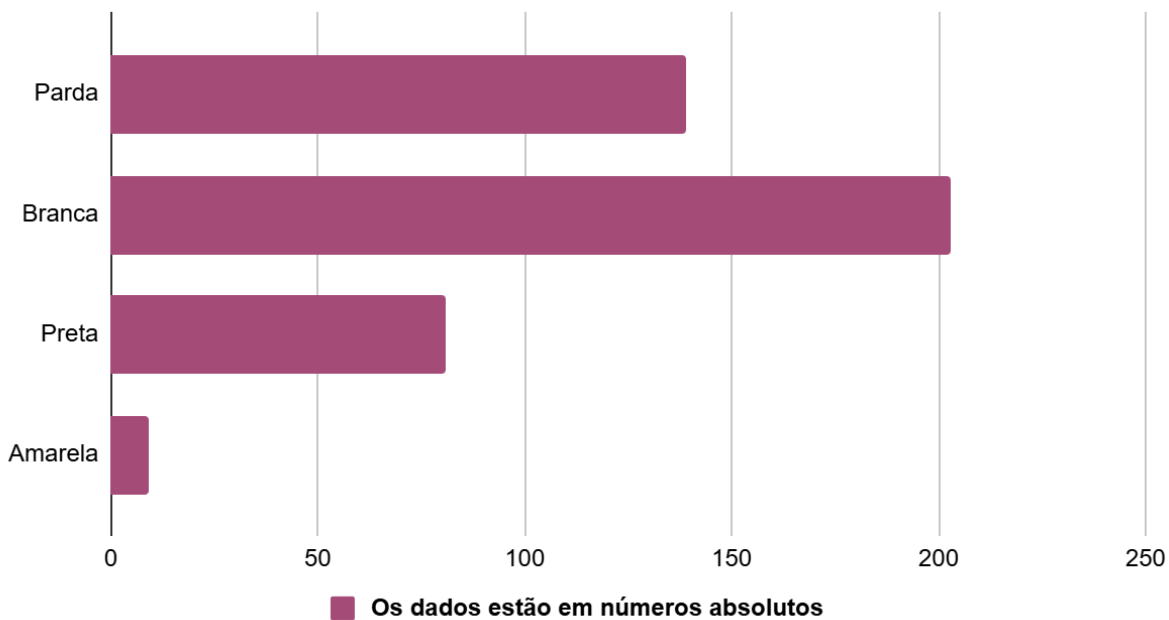
Dados calculados em porcentagem.

Categoria 7 - Direitos Humanos e Cidadania

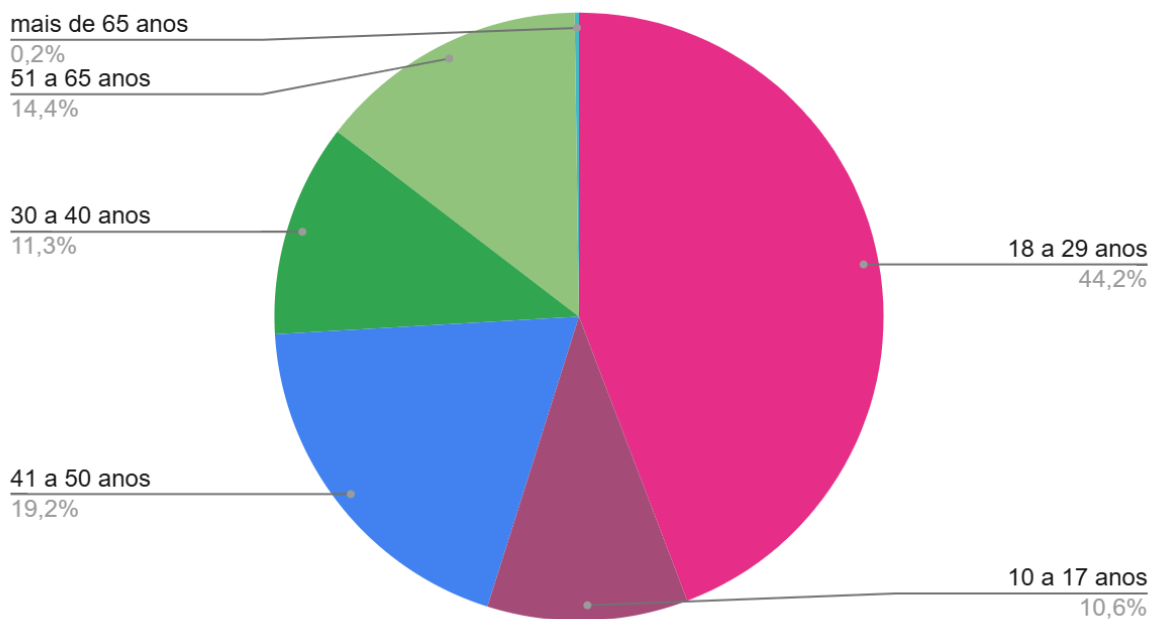
Gênero



Raça/Cor

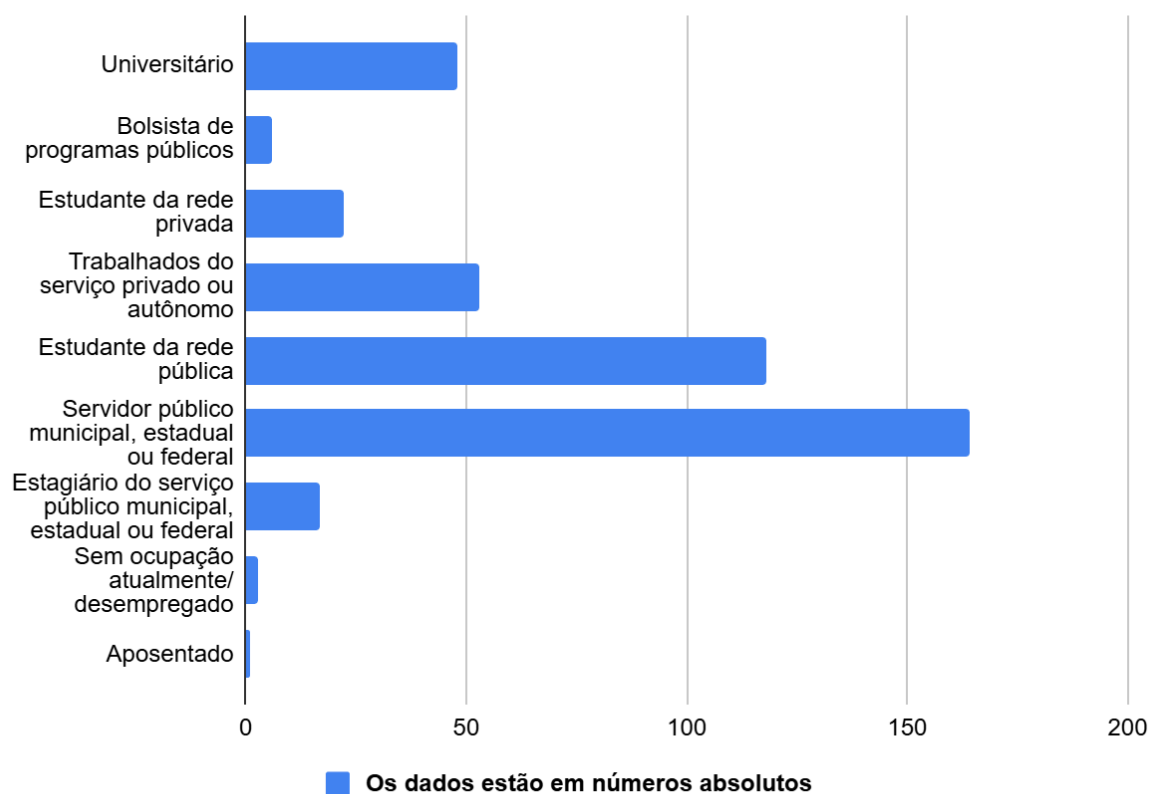


Faixa etária



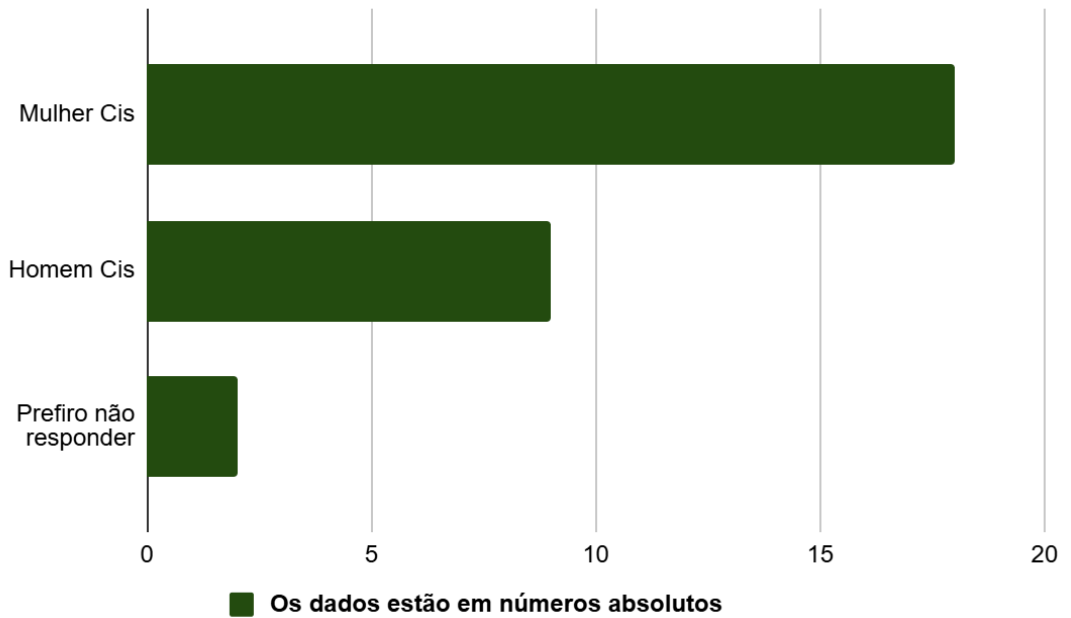
Dados calculados em porcentagem.

Ocupação

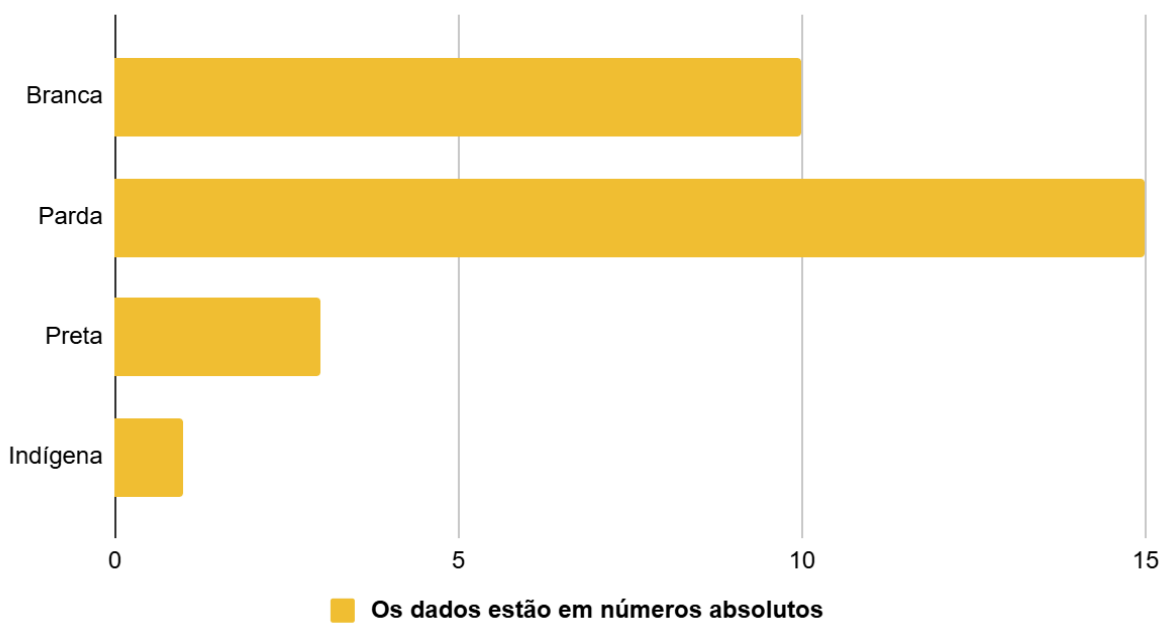


Categoria 8 - Segurança Urbana e Cidadania

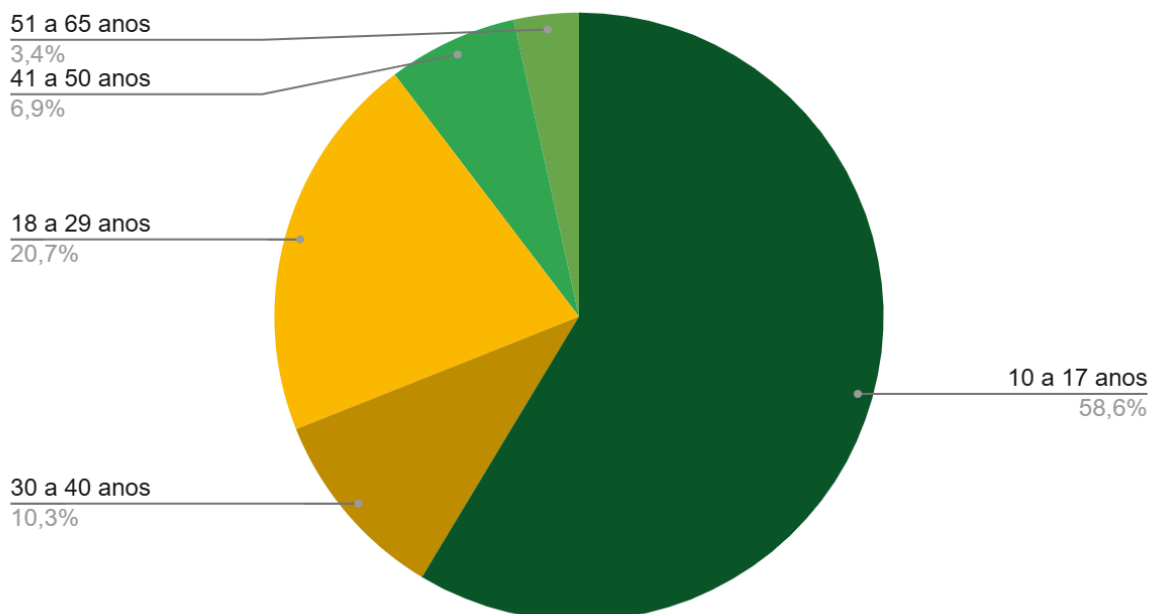
Gênero



Raça/Cor

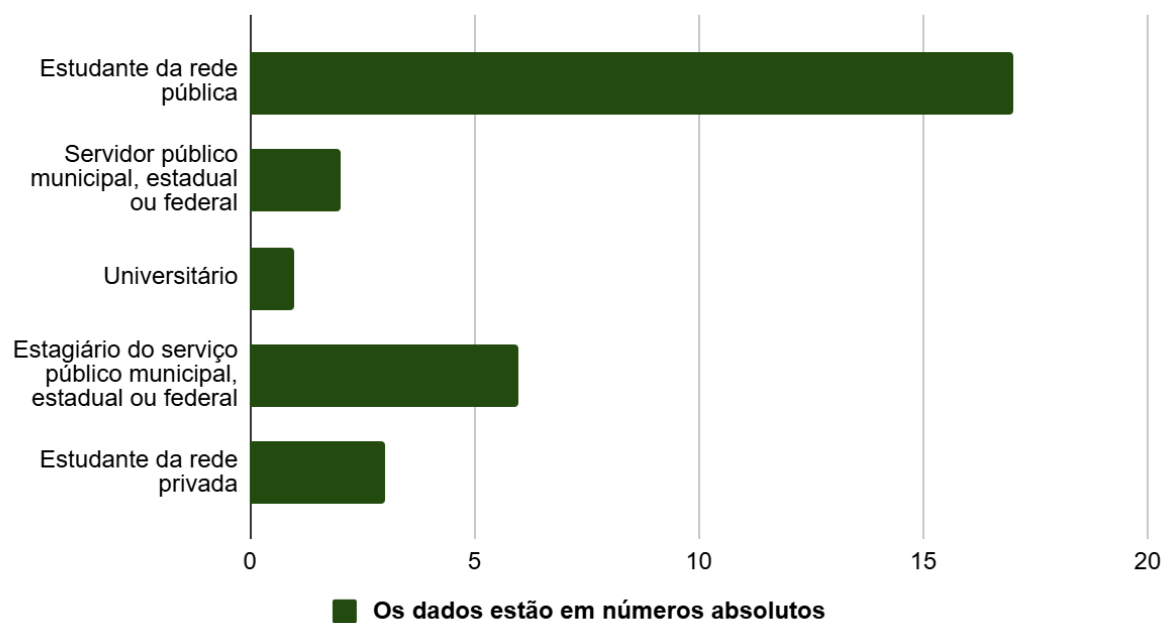


Faixa etária



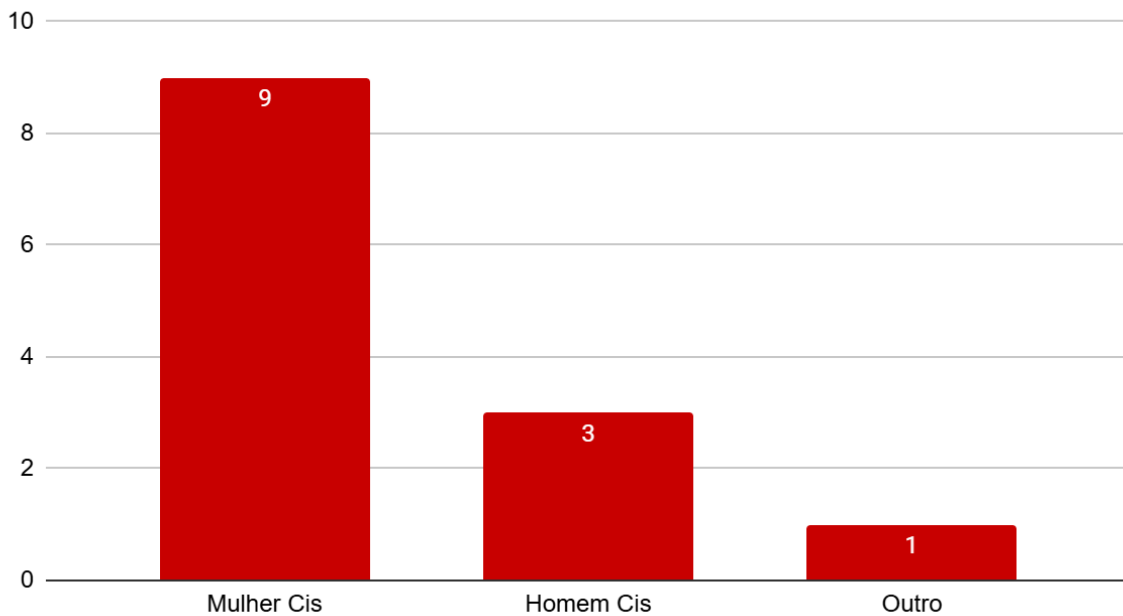
Dados calculados em porcentagem.

Ocupação



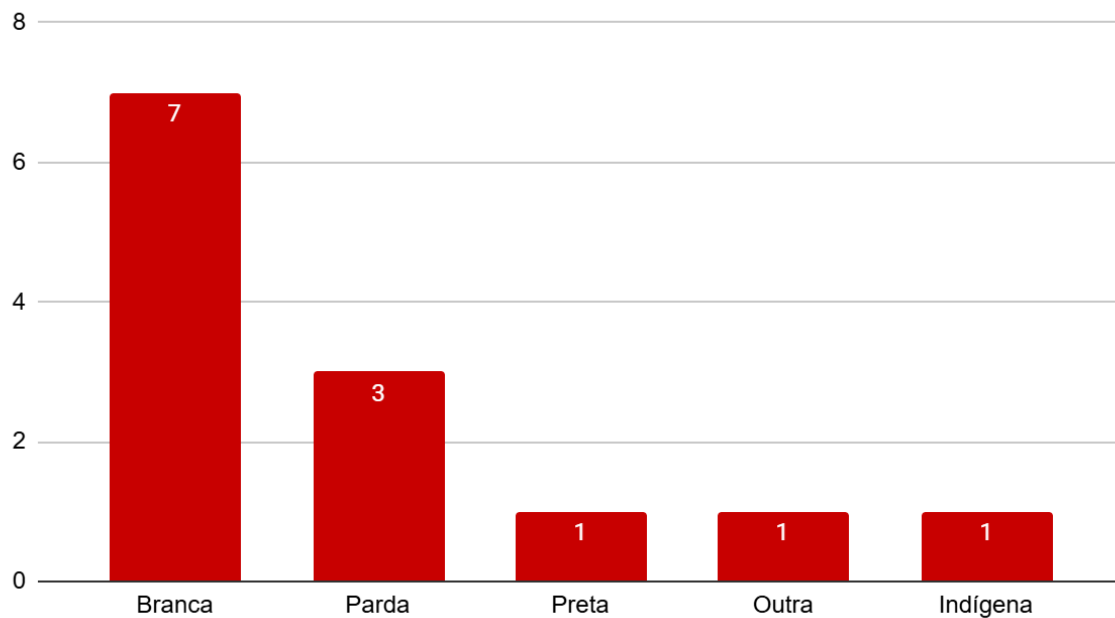
Categoria 9 - Cidadania Fiscal e Justiça Social

Gênero



Dados apresentados em números absolutos

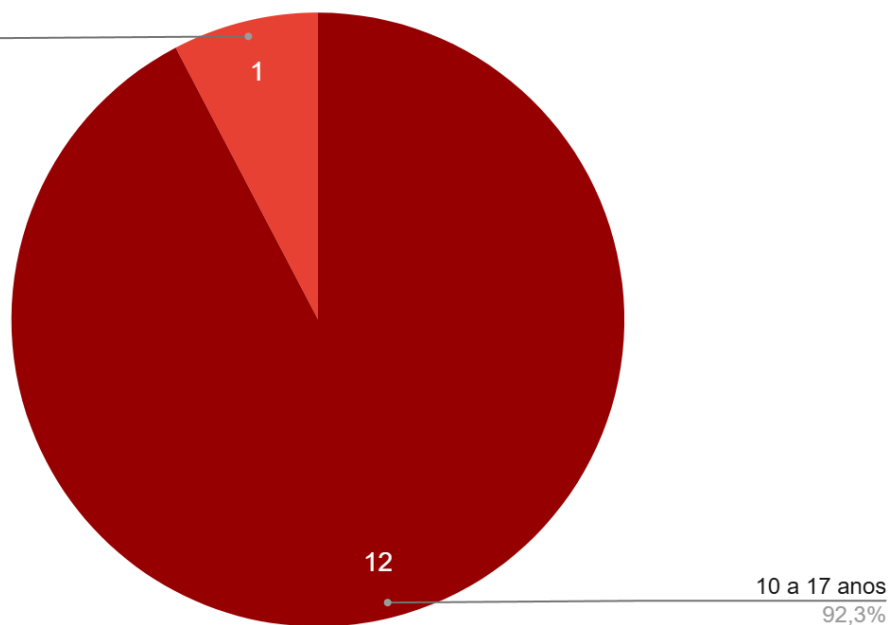
Raça/Cor



Dados apresentados em números absolutos

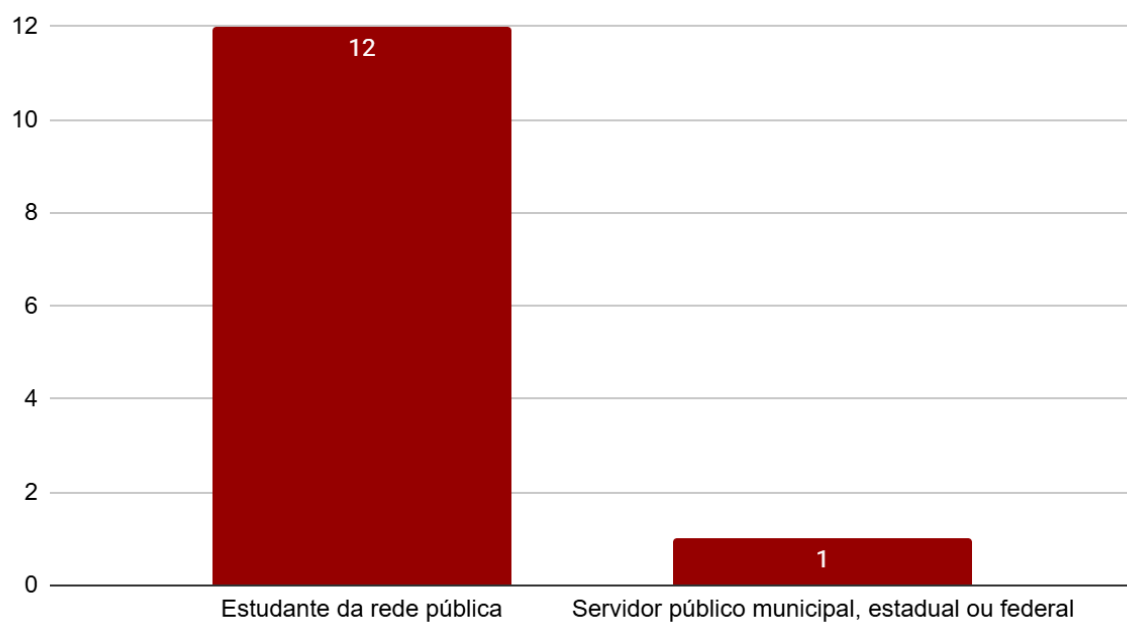
Faixa Etária

41 a 50 anos
7,7%



Dados calculados em porcentagem.

Ocupação



Dados apresentados em números absolutos